



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
(MAPA)
SECRETARIA-EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

BRASÍLIA – 2015

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
(MAPA)
SECRETARIA-EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 alterada pela DN TCU nº 143/2015, da Portaria TCU Secex-Ambiental nº 06/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do Órgão de Controle Interno conforme orientações da Portaria CGU nº 522/2015.

Unidades Consolidadas:

Gabinete do Ministro (GM/MAPA);
Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA);
Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA/MAPA);
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA);
Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA);
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA).
Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFAs)

Unidades Agregadas:

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA)

**SECRETARIA-EXECUTIVA
BRASÍLIA – 2015**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
PARTE A – CONTEÚDO PRINCIPAL	11
ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO MAPA	11
1.1 Identificação	11
1.2 Identidade Funcional	11
ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO	13
2.1 Ambiente de atuação da entidade e evolução desde 2006.....	13
2.2 Ambiente de atuação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários – Lanagros	13
2.3 Ambiente de atuação das Superintendências Federais de Agricultura – SFAs	14
ITEM 3 – RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	16
3.1 Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio	16
3.1.1 Descrição	16
3.1.2 Análise.....	16
3.1.3 Conclusão	19
3.2 Garantir a segurança alimentar	20
3.2.1 Descrição	20
3.2.2 Análise.....	20
3.2.3 Conclusão	25
3.3 Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética	25
3.3.1 Descrição	25
3.3.2 Análise.....	25
3.3.3 Conclusão	29
3.4 Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos	30
3.4.1 Descrição	30
3.4.2 Análise.....	30
3.4.3 Conclusão	32
ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	33
4.1 Perspectiva do Agronegócio e Parceiros	33
4.1.1 Descrição	33
4.1.2 Análise.....	33
4.1.3 Conclusão	34
4.2 Perspectiva de Processos Internos	34
4.2.1 Descrição	34
4.2.2 Análise.....	35
4.2.3 Conclusão	39
4.3 Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Conhecimento.....	39
4.3.1 Descrição	39
4.3.2 Análise.....	40
4.3.3 Conclusão	43
ITEM 5 – RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	43
5.1 Avaliação e avanços	44
5.2 Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica desde 2006.....	46
5.3 Principais dificuldades e mudanças previstas.....	46
ITEM 6 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	47
6.1 Atividades de correção	47

6.2	Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos	48
6.3	Balanco recomendações do plano permanente de providências da CGU	48
ITEM 7 – PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS		49
ITEM 8 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....		50
8.1	Canais de acesso do cidadão e informações gerenciais/estatísticas sobre o atendimento ...	50
8.2	Carta de Serviços ao Cidadão	50
8.3	Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	51
8.4	Acesso às Informações do MAPA.....	52
8.5	Avaliação de Desempenho do MAPA.....	52
PARTE B – INFORMAÇÕES DOS ITENS DE 9 A 16 REF 6 A 13 DN		54
ITEM 9 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		54
ITEM 10 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS		56
ITEM 11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO		58
ITEM 12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....		60
ITEM 13 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....		62
ITEM 14 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....		63
ITEM 15 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS		64
RESULTADOS E CONCLUSÕES		65
PARTE C – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AOS ITENS DE 1 A 8		66
Anexo I: Complementa item 1.1 – normas da UJ		66
Anexo II: Finalidades e competências institucionais.....		66
Anexo III: Complementa item 1.2 - organograma.....		73
Anexo IV: Complementa itens 3 e 4 - relação de responsáveis pelos objetivos estratégicos.....		78
Anexo V: Complementa item 2.2 e 2.3 – visão por regional.....		81
Anexo VI: Complementa item 3.2 e 4.2 – indicadores de desempenho		93
Anexo VII: Complementa item 5.1 c) objetivos_PPA_LOA		109
Anexo VIII: Descrição das estruturas de governança.....		117
Anexo IX: Complementa item 6.2 – avaliação sistema de controles.....		119
Anexo X: Complementa item 8.2 – carta de serviços ao cidadão.....		119
Anexo XI: Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade.....		119
PARTE D – ANEXO COM ANÁLISE DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA – FUNCAFÉ		121
1	Análise.....	121
2	Principais receitas e despesas	123
3	Conclusão	124
PARTE E – ANEXO COM ANÁLISE DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO (PRODESA).....		125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
ACS – Assessoria de Comunicação Social
ADAPI – Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
ADEAL – Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas
ADP – Agentes de Desenvolvimento de Pessoas
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
AGED – MA – Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGF – Aquisição do Governo Federal
AGROSTAT – Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU – Advocacia-Geral da União
ANA – Agência Nacional de Águas
ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
ANP – Agência Nacional de Petróleo
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
APROSOJA-MT – Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso
BACEN – Banco Central do Brasil
BEN – Balanço Energético Nacional
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
BSC – *Balanced Scorecard*
CAPTA – Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CATIR – Comunidade de Aprendizagem, Trabalho e Informação em Rede
CBAP – Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão
CCCCN – Comissão Coordenadora da Criação do Cavalos Nacional
CCO – Coordenação de Controle Operacional
CCONT – Coordenação de Contabilidade
CDAI/Café – Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café
CDPC – Conselho Deliberativo da Política do Café
CDPE – Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio
CDPE/Café – Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Café
CDPM/Café – Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CER – Comissão Especial de Recursos
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGAC – Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
CGAI – Coordenação-Geral de Articulação Institucional
CGAL – Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial
CGAP – Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
CGDP – Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPC – Coordenação-Geral de Prestação de Contas
CGPE – Coordenação-Geral de Programas Especiais
CGSA – Coordenação Geral de Sustentabilidade Ambiental

CGSG – Coordenação-Geral de Serviços Gerais
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIMA – Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CMN – Conselho Monetário Nacional
CN – Congresso Nacional
CNPA – Conselho Nacional de Política Agrícola
COAGRE – Coordenação de Agroecologia
COAGRI – Comitê de Gestão Interna de Política Agrícola
COGED – Comissão De Apoio à Gestão Documental
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONJUR/MAPA – Consultoria Jurídica do MAPA
CONSAGRO – Conselho do Agronegócio
CPAA – Coordenação de Produtos para Alimentação Animal
CPADS – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do MAPA
CPG – Coordenação de Planejamento da Gestão e da Inovação
CPV – Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários
CRC – Coordenação de Resíduos e Contaminantes
CR-MAPA – Central de Relacionamento e Serviços do MAPA
CTU – Conta Única do Tesouro
CV – Comunidade Virtual
DCAF – Departamento do Café
DEAGRI – Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola
DECEX - Departamento de Operações de Comércio Exterior
DEGER – Departamento de Gestão de Risco Rural
DENACOOP – Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DEP – Divisão de Epidemiologia
DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DEPTA – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia Agropecuária
DFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP – Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DIAGRO – Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária
DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DMG – Divisão de Fiscalização de Material Genético
DOU – Diário Oficial da União
DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DPI – Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio
DSA – Departamento de Saúde Animal
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
SIGI – Sistema de Gestão Integrada
EMATER-Rio – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Comunicações
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
FAC – Financiamento para Aquisição de Café
FAET – Federação da Agricultura e Pecuária
FAS - *Foreign Agriculture Service*
FEE – Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários Não Integrantes da PGPM
FPEM – Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários Integrantes da PGPM

FFA – Fiscais Federais Agropecuários
FGPP – Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIETO – Federação das Indústrias de Tocantins
FUNCAFE – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNPROCAFÉ – Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira
GM – Gabinete do Ministro
GND – Grupos de Natureza da Despesa
GT – Grupo de Trabalho
GTEA – Grupo Técnico de Engenheiros e Arquitetos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA – Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal
IF – Instituição Financeira
IG – Indicação Geográfica
IN – Instrução Normativa
INDEA-MT – Instituto de Defesa Agropecuário de Mato Grosso
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISO – *International Organization for Standardization*
IV – Índice de Conformidade de Produtos Processados de Origem Vegetal
LAI – Lei de Acesso às Informações
LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
LIMS – *Laboratory Information Management System*
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
LV – Lista de Verificação
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC – Marca Coletiva
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPCUST – Grupo Executivo do Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT – Ministério dos Transportes
NA – Não se Aplica
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NE – Nordeste
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
OIC – Organização Internacional do Café
OIE – *World Organisation for Animal Health*
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
OS – Ordem de Serviço
PAEC – Plano Anual de Educação Continuada
PANAFTOSA – Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
PAP – Plano Agrícola e Pecuário
PAV – Plano Nacional de Aquisições
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PEP – Prêmio para Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural
PESAGRO-Rio – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PI – Plano Interno
PIB – Produto Interno Bruto
PISACOOOP – Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural
Plano ABC – Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNCRC/Vegetal – Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNDF – Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPA – Programa de Preparação para a Aposentadoria
PQVT – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
PRODESA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Programa ABC – Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura
PROP – Contrato Privado de Opção de Venda
PRORENOVA – Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais
PS&D – *Production, Supply and Distribution*
PSR – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
RAE – Reunião de Análise da Estratégia
RAP – Restos a pagar
RI – Regimento Interno
RP – Restos a Pagar
RP – Sistema de Relacionamento Parlamentar
SAC – Serviço de Auditoria e Credenciamento
SAPCANA – Sistema de Acompanhamento da Produção Canvieira
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SE – Secretaria-Executiva
SEAPEC – Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFA – Superintendência Federal de Agricultura
SFA – Superintendências Federais de Agricultura
SGI – Sistema de Gestão Integrada
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIC – Sistema de Informações de Custos
SICAR – Sistema de Controle de Arrecadação
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIFISA – Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV – Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
SIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo

SIGLA – Sistema de Informações Gerenciais para Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos

SIGMA – Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SIGPOA – Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGSIF – Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal

SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais de Importação e Exportação do VIGIAGRO

SINDICARNE – Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SIPE – Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SIPOA – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SISA – Serviço de Inspeção e Sanidade

SISAD – Sistema de Avaliação de Desempenho

SISBI-POA – Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SISBI-POV – Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

SISG – Sistema de Serviços Gerais

SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação

SISPES – Sistema de Pesquisa de Satisfação

SISV – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal

SIVCONT – Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica

SIVCONT – Sistema de Vigilância Continental

SIVIBE – Sistema de Vinhos e Bebidas em Geral

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SNIDA – Sistema Nacional de Difusão da Informação para o Agronegócio

SNPC – Serviço Nacional de Proteção de Cultivares

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPAÉ – Secretaria de Produção e Agroenergia

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União

SPO – Sistema de Planejamento e Orçamento Federal

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SRH10 – Sistema de Controle de Recursos Humanos

SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

SVE – Serviços Veterinários Estaduais

SVO – Serviço Veterinário Oficial

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UE – União Europeia

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

USDA – *United States Department of Agriculture*

USP – Universidade de São Paulo

UVAGROS – Unidades de Vigilância Agropecuária

VBP – Valor Bruto de Produção

VIGIAGRO – Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional

ZAV – Zona de Alta Vigilância

INTRODUÇÃO

O Ministério

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, de fomento ao agronegócio e de regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. A pasta atua na formulação de política agrícola, abrangendo produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos; informação agrícola; defesa sanitária animal e vegetal; fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor; classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais; proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário; pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária; meteorologia e climatologia; cooperativismo e associativismo rural; energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural; política relativa ao café, açúcar e álcool; e planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro.

As políticas formuladas pelo ministério abrangem o pequeno, o médio e o grande produtor rural e visam além de atender o mercado interno, fazer com que os produtos agropecuários gerados no país possam competir, em preço, qualidade e outros atributos desejados pelo mercado, com seus similares produzidos no exterior.

Com o objetivo de garantir políticas públicas adequadas a atender à crescente demanda do agronegócio, o MAPA, através do Plano Estratégico 2006-2015, estabeleceu como missão promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Desta forma, visa ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implantação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. A execução do mapa estratégico é observada através de indicadores para cada objetivo estratégico que atuam em quatro perspectivas: da sociedade; do agronegócio e parceiros; e de processos internos; e de pessoas.

O MAPA atua através de 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis Laboratórios Nacionais de Agricultura – Lanagros, além de órgãos específicos singulares e entidades vinculadas: Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp, Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CeaSaMG, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, e mais cinco secretarias responsáveis pela implementação de ações específicas nas diferentes áreas finalísticas do setor agropecuário. São elas: A Secretaria de Política Agrícola – SPA, Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio e Cooperativismo – SDC, Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE e Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI.

O setor agropecuário tem uma grande relevância na economia brasileira, e, em 2014, apresentou uma variação positiva de 0,4% em relação a 2013, crescimento maior que o PIB (0,1%). Além disso, o agronegócio é importante entrada de divisas e contribui de forma positiva no saldo de transações correntes através do superávit comercial que, mesmo com recuo de US\$ 2,77 bilhões, atingiu, em 2014, US\$ 80,13 bilhões.

Dentre os programas e atividades desenvolvidos, destaca-se o Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 no valor de R\$ 156,1 bilhões, aumento de 14,7% em relação ao anterior. Os recursos oferecidos dividem-se em: custeio e comercialização (R\$ 112 bilhões) e investimento (R\$ 44,1 bilhões). Os valores aplicados representam um significativo aumento (239%) no financiamento ao setor agropecuário, em comparação com o financiado no Plano 2006/2007 quando foram aplicados

R\$ 46 bilhões.

Este relatório apresenta uma nova metodologia para avaliar a gestão do MAPA agregando tanto as atividades realizadas pela sede, secretarias e superintendências federais de agricultura. Além de cumprir o dever constitucional de prestar contas das políticas públicas desenvolvidas no exercício de 2014, o Relatório de Gestão visa apontar os principais resultados obtidos na execução do Plano Estratégico 2006-2015.

O Relatório

O Relatório de Gestão 2014 foi elaborado em conformidade com as disposições da IN TCU nº63/2010, DN TCU nº 134/2013, Portaria-SecexAmbiental nº06 de 16/12/2013 e das orientações do Órgão de Controle Interno, contemplando: a Secretaria-Executiva – SE como Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora; o Gabinete do Ministro – GM, a Secretaria de Política Agrícola – SPA, a Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário de Cooperativismo – SDC, a Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI e as 27 Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFAs como Unidades Jurisdicionadas consolidadas; e o Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira – Funcafé e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Prodesa como Unidades Jurisdicionadas agregadas.

O documento está dividido em cinco partes. A primeira (parte A) engloba a identificação e atribuição do MAPA, o ambiente de atuação, os resultados da gestão e dos objetivos estratégicos, informação sobre a gestão, resultado da implantação do planejamento estratégico, informações sobre a governança, principais receitas e despesas e o relacionamento com a sociedade. A parte B engloba tópicos especiais da execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, terceirização de mão de obra, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, gestão da tecnologia da informação, gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, atendimento de demandas de órgão de controle e informações contábeis. A parte C traz anexos complementares às informações da parte A do relatório. Por fim, os anexos referentes às partes D e E trazem análise do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor agropecuário – Prodesa, respectivamente.

PARTE A – CONTEÚDO PRINCIPAL

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO MAPA

1.1 Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Presidência da República		Código SIORG: 000026	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação Completa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Denominação Abreviada: MAPA			
Código SIORG: 000014		Código na LOA: 22000	Código SIAFI: 22000
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0001-25	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de Contato:	0800 704 1995	(061) 3218-2828	
Endereço Eletrônico: ouvidoria@agricultura.gov.br – sic.mapa@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco D - CEP: 70.043-900 - Brasília/DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas e UGs			
Nome	Código SIAFI	Código SIORG	
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA	130007	000757	
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC	420013	003520	
Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE	280106	003214	
Secretaria de Política Agrícola – SPA	420012	002035	
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI	130020	000014	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas e UGs			
Nome	Código SIAFI	Código SIORG	
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé	130137	000014	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Prodesa	Não Existe	Não Existe	
Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		

1.2 Identidade Funcional

Identificação dos administradores:

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Secretário-Executivo	Jose Gerardo Fontelles	002.361.283-53	01/Jan/2014 31/Dez/2014
Secretário de Defesa Agropecuária	Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo	343.945.911-04	01/Jan/2014 31/Dez/2014
Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	Caio Tibério Dornelles da Rocha	228.546.570-04	01/Jan/2014 31/Dez/2014

Secretário de Produção e Agroenergia	João Alberto Paixão Lages	035.906.396-95	01/Jan/2014 09/Abr/2014
Secretário de Produção e Agroenergia	Cleide Edvirges Santos Laia	462.438.446-68	10/Abr/2014 31/Dez/2014
Secretário de Política Agrícola	Neri Geller	411.903.351-15	01/Jan/2014 13/Mar/2014
Secretário de Política Agrícola	Seneri Kernbeis Paludo	273.628.608-11	10/Abr/2014 10/Nov/2014
Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio	Marcelo Junqueira Ferraz	231.581.906-72	01/Jan/2014 31/Dez/2014
Gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	João Alberto Paixão Lages	035.906.396-95	01/Jan/2014 09/Abr/2014
Gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	Cleide Edvirges Santos Laia	462.438.446-68	10/Abr/2014 31/Dez/2014
Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa)	Caio Tibério Dornelles da Rocha	228.546.570-04	01/Jan/2014 31/Dez/2014
Substitutos: Secretário-Executivo	Cleide Edvirges Santos Laia	462.438.446-68	01/Jan/2014 31/Dez/2014
Substituto: Secretário de Defesa Agropecuária	Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior	247.968.594-20	01/Jan/2014 25/Fev/2014
Substituto: Secretário de Defesa Agropecuária	Marcos de Barros Valadão	171.270.766-34	26/Fev/2014 31/Dez/2014
Substituto: Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	Hélcio Campos Botelho	327.859.501-78	01/Jan/2014 03/Abr/2014
Substituto: Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	José Guilherme Tollstadius Leal	702.317.376-53	04/Abr/2014 31/Dez/2014
Substituto: Secretário de Produção e Agroenergia	Fabio Rodrigues de Castro	036.416.836-61	01/Jan/2014 14/Mai/2014
Substituto: Secretário de Produção e Agroenergia	José Gerardo Fontelles	002.361.283-53	15/Mai/2014 31/Dez/2014
Substituto: Secretário de Política Agrícola	Edilson Guimarães	147.749.686-68	01/Jan/2014 07/Ago/2014
Substituto: Secretário de Política Agrícola	Wilson Vaz de Araujo	323.686.409-59	08/Ago/2014 31/Dez/2014
Substituto: Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio	Lino Luiz da Motta Santo Colsera	236.116.936-34	01/Jan/2014 31/Dez/2014
Substituto: Gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	Fabio Rodrigues de Castro	036.416.836-61	01/Jan/2014 14/Mai/2014
Substituto: Gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	José Gerardo Fontelles	002.361.283-53	15/Mai/2014 31/Dez/2014
Substituto: Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa)	Hélcio Campos Botelho	327.859.501-78	01/Jan/2014 03/Abr/2014
Substituto: Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa)	José Guilherme Tollstadius Leal	702.317.376-53	04/Abr/2014 31/Dez/2014

Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.	Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.	Comprometimento; eficiência e eficácia; estratégia; ética; foco no cliente; inovação; liderança; organização; respeito; trabalho em equipe e transparência.

ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.1 Ambiente de atuação da entidade e evolução desde 2006

Em relação ao fomento e desenvolvimento agropecuário, o MAPA tem como foco de atuação o aumento de produção e da produtividade balizadas no apoio ao produtor rural e na sustentabilidade ambiental, implementando ações de organização da base produtiva (cooperativas e associações), a adequação da infraestrutura e logística, o incentivo à adoção de sistemas sustentáveis produtivos, a agregação de valor, indicação geográfica, assim como a adoção de boas práticas agropecuárias, a agricultura orgânica, a agroecologia e a agricultura de precisão. Tais práticas estão alinhadas à implementação de ações estruturantes de fomento, desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas, e a organização do Cooperativismo e do Associativismo Rural.

Não menos importante, é o conjunto de ações relacionadas à definição da Política Agrícola, consubstanciado no Plano Agrícola e Pecuário para cada ano safra, que inclui o crédito rural (custeio, investimento e comercialização) e a gestão do risco rural (seguro e zoneamento agroclimático), voltados para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção.

As atividades relacionadas às negociações comerciais internacionais, aos acordos sanitários e fitossanitários e à promoção internacional do produto agropecuário brasileiro dizem respeito à elaboração de propostas para negociações de acordos, à análise de deliberações relativas às exigências fitossanitárias que envolvem assuntos de interesse do setor agropecuário brasileiro e à promoção dos produtos e serviços do agronegócio para estimular sua comercialização externa, com o objetivo final de diversificar mercados externos e a comercializar produtos de maior valor agregado.

Especificamente sobre a política agrícola, no que se refere ao setor sucroalcooleiro e de agroenergia, o Brasil continua em posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética nacional. Aproximadamente, 25,4% de toda a energia ofertada internamente no país é originária da agricultura, sendo que a utilização dos biocombustíveis produzidos (etanol e biodiesel) é responsável por cerca de 22% do total de combustíveis utilizados no País, gerando renda para o produtor rural.

2.2 Ambiente de atuação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários – Lanagros

Os seis Lanagros são os laboratórios oficiais do MAPA (ref. Decreto nº 5.741/2006) e realizam ensaios de elevado nível tecnológico em amostras de alimentos, animais, vegetais e insumos, coletadas no âmbito dos programas e controles do MAPA, colaborando para a garantia da segurança alimentar, da saúde animal, da sanidade vegetal e da qualidade dos insumos agropecuários, fundamentais ao acesso e manutenção dos mercados nacional e internacional. Seus coordenadores são Fiscais Federais Agropecuários (FFA) e o nº de servidores é de 776, entre FFA

36% (agrônomos, farmacêuticos, químicos e veterinários), técnicos (29%), auxiliares de laboratório (10%), agentes administrativos (15%) e outros cargos (10%). Considerando terceirizados e conveniados, a força de trabalho totaliza 1.716 pessoas. Possuem equipamentos de última geração, entretanto, é de suma importância a constante modernização das edificações e recursos tecnológicos e humanos.

2.3 Ambiente de atuação das Superintendências Federais de Agricultura – SFAs

Norte
<p>Descrição Geral: Atividades e ações de defesa sanitária, fitossanitária, inspeção, classificação, fiscalização, fomento e desenvolvimento agropecuários, vigilância agropecuária internacional nas fronteiras do Brasil com países limítrofes, combate à mosca da carambola (praga quarentenária), entrepostos de beneficiamento de pescado e ênfase às cadeias produtivas de grãos, pecuária de corte, madeira de reflorestamento e fruticultura.</p>
<p>Adversidades: Extensão e dispersão geográfica da região, carência de recursos humanos e financeiros, estradas precárias e frota de veículos sucateadas, equipe de combate à mosca da carambola em desvio de função, equipe reduzida de Fiscais Federais Agropecuários, falta de motivação pecuarista e indefinição de responsabilidades entre MAPA e INFRAERO quanto ao custeio da estrutura utilizada nos aeroportos.</p>
<p>Riscos: Risco estrutural e elétrico das instalações das Superintendências, comprometimento das atividades de fiscalização e de prestação de serviços aos clientes internos e externos, altos custos operacionais para pecuaristas e frigoríficos, introdução e estabelecimentos de pragas e a dispersão da mosca da carambola, e, suspensão das exportações de animais, vegetais e subprodutos.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Diagnóstico frequente das adversidades e riscos e encaminhamento para as instâncias superiores, otimização de recursos existentes, integração com outros agentes públicos, redistribuição das tarefas, mobilização de todos os elos da cadeia da carne, compra de veículos, contratação de empresa para o combate à mosca da carambola para resolver o problema acentuado pelo desvio de função de servidores.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Celebração de convênios, mudanças de status sanitário, aumento das cadeias produtivas, aumento da demanda de serviço e diminuição gradual da capacidade operacional relativa à fiscalização federal agropecuária.</p>
Nordeste
<p>Descrição Geral: Atividades e ações que visam assegurar o status zoofitossanitário, com ênfase na fruticultura tropical irrigada e nos pescados. Quanto à sanidade animal, o controle da febre aftosa é uma das principais ações desenvolvidas na região. Controle da praga <i>Dactylopius Opuntiae</i> (Cochonilha do Carmim), presente na palma forrageira, presente nos estados de Alagoas e Pernambuco.</p>
<p>Adversidades: Redução de recursos financeiros para execução das atividades operacionais e finalísticas, insuficiência no quadro de pessoal técnico e administrativo, entraves burocráticos que dificultam a operacionalização do Programa de Certificação Fitossanitária, ausência de plano de capacitação dos servidores e de gerências vinculadas aos objetivos estratégicos.</p>
<p>Riscos: Retração da atividade agroeconômica, perda do status de área livre com vacinação para a febre aftosa, introdução de pragas e doenças, comprometimento da garantia na qualidade dos alimentos oferecidos à sociedade e ameaça ao andamento satisfatório dos programas fitossanitários e zoofitossanitários preconizados pelo MAPA.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Priorização de processo de fiscalização/inspeção em função da importância da atividade, parcerias institucionais e articulação dos dirigentes das Superintendências nas diversas instâncias do MAPA, melhorias das estruturas físicas das unidades e capacitação e convocação de Fiscais Federais Agropecuários da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) numa operação de força tarefa.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Compartilhamento das atividades e decisões técnico-administrativas entre áreas; ajuste do processo de fiscalização/inspeção ao orçamento e à força de trabalho disponível; mudança do status de médio risco para área livre da febre aftosa e crescimento industrial de produtos apícolas e laticínios. As estratégias adotadas vêm cumprindo os objetivos de defesa fitossanitária.</p>
Sudeste
<p>Descrição Geral: Expressividade no agronegócio com destaque à exportação do agronegócio nacional por meio do porto de Santos, atividades de fomento à agricultura orgânica, capacitação e organização da rede de produção e comercialização, defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias.</p>
<p>Adversidades: Mudanças climáticas (decréscimo das precipitações pluviométricas) com impacto direto na atividade produtiva, necessidade de atualização da legislação e marcos regulatórios, contingenciamento orçamentário e financeiro, insuficiência dos equipamentos de informática e inadequação do quadro de servidores frente às demandas – áreas técnica e administrativa.</p>
<p>Riscos: Propagação de doenças e pragas às principais cadeias representativas do agronegócio, prejuízos ao setor produtivo comprometimento da qualidade orgânica dos produtos, descontinuidade nas ações de fomento, não</p>

atendimento à legislação, prejuízos agrícolas em virtude da escassez de água.
Estratégia de enfrentamento: Práticas agrícolas sustentáveis por meio do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) a fim de evitar a intensificação das mudanças climáticas, parcerias com entidades públicas e privadas, treinamento de servidores e produtores, atualização de normativos, estabelecimento de prioridades e compartilhamento de ações.
Mudanças ocorridas: Destacam-se realizações no estado do Rio de Janeiro, como as práticas difundidas pelo Plano ABC com aumento de 67% de produtores do estado no Cadastro Nacional, criação da Rede Estadual de Sementes Agroecológicas e implantação de duas unidades demonstrativas em produção animal.
Sul
Descrição Geral: Atividades e ações voltadas ao agronegócio, defesa fitossanitária e sanitária, inspeção, classificação, cooperativismo e associativismo rural, fomento e desenvolvimento agropecuários, infraestrutura e aperfeiçoamento da gestão.
Adversidades: Contingências de natureza administrativa e financeira, número reduzido de servidores nas áreas técnica e administrativa, legislação das áreas-fins desatualizada, procedimentos administrativos ineficazes, capacitação ineficiente, falta de estrutura organizacional e suporte limitado do órgão central.
Riscos: Riscos à saúde pública pela introdução e disseminação de pragas e doenças que ameaçam também a produtividade agropecuária nacional, perda da competitividade com prejuízos à imagem institucional e fragilidade de segurança jurídica nas operações, impactos econômicos negativos à exportação, exposição do consumidor ao alimento inseguro.
Estratégia de enfrentamento: Aprimoramento e otimização da gestão de recursos humanos e financeiros, melhoria da infraestrutura, sistematização e atualização das normas e procedimentos, governança e informatização de processos, treinamento e contratação de pessoal, integração com outros agentes públicos e foco na fiscalização de produtos de maior risco.
Mudanças ocorridas: Aumento expressivo das demandas, utilização de recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA), efetivação de termos de cooperação, aumento das demandas, criação de grupo de trabalho para alterar a legislação, remanejamento de Fiscais Federais Agropecuários.
Centro-Oeste
Descrição Geral: Atividades e ações desenvolvidas na área de defesa animal e vegetal, atuação na fiscalização de insumos, implantação do Plano de Erradicação da Tuberculose, controle do foco de encefalopatia espongiforme bovina e de doenças vesiculares na cidade de Castanheira-MT, identificação dos primeiros casos de Mormo e controle da ferrugem asiática da soja.
Adversidades: Contingenciamento de recursos financeiros e humanos, inexistência de lei nacional de sanidade vegetal, produtores insistindo na prática da “safrinha” ¹ de soja, desatualização dos técnicos das áreas fim em relação aos avanços e inovações tecnológicas.
Riscos: Ausência de fiscalização e inspeção em produtos de origem animal e vegetal, propagação de doenças e pragas, possibilidade de ocorrência de uma emergência sanitária, risco de um “apagão fitossanitário” comprometendo a produtividade da soja, prejuízos aos produtores e ao agronegócio com reflexos sociais e na balança comercial.
Estratégia de enfrentamento: Recomposição de recursos humanos, parcerias com organizações públicas e privadas, gestão administrativa em parceria com os governos estaduais, revisão do Decreto 7.689/12, descentralização da autorização de Ordens de Serviço para as SFAs e capacitação dos servidores.
Mudanças ocorridas: Rigor nas orientações e no controle de defesa animal e vegetal, atendimento das exigências propostas pelo mercado interno e externo, referência em informações estratégicas para o agronegócio e garantia da inocuidade e qualidade dos alimentos.

¹ Safrinha de soja ou segunda safra: A rotação de culturas, é uma técnica recomendada para reduzir a proliferação de doenças e melhorar o solo. A safrinha ocorre quando o produtor abre mão da rotação e volta a semear o grão imediatamente após a colheita da própria soja.

ITEM 3 – RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivos estratégicos na perspectiva da sociedade

3.1 Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio

3.1.1 Descrição

Nome do Objetivo	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Responsável	Secretário de Política Agrícola – SPA (*Vide item 1.2)
Definição geral	Participar do desenvolvimento do País, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

3.1.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

O Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola (DEAGRI) estimou a demanda potencial de recursos para financiar a safra e apoiar sua comercialização em 2014, propôs a criação de novos programas de investimento e mudanças nas condições de financiamento do setor agropecuário. Foram criados, no âmbito da SPA/MAPA, dois grupos de trabalho, com ampla participação de órgãos de governo e de lideranças setoriais, para a revisão da legislação referente aos títulos do agronegócio e às custas de registro cartorial dos contratos de crédito rural, resultando em propostas de encaminhamento dessas questões. No período 2006-2014 o financiamento concedido aos produtores rurais foi multiplicado por 3,8, conferindo ênfase aos créditos de investimento, contribuindo para o aumento da produção e da renda do produtor rural, medida pelo Valor Bruto da Produção agropecuária, que em 2014 atingiu R\$ 463,8 bilhões, um aumento de 80% em relação a 2006.

O Brasil exportou US\$ 225,10 bilhões em mercadorias entre janeiro e dezembro de 2014, com retração de 7,0% em relação a 2013. No mesmo período, as exportações do agronegócio diminuíram 3,2%, atingindo a cifra de US\$ 96,75 bilhões. Assim, a participação das exportações do agronegócio subiu para 43,0% do total exportado pelo Brasil. O superávit comercial do agronegócio decresceu US\$ 2,77 bilhões, alcançando a marca de US\$ 80,13 bilhões.

Para ajudar no aumento das exportações, em 2014 o MAPA organizou a participação oficial brasileira em onze feiras comerciais internacionais do setor de bebidas e alimentos: *Foodex Japan*, SIAL Xangai e *Food & Hotel China*, na Ásia; *Summer Fancy Food Show*, SIAL Canadá e *Americas Food and Beverage*, na América do Norte; *Prodexpo*, *Macfrut* e *WorldFood Moscow*, na Europa; *Expoalimentaria*, na América do Sul; e SAITEX, na África. Estes eventos contaram com 328 participações de 212 empresas brasileiras, o que representa um acréscimo de 27% e 25%, respectivamente, em relação a 2013.

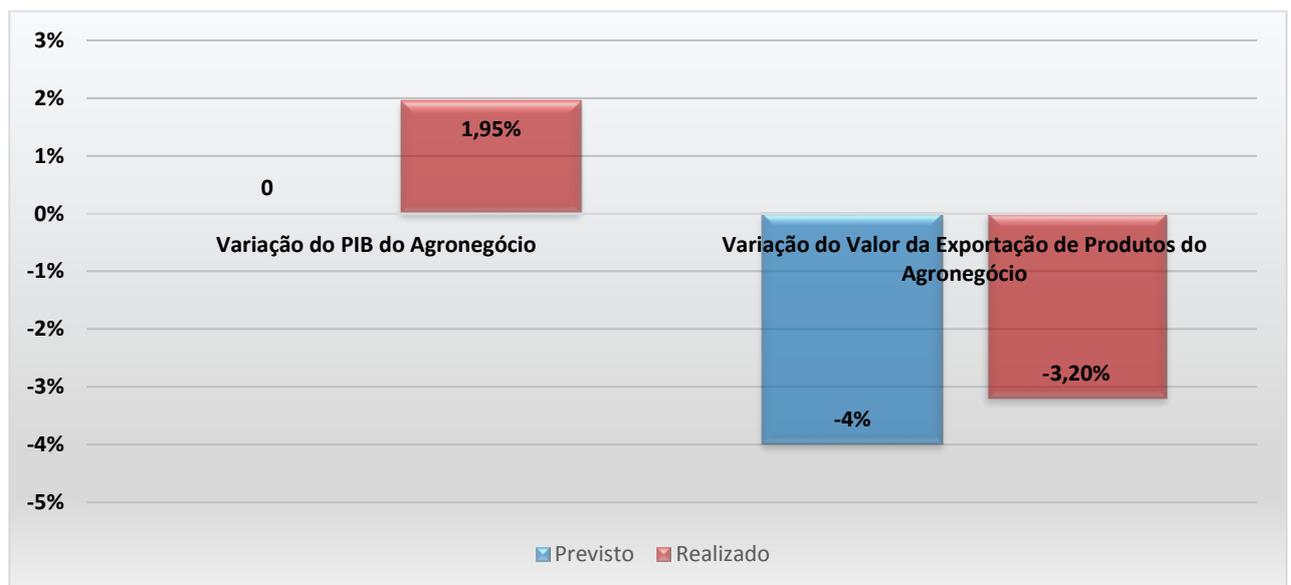
2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do MAPA em 2006 e aos avanços alcançados no exercício de 2014:

As políticas de crédito rural para as safras 2013/14 e 2014/15 resultaram em maior apoio à produção e à produtividade agropecuária, relativamente a 2006. Em 2014 as taxas de juros do crédito rural se mantiveram reduzidas e os financiamentos concedidos para custeio, comercialização e investimentos, foram ampliados, atingindo R\$ 166,7 bilhões, correspondendo a um aumento real de 242% em relação a 2006. Novos programas de investimento foram criados, com o objetivo específico de ampliar a capacidade de armazenagem, promover a inovação tecnológica nas propriedades rurais e reduzir a emissão de gases de efeito estufa e o desmatamento, ampliar a área de florestas cultivadas e estimular a recuperação de áreas degradadas, além de conferir maior apoio ao médio produtor. A produção e a produtividade de grãos tiveram significativo aumento entre a safra 2006/07 e a safra estimada para 2014/15, cuja variação foi, respectivamente, de 131,7 milhões de toneladas para 202,1 milhões e de 2.851 kg/ha para 3.501 kg/ha. Nesse mesmo período a área plantada aumentou de 46.212,6 milhões de hectares para 57.755,1 milhões.

Em 2006, as exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 49,47 bilhões, com participação de 35,9% no total exportado pelo Brasil no ano (US\$ 137,81 bilhões). Em 2014, o Brasil exportou US\$ 96,75 bilhões em produtos do agronegócio, com participação de 43,0% no total das vendas externas no período (US\$ 225,10 bilhões). No comparativo entre os dois anos, houve crescimento das exportações agropecuárias de 95,6% ou US\$ 47,28 bilhões. Os dois principais setores do agronegócio em valor exportado permaneceram inalterados no período: o complexo soja e as carnes. Em 2014, o complexo sucroalcooleiro ficou na terceira posição entre os principais setores, posição ocupada pelos produtos florestais em 2006. Em relação aos principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro, o destaque no período foi a China, que ultrapassou a União Europeia (UE28) e os Estados Unidos, e passou da terceira posição em 2006 (US\$ 3,78 bilhões) para a primeira colocação em 2014 (US\$ 22,07 bilhões).

3. Principais indicadores e macroprocessos:

Gráfico de indicadores previstos x realizados em 2014



Fonte: CEPEA/USP

Indicadores	2006		2013		2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Conforme planejado
Varição do PIB do Agronegócio	-	-0,53%	-	3,31%	-	1,95%	-	Merece atenção
Varição do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio	4%	13,40%	8%	4,34%	-4%	-3,20%	-	Desconforme

Em 2014, segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA/USP), o segmento apresentou um crescimento de 1,95% sobre o ano anterior, com uma produção de cerca de R\$ 1,2 trilhão, representando aproximadamente 23% do PIB nacional. As atividades agrícolas respondem por cerca de 70,0% desse resultado enquanto que as da pecuária são responsáveis pelos 30% restantes. Os números apresentados pelo setor demonstram de forma inequívoca sua importância e sua dinâmica para a economia nacional. De fato, enquanto que em 2014 estimava-se um crescimento da economia como um todo em torno de 0,2%, conforme projeções publicadas no relatório Focus do Banco Central do Brasil, o setor cresceu de forma significativa, principalmente quando comparado a outros setores. A queda nos preços das *commodities* agrícolas, contribuiu para reduzir o potencial de crescimento do PIB do setor.

Conforme o relatório do CEPEA/USP, “a cadeia da pecuária teve alta mensal de 0,66%, enquanto a cadeia agrícola recuou 0,25%. Neste último, pesou a reestimativa para baixo na produção agrícola para 2014, paralelo à desaceleração nas cotações de importantes produtos como trigo, milho, batata e algodão. No ramo pecuário, preços e volumes em maiores patamares, tanto para animais para abate (suínos, frango e bovinos), quanto para a atividade leiteira, explicam o desempenho positivo no ano.”

Um cenário de queda se configurou na agroindústria, em grande parte devendo-se à pressão exercida pelo desempenho negativo das atividades de processamento de base agrícola. Até o oitavo mês de 2014, esse segmento da agroindústria acumulava decréscimo de 0,81%. Isso se refletiu na queda de faturamento em 70% das indústrias acompanhadas pelo relatório do CEPEA/USP.

Em face da atividade econômica mais fraca no primeiro semestre e das incertezas para os próximos meses, a confiança do produtor rural tem caído. O Índice de Confiança do Agronegócio, elaborado pela Fiesp e OCB, apresentou queda de 10,9 pontos percentuais no segundo trimestre de 2014, em relação ao trimestre anterior.

As exportações do agronegócio alcançaram a cifra de US\$ 96,75 bilhões, com decréscimo de 3,2% em relação ao valor exportado no ano anterior, que foi US\$ 99,97 bilhões. As exportações de soja foram responsáveis por 32,5% das vendas externas do agronegócio nesse quarto período de avaliação, ante 31,0% de participação no ano precedente.

Em 2014, foram comercializadas 45,7 milhões de toneladas de soja em grãos, enquanto que em 2013 foram vendidas 42,8 milhões de toneladas, o que representou um incremento de 6,8% no quantum comercializado. A cotação média do produto sofreu queda de 4,4% no período. O principal destaque no que se refere ao crescimento das exportações foi observado com o café em grãos, com variação de US\$ 1,46 bilhão no período e vendas externas totais de US\$ 6,04 bilhões. Esse desempenho positivo foi preponderante para que o indicador terminasse o ano acima da meta anual reavaliada no terceiro levantamento de 2014 (-4,0%).

Os cinco principais setores exportadores de 2014 foram responsáveis por 78,4% das vendas do agronegócio, o que representa a manutenção do percentual em relação ao verificado em 2013 e evidencia a continuidade da concentração da pauta exportadora em poucos produtos.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (LOA + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20ZT – Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional/PO 0001: Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais	1.268.960		1.141.541		90		90		Missão apoiada
20ZT – Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional/ PO 0002: Funcionamento das Adidâncias Agrícolas	2.553.071		1.731.265		8		8		Posto de representação mantido
20ZT – Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional/PO 0003: Promoção da Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Mercado Externo	3.445.000		3.536.773		19		22		Evento realizado

Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

5. Principais desafios:

A existência de barreiras e/ou obstáculos no comércio internacional gera a necessidade de negociações constantes, quer seja para a manutenção de mercados em que o Brasil já está presente, quer seja para a abertura de novos mercados.

3.1.3 Conclusão

Avaliação do resultado

Não obstante não tenham sido estabelecidas metas de crescimento da produção e do PIB agrícola para o período em análise, pode-se afirmar que os objetivos estratégicos de aumentar a produção de produtos

Ações para melhoria de desempenho

Dentro desta perspectiva, os objetivos estratégicos do MAPA ficam muito dependentes de fatores externos à pasta o que limita a sua capacidade de ação, principalmente os fatores de mercado

agropecuários de forma sustentável, e contribuir para o fortalecimento do agronegócio e para o desenvolvimento da economia, foram alcançados. Os números mais recentes apontam um pequeno decréscimo com relação aos anteriores devido principalmente a fatores externos como: crise internacional, inflação e o preço internacional das *commodities*.

(preço das *commodities*) e de outras áreas do governo (ex.: definição de taxa de juros). Dentro das ações do MAPA pode-se destacar as constantes negociações para abertura de novos mercados aos produtos brasileiros e o aumento do volume de recursos para financiamento das próximas safras.

3.2 Garantir a segurança alimentar

3.2.1 Descrição

Objetivo:	Garantir a segurança alimentar
Responsável:	Secretário de Defesa Agropecuária (*Vide item 1.2)
Definição geral	
Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.	

3.2.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

No ano de 2014, iniciou-se a execução de um cronograma nacional de análises fiscais estabelecido em norma específica para fins de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos comestíveis de origem animal e água de abastecimento de estabelecimentos registrados e relacionados junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em relação ao Programa Nacional de Controle de Patógenos, foi iniciada a execução do programa exploratório para pesquisa de *Salmonella spp.* em carcaças de suínos, finalizado o programa exploratório de pesquisa de *Salmonella spp.* em carcaças de frangos e encerrada a primeira etapa da análise de *Escherichia coli* verotoxigênica em carne bovina *in natura* utilizada na formulação de produtos cárneos.

Com relação à parte vegetal, foram intensificadas as ações de inspeção e fiscalização de estabelecimentos e de produtos, com a ampliação do número de amostras coletadas para fins de verificação da conformidade, aplicando de maneira experimental a metodologia baseada nos princípios de análise de risco. As ações de monitoramento da qualidade e segurança dos produtos vegetais executadas dentro do PNCRC/Vegetal permitiram a ampliação do controle de resíduos e contaminantes, na medida em que contribuíram para o aprimoramento dos autocontroles aplicados ao longo da cadeia produtiva.

Os recursos disponibilizados para financiamento rural aumentaram para R\$ 156,1 bilhões na safra 2014/2015, sendo R\$ 112 bilhões para custeio e comercialização, e R\$ 44,1 bilhões para investimento; houve maior estímulo ao produtor rural de médio porte, com aumento no volume de recurso, maior valor financiável e taxa de juros mais vantajosas; houve avanços nas políticas de crédito para investimento em infraestrutura e logística, melhorando a armazenagem; e mais incentivos para inovação e tecnologia. Na safra 2005/06, o volume de recurso programado para

custeio e comercialização foi de R\$ 33,20 bi mais R\$ 11,15 bi para investimento. Em 2013/14, esses números foram de, respectivamente, R\$ 97,627 bi e R\$ 38,436 bi.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do MAPA em 2006 e aos avanços alcançados no exercício de 2014:

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) desenvolveu programas de amostragem de produtos de origem animal, por meio de processos sistemáticos de coletas, análises e interpretações de dados sobre identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal. Os programas foram desenvolvidos, com apoio de membros da Comissão Científica Consultiva em Microbiologia instituída e nomeada em normas específicas, por meio de estabelecimento de planos amostrais estatisticamente delineados para que as amostras representassem o universo dos produtos e categorias de produtos elaborados nos estabelecimentos registrados e relacionados junto ao SIF, de forma a permitir a identificação da prevalência de desvios e de patógenos emergentes. Essa ferramenta tem viabilizado o aperfeiçoamento das metodologias de controle oficial utilizadas pelo Serviço de Inspeção Federal no gerenciamento do risco, fundamentais para subsidiar, com base científica, as adoções de políticas e regulamentações sobre inocuidade dos alimentos.

No ano de 2014, foram iniciadas revisões de legislações com base nos resultados de análises dos programas de redução de patógenos. O índice de conformidade dos produtos vegetais demonstrou um comportamento crescente ao longo do período avaliado (2006-2014), mas indicando alguma estabilidade nos últimos anos, apesar do aumento da produção agrícola e consequentemente do consumo per capita de alimentos registrado no país. Os principais fatores que podem ter contribuído para esse resultado podem estar relacionados à redução da força de trabalho disponível para execução das atividades, no que concerne ao setor público, mas também à participação incipiente do setor privado no papel de corresponsável pela qualidade e segurança do alimento disponibilizado ao consumidor. A melhoria da estrutura de apoio laboratorial permitiu a execução, a partir de 2009, do PNCRC/Vegetal, com ampliação gradativa do monitoramento das cadeias produtivas quanto à presença de resíduos de agrotóxicos e contaminantes biológicos.

Os processos internos de gestão estratégica delineados pelo MAPA, incluindo informação, produtos e serviços, e articulação e promoção não foram implementados de maneira adequada, em prejuízo – de modo geral – à execução das ações necessárias ao cumprimento da missão estabelecida no planejamento estratégico estabelecido em 2006. Especificamente no tocante à garantia da segurança alimentar, as limitações advindas da carência de recursos humanos, embora não tenham afetado diretamente o resultado obtido no cálculo do índice de conformidade de produtos de origem vegetal, a redução da força de trabalho ao longo do período inviabilizou a ampliação das ações voltadas à garantia da qualidade e conformidade dos produtos agrícolas para outras cadeias produtivas, além daquelas que já vinham sendo rotineiramente avaliadas.

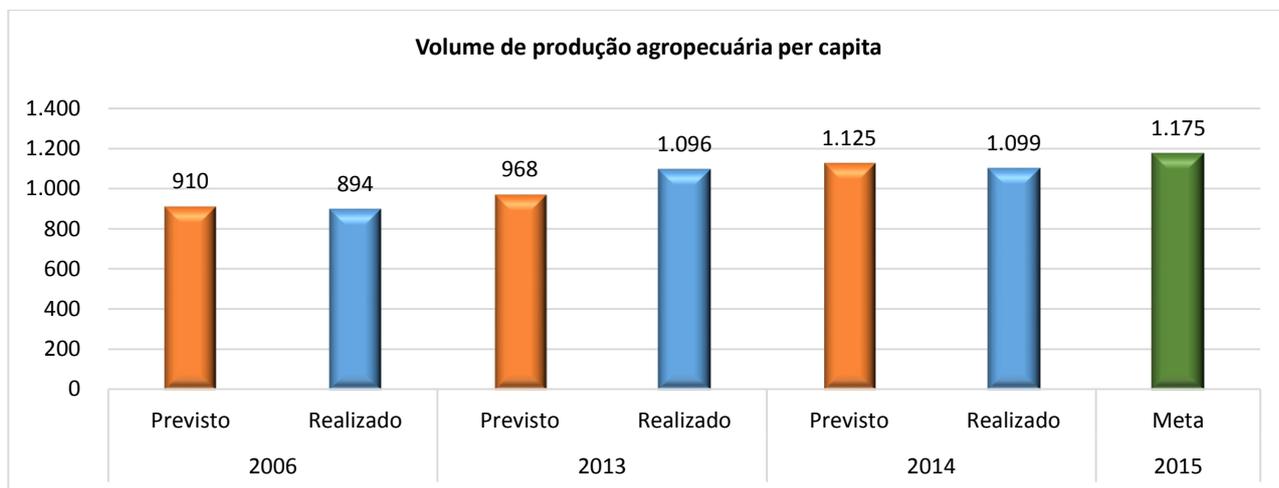
As políticas empreendidas para melhoria da armazenagem e na gestão de risco rural têm reflexo direto e indireto positivo na garantia da segurança alimentar. Do ponto de vista da gestão do risco rural, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), ao facilitar o acesso do produtor rural ao seguro e condicionar esse benefício à observância do zoneamento agrícola de risco climático, proporciona a estabilidade da renda do produtor rural, pois na ocorrência de uma intempérie, o mesmo estará capitalizado para a próxima safra, permitindo que a produção agrícola nacional não fique comprometida.

A menor taxa de apoio reflete preços aos produtores rurais acima do custo de produção e, por consequência, menor risco de desabastecimento do produto. A Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), por meio de seus mecanismos (AGF, PEP, PROP, PEPRO, Opção Pública), apoiou, em 2014, a comercialização de algodão, borracha, café, feijão, laranja, milho e trigo, num

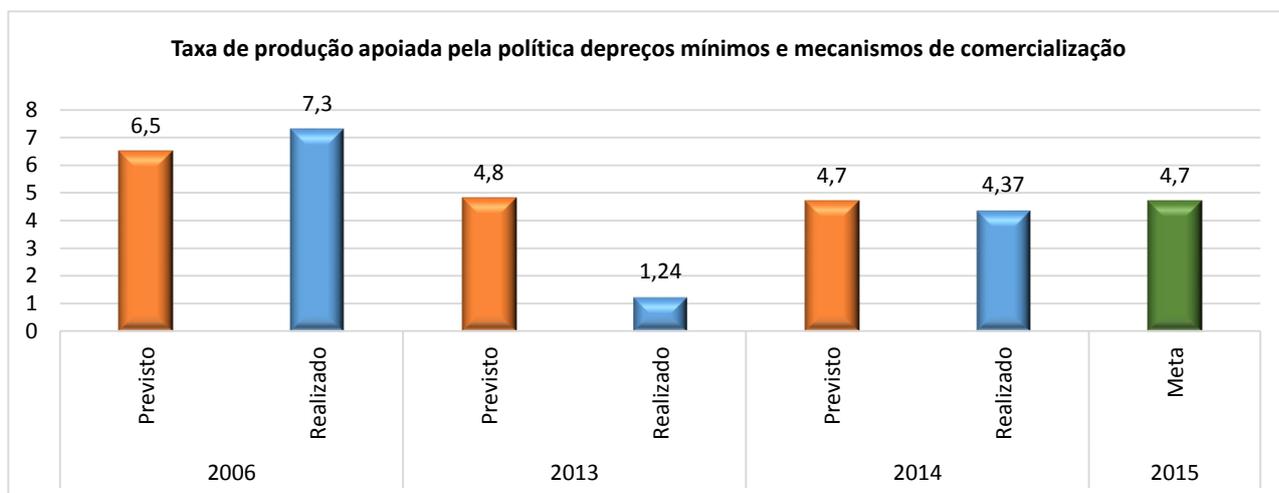
total de 8,35 milhões de toneladas, contra 21,77 milhões de t em 2006. Em termos de financiamento da comercialização, as linhas de crédito FEE, FEPM, FGPP, dentre outras, aplicaram R\$ 15,9 bilhões em 2014, contra R\$ 3,08 bilhões em 2006.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos:

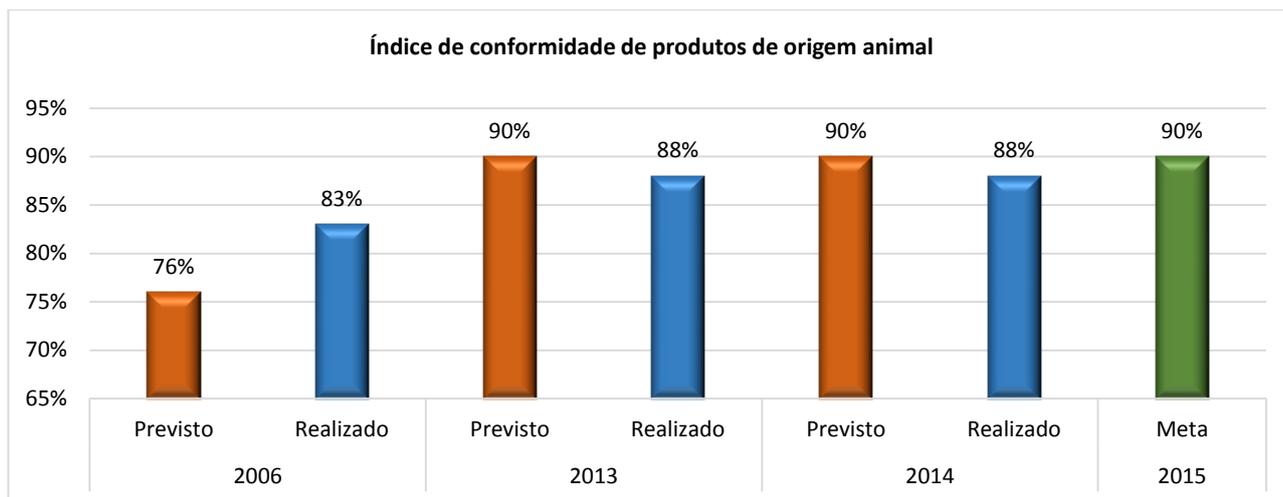
Gráficos de indicadores previstos x realizados em 2014



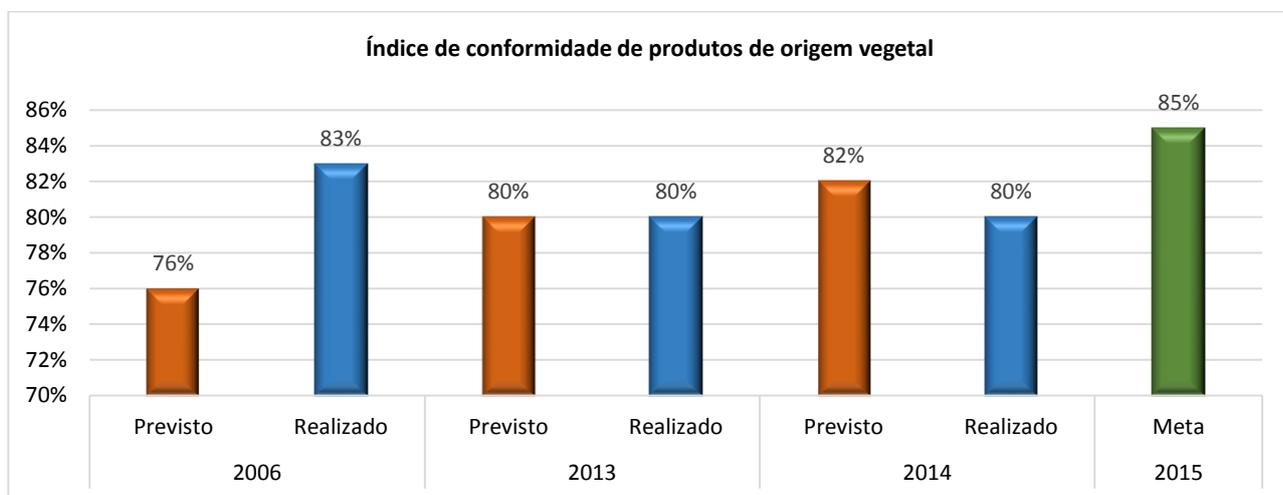
Fonte: CONAB (Grãos); PS&D e FAS/ USDA (Proteínas); Sidra/IBGE (Frutas e Hortaliças); IBGE (nº total de hab.)



Fonte: IBGE e CONAB



Fonte: DIPOA e SIPOA/SISA/SIFISA



Fonte: DIPOV

Indicador	2006		2013		2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	
Volume de Produção Agropecuária per capita	910	894	968	1.096	1.125	1.099	1.175	Conforme planejamento
Taxa de Produção Apoiada pela Política de Preços Mínimos e Mecanismos de Comercialização	6,5	7,3	4,8	1,24	4,7	4,37	4,7	Merece atenção
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	76%	83%	80%	80%	82%	80%	85%	Desconforme
Índice de conformidade de produtos de origem animal	76%	83%	90%	88%	90%	88%	90%	

No indicador “Taxa de produção apoiada pela política de preços mínimos e mecanismos de comercialização”, quanto menor o valor, maior a efetividade da política e melhor a renda do produtor rural. O resultado de 2014 ficou abaixo da meta inicial, demonstrando que a demanda pelos mecanismos da PGPM foi menor que o previsto. Pode-se inferir que os preços dos produtos considerados no cálculo do indicador $[\text{Produção apoiada (t)/Produção total de produtos elegíveis (t)} * 100]$ permaneceram, por mais tempo, acima do preço mínimo de referência.

A meta do indicador Volume de Produção Agronegócio Per Capita toma como base a estimativa de safra informada no último trimestre do ano anterior. Deste modo, a previsão foi de

1.107 kg/habitante, estimativa esta revista para baixo em função, principalmente, das menores produções de frutas e hortaliças, divulgadas pelo IBGE. Esse fato somado à revisão para baixo da produção de grãos em 2013/2014 diminuiu a previsão do valor de 2014 para 1.099 kg/habitante/ano.

Em 2006, o índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal era medido em conjunto. O indicador foi desmembrado em dois (animal e vegetal) a partir de 2011 quando foram estipuladas metas diferenciadas para os anos seguintes. A meta para produtos de origem animal é estipulada pelo número de estabelecimentos ativos. Em 2014, o número de estabelecimentos diminuiu e ao final do ano existiam 3.224 estabelecimentos ativos. Os resultados alcançados em 2014 apontam o alcance da meta apesar da diminuição de supervisões realizadas nos estabelecimentos produtores, decorrente do contingenciamento de recursos que implicou diretamente na redução do número de supervisões. As mensurações realizadas nos trimestres de 2014 contêm diferenças em relação ao número de coletas amostradas, em função do novo modelo de distribuição de amostras baseado em delineamento estatístico.

A meta para produtos de origem vegetal vem sendo atingida, apesar da restrição de recursos humanos e financeiros. No que diz respeito à área de qualidade vegetal, o elemento que mais contribuiu para o desempenho apurado foi a forma de obtenção das amostras junto aos mercados e atacadistas, que passou a ser baseada em amostras "cegas", sendo capaz de ter uma estimativa real da qualidade dos produtos que vem sendo ofertados à população brasileira.

Na área de Vinhos e Bebidas, o desempenho favorável se deu principalmente pela concentração das fiscalizações (tanto em estabelecimentos quanto em produtos) em áreas próximas às unidades descentralizadas do MAPA (Superintendências Federais de Agricultura – SFA) motivada pelo contingenciamento de recursos. Devido ao contingenciamento de recursos financeiros as atividades estão sendo executadas sem que seja seguida rigorosamente a programação.

As metas estipuladas para os Índices de Conformidade de Produtos de Origem Animal e de Origem Vegetal para 2015 têm por base a evolução dos resultados do indicador desde 2006, mais precisamente do exercício anterior, e considera os recorrentes contingenciamentos orçamentários e financeiros e a progressiva diminuição do quadro funcional apto a realizar fiscalizações no período.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 1/PO 001 - COLETA	165.353,50	0	183.552,85	0	27.090	0	47.239	0	Unidade
Ação 2/PO 002 SUPERVISÃO	1.709.394,28	0	1.778.181,55	0	3.809	0	1.783	0	Unidade
Ação 3/PO 001 Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei 10.823/2003).	700.000	428.115	399.933	403.133	47	31	39	28	Mil
20ZX/000E	8.953.992,00	635.993,90	7.984.986,43	526.528,44	3.600	n/a	3.613	n/a	Estabelecimento fiscalizado
20ZX/000H	3.200.000,00	147.333,06	2.348.819,97	80.227,67	2.000	n/a	2.650	n/a	Estabelecimento

									fiscalizado
--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------------

Obs.: O DIPOA não possui um Plano Interno (PI) específico para as ações mencionadas. O PI do DIPOA engloba diversas atividades da inspeção e que os dados foram informados pelos estados e compilados através de planilhas de Excel.

5. Principais desafios

Visando a modernização do serviço de inspeção, está em fase de desenvolvimento um sistema informatizado – que deverá entrar em operação provavelmente até o fim de julho de 2015 – para o gerenciamento de coleta de amostras oficiais e consulta de resultados das análises físico-químicas e microbiológicas de produtos de origem animal.

Continuar aumentando a disponibilidade de recursos financeiros para financiamento rural a taxas de juros favorecidas, melhorando o nível tecnológico e produtivo do setor rural brasileiro. Aumentar o acesso dos produtores ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

3.2.3 Conclusão

Avaliação do resultado

O objetivo estratégico de Garantir a Segurança Alimentar está sendo alcançado. Os indicadores mostram a produção e a fiscalização sendo executados conforme as metas estabelecidas.

Ações para melhoria do desempenho

O MAPA está trabalhando na construção de um sistema de informação para melhorar o gerenciamento e a execução das atividades de fiscalização e segue trabalhando também para aumentar o volume de recursos disponíveis para financiamento da safra com o intuito de auxiliar os produtores na incorporação de tecnologia e aumento de produtividade.

3.3 Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética

3.3.1 Descrição

Objetivo:	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética
Responsável:	Secretário de Produção e Agroenergia – SPAE (*Vide item 1.2)
Definição geral	
Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.	

3.3.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

Na safra 2014/15, a lavoura de cana-de-açúcar teve a sua área plantada expandida em 2%, o que representa um aumento de 193 mil hectares. A produção esperada de cana-de-açúcar deverá atingir 642 milhões de toneladas, que produzirão 28,7 bilhões de litros de etanol e 36,3 milhões de

toneladas de açúcar. A produtividade da cana-de-açúcar deverá apresentar queda da ordem dos 4,5% na safra atual. Este decréscimo decorre principalmente da falta de chuvas.

Um passo incremental importante, resultante da Lei nº 13.033/2014, foi o aumento do percentual de mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, de 5% para 6%, a partir de julho de 2014, e de 6% para 7%, a partir de novembro 2014.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações: a) PRORENOVA – BNDES: Linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais e implantação de novos. – foram disponibilizados R\$ 4 bilhões; b) Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol, visando disponibilizar recursos para carregamento de estoques até o período da entre safra – os recursos disponibilizados foram de R\$ 2 bilhões (50% BNDES e 50% Poupança Rural – Banco do Brasil); c) Subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar e de etanol do Nordeste com relação à produção da safra 2011/12, aprovada pela Lei 12.865/2013 e Decreto 8.079/2013, com valores de R\$190.059.887,22 e R\$ 382.425.080,56 milhões, respectivamente. Foram ainda, realizados dois projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas. As difusões se deram por meio do apoio à realização do VI Congresso Brasileiro de Mamona e III Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas. O evento ocorreu, de 12 a 15 de agosto, em Fortaleza-CE, e reuniu um público de 650 participantes. Foram realizadas: conferências, palestras, minicursos, workshops e visitas técnicas, as quais viabilizaram a troca de conhecimento, capacitação, transferência de tecnologias e discussões sobre o futuro das oleaginosas no Brasil. Também foi lançada a 4ª edição do Anuário Estatístico da Agroenergia 2014 no qual consolida as informações da cadeia agroenergética, e dá maior publicidade aos dados existentes no MAPA. Esta edição traz também a produção de açúcar por tipo, um dado muito buscado pelos setores alimentício e de bebidas, além do tradicional público acadêmico. Essas informações vão ampliar o conhecimento do mercado de açúcar e a geração de conhecimento tanto para o setor público quanto o privado.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do MAPA em 2006 e aos avanços alcançados no exercício de 2014:

O indicador definido à época da elaboração do plano estratégico do MAPA avalia, em porcentagem, a taxa de participação da agroenergia na matriz energética (Tabela 1). Entretanto, esta avaliação não expressa, em números absolutos, as variações (positivas ou negativas) ocorridas no período na matriz energética decorrentes das ações de fomento à agroenergia, dados presentes na Tabela 2. Outro problema vinculado ao indicador, é que os dados referentes a outras fontes renováveis (Tabelas 1 e 2), incluem outras fontes de energia não agrícolas, como eólica e fotovoltaica. Além disso, existem também complicações quanto à data de disponibilização dos dados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), feita por meio do Balanço Energético Nacional (BEN), que ocorre a partir de julho do ano posterior à análise. Como forma de melhorar a avaliação dos resultados das ações, em 2013, houve a alteração do referido indicador para: Produção de bicombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola. Os dados apurados no período seguem na Tabela 3.

Tabela 1 – Taxa de participação da agroenergia na matriz energética (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	30,3	31,1	32,0	32,1	31,1	29,3	28,5	28,6	
Lenha	12,7	12,0	11,6	10,1	9,7	9,5	9,1	8,3	

Produtos da cana	14,6	15,9	17,0	18,1	17,5	15,7	15,4	16,1
Outras renováveis	3,0	3,2	3,4	3,9	3,9	4,1	4,0	4,2

Fonte: BEN 2014, base 2013 – Oferta interna de energia

Obs.: Dados de 2014 serão disponibilizado apenas a partir de julho de 2015.

Tabela 2 - Oferta interna de energia em mil tep (tonelada equivalente de petróleo)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	68.346	74.185	80.625	77.941	83.564	79.887	80.645	84.496	
Lenha	28.589	28.628	29.227	24.610	25.998	25.997	25.683	24.580	
Produtos da cana	33.003	37.852	42.872	43.872	47.102	42.777	43.557	47.603	
Outras renováveis	6.754	7.705	8.526	9.459	10.464	11.113	11.405	12.313	

Fonte: BEN 2014, base 2013 – Oferta interna de energia

Obs.: Dados de 2014 serão disponibilizados apenas a partir de julho de 2015

Tabela 3 – Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola em tep (tonelada equivalente de petróleo)

	2013	2014
Etanol anidro	6.265.106	6.225.860
Etanol hidratado	8.108.493	8.563.177
Biodiesel	2.354.125	2.653.591
Total	16.727.725	17.442.628

Fonte: MAPA (dados estatísticos quinzenais do Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira) e Agência Nacional do petróleo.

Se a análise for feita com base nos dados da Tabela 1, chega-se à conclusão de que houve uma diminuição da participação da agroenergia na matriz energética nacional no período avaliado. Porém, quando se avaliam os dados da Tabela 2, conclui-se que houve um crescimento na oferta interna de energia derivada da agroenergia, principalmente oriunda de produtos da cana-de-açúcar. No que se refere à lenha, a tendência é de diminuição de consumo, uma vez que sua utilização é inversamente proporcional ao aumento da renda. Por sua vez, conforme acima mencionado, os dados referentes a outras fontes renováveis (Tabelas 1 e 2) incluem biodiesel, além de energia eólica e fotovoltaica, dentre outras. A disponibilização de energia por estas fontes não agrícolas cresceu muito nos últimos anos, entretanto não é disponibilizada separadamente no BEN.

Se a avaliação for feita tendo como referência o novo indicador adotado a partir de 2013 (Tabela 3), verifica-se um crescimento na produção de etanol em 2014 com relação a 2013, que decorre de uma safra mais alcooleira, a despeito da seca ocorrida nas regiões produtoras. Por outro lado, houve um incremento na produção de biodiesel derivado do aumento da mistura obrigatória de 5% para 6%, a partir de julho de 2014; e de 6% para 7%, a partir de novembro 2014. Como resultado, tem-se uma ampliação na produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola em 2014 de 4,2% em relação a 2013.

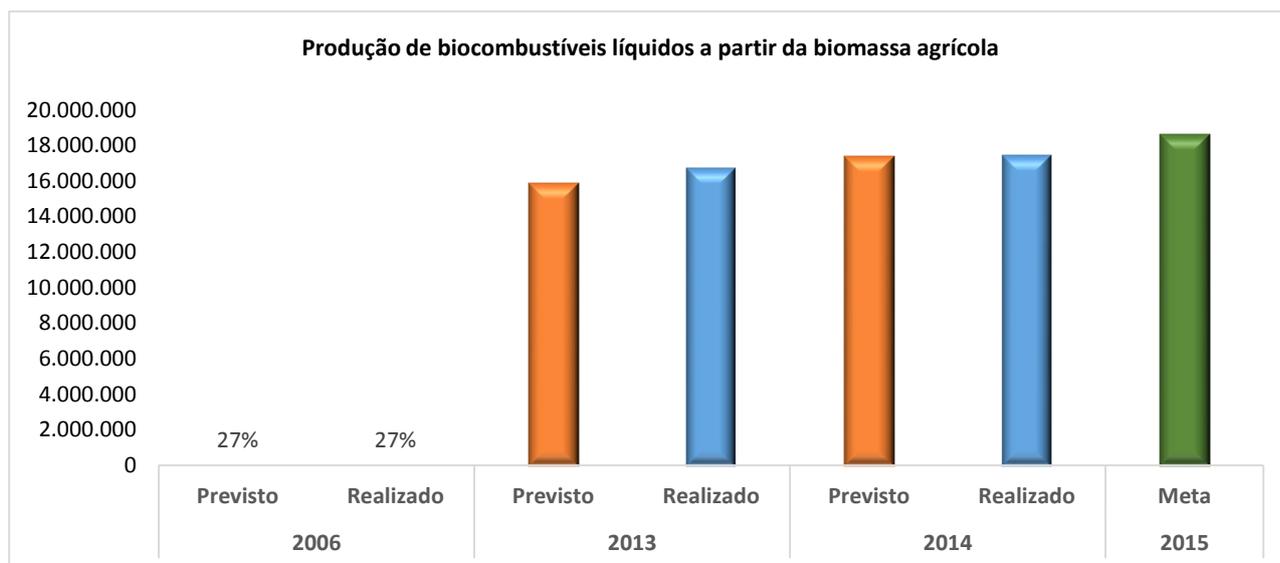
3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos:

Gráfico de indicadores previstos x realizados em 2014

Indicador	2006	2013	2014	2015	Legenda
-----------	------	------	------	------	---------

	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Conforme planejado
Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola	27%	27,3%	15.891.085	16.727.725	17.407.805	17.442.628	18.636.779	Merece atenção
								Desconforme

Fonte: MAPA (dados estatísticos quinzenais do Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira) e Agência Nacional do Petróleo.



O indicador antes denominado “Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional” bem como sua fórmula, unidade de medida e frequência de mensuração, foram alterados em junho de 2013. Em 2006, era medido em termos percentuais e o registro mais antigo de medição em tep (tonelada equivalente de petróleo), hoje praticada, é de alcance do resultado de 14.459.251 toneladas, não tendo sido possível encontrar, no entanto, a meta em tep estabelecida para aquele ano.

O desempenho do indicador vem afetando positivamente o objetivo estratégico ao longo do tempo. Devido ao espaço de tempo de dois a três meses para divulgação dos dados de produção de biodiesel no site da ANP, os relatórios de acompanhamento sempre são concluídos de dois a três meses posteriormente ao término do trimestre. Nos primeiro e segundo trimestres de 2014 o etanol foi o principal influenciador positivo do resultado apurado.

No terceiro trimestre a meta alcançada (12.819.329) ficou ligeiramente abaixo do projetado (13.055.854) tendo sido a meta anual superada em 0.20% no quarto trimestre atingindo 17.442.628, provavelmente pelo aumento da produção e consumo, devido à ampliação da mistura obrigatória para 6% de julho a outubro e de 7% a partir de novembro.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (LOA + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
PO 0001 – Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Prod. Agroen. p/ o Desenvolvimento Sustentável	120.000	0	0	0	120	0	0	0	Unidade
PO 0002 – Estudo das Potencialidades das Matérias Primas Agroenergéticas	80.000	0	0	0	1	0	1	0	Unidade
PO 0003 – Difusão de Tecnologias p/ o Desenvolvimento da Produção Agroenergética	170.000	0	0	0	2	0	2		Unidade
PO 0006 – Pesquisa e Desenvolvimento em Agroenergia	10.000	0	0	0	1	0	0	0	Unidade

5. Principais desafios:

Em 2015, o desafio continuará sendo a expansão da oferta de matérias-primas para a produção de biocombustíveis:

a) Etanol

- Recuperação da produtividade dos canaviais para alcançar patamar de 85 ton/hectare;
- Avaliação, junto com a iniciativa privada, da viabilidade e conveniência de usar o milho para produção de etanol em certas regiões do País;

b) Biodiesel

- Disponibilização de matérias-primas alternativas à soja para produção de biodiesel.

3.3.3 Conclusão

Avaliação do resultado

O objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” está sendo alcançado. A produção está crescendo e as metas têm sido alcançadas. Ponto de destaque no último ano foi o aumento da mistura de biodiesel no óleo diesel de 5% para 7%.

Ações para melhoria de desempenho

Propiciar a recuperação da produtividade dos canaviais por meio da continuidade do Programa de Renovação e Ampliação de Canaviais – PRORENOVA, bem como apoiar por meio de capacitação e transferência de tecnologia o uso de novas fontes agrícolas para a produção de biocombustíveis, tais como: a produção de etanol a partir do milho, a produção de etanol de 2ª geração com a utilização de

biomassa e a produção de biodiesel em algumas regiões do país a partir de outras fontes oleaginosas fora a soja.

3.4 Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos

3.4.1 Descrição

Objetivo:	Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos
Responsável:	Secretário de Política Agrícola – SPA (*Vide item 1.2)
Definição geral	
Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo quanto para a produção de bens processados. São exemplos dessas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras, celulose.	

3.4.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

Em 2006, as aplicações em crédito para investimento em florestamento e reflorestamento foram da ordem de R\$116 milhões. Em 2014, esse valor passou para R\$ 811 milhões. Ainda em 2006, o montante aplicado em custeio de eucalipto foi de R\$ 32 milhões. Em 2012, esse valor passou a R\$ 72 milhões. Esse aumento deveu-se às novas políticas para financiamento de florestas. O setor de florestas plantadas foi beneficiado com políticas de incentivo à produção por meio de linhas de crédito para financiamento, como o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC). Já no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, no período compreendido entre 2006 a 2014, houve um incremento superior a 1.000% para o número de apólices contratadas e o valor de subvenção utilizado para a modalidade florestas. Enquanto em 2006 foram contratadas apenas 15 apólices para o setor de florestas, em 2014 foram contratadas 279 apólices para o mesmo setor, utilizando R\$ 2,4 milhões em recursos orçamentários e cobrindo uma área de 157 mil hectares. A borracha natural e o algodão tiveram os seus preços mínimos amparados por meio de mecanismos de subvenção de preços. Em relação ao PSR, a cultura de algodão saltou de 35 apólices em 2006 para 120 apólices contratadas no último ano, consumindo R\$ 2,2 milhões em subvenção ao prêmio do seguro rural, contra R\$ 319 mil utilizados em 2006. Esse montante possibilitou a cobertura de 40 mil hectares, com crescimento de 639% quando comparado à área segurada para algodão no início do Programa.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do MAPA em 2006 e aos avanços alcançados no exercício de 2014:

Em 2014, foram apoiadas 5,86 mil toneladas de borracha natural por meio dos leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO). Em 2015, Os recursos disponibilizados são suficientes para garantir o preço mínimo a 20% de toda a safra do primeiro semestre de 2015. O 1º semestre representa, aproximadamente, 70% da safra anual de borracha. O 1º PEPRO, realizado em 29 de janeiro de 2015, negociou 93,36% (4.159 toneladas) do total ofertado de 4.455 toneladas. Os PEPRO de algodão totalizaram 905,28 mil toneladas apoiadas em 2014, num total de R\$ 630,67 milhões aplicados.

Com a publicação, no dia 11 de dezembro de 2014, do Decreto No 8.375, que define a Política Agrícola para Florestas Plantadas, o MAPA ficou responsável pela elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF), com horizonte de dez anos. O PNDP deverá conter um diagnóstico da situação do setor de florestas plantadas, incluindo seu inventário florestal; uma proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas; e metas de produção florestal e ações para seu alcance. Também foi criada a Comissão Setorial de Florestas Plantadas, no âmbito do MAPA. As ações deverão contemplar o aumento na oferta de crédito público e privado; a melhoria na gestão de risco rural, por meio do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural; investimento em pesquisa, especialmente, para aumento de produtividade; dentre outras iniciativas. Como forma de incentivar o PNDP, o setor de florestas participou como uma política prioritária dentro do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, contando com um percentual de subvenção maior, no valor de 60% do prêmio do seguro.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos:

Gráfico de indicadores previstos x realizados em 2014

Indicador	2006		2013		2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Conforme planejado
Índice composto da produção de produtos não alimentares e não energéticos	16	23	185	275	281	S/Info.	294	Merece atenção
								Desconforme

Fonte: Sidra/IBGE



O indicador é calculado anualmente, pois os dados do IBGE são disponibilizados no final do ano, relativos ao ano anterior. Para 2014, a estimativa é de 281%. Os números finais de 2014 só serão conhecidos após a publicação dos dados do IBGE, o que deve ocorrer ao final de 2015. A previsão para 2014, em relação a 2013, indica um decréscimo de 17% no valor da produção de borracha, e uma elevação de 4% no valor das madeiras, 2% no dos couros, 5% no do algodão e 2% na das fibras (linho, juta, malva e rami). Como o peso das madeiras é de 57 pontos em relação ao valor final do indicador, a expectativa é de ainda haver crescimento do valor final em relação ao ano

anterior, haja vista que o peso da borracha é de 6 pontos; do couro, 10 pontos; algodão, 28 pontos; e fibras, 0,08 pontos.

A projeção de cada produto até 2015 foi calculada com a tentativa de se retirar as flutuações atípicas ou pontuais de cada série. Para isso calculou-se a taxa equivalente de crescimento anual a partir de médias móveis de 3 períodos, considerando o resultado. O indicador reflete o incremento do valor da produção anual de todos os produtos em relação à média de 2000 a 2003 para borracha, madeira, couro, algodão e fibras.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
PO 0001 – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei 10.823/2003)	700.000	428.115	399.933	403.133	47	39	39	28	Mil
Orçamento – RAP: Restos a pagar processados e não processados									
Físico – RAP: Restos a pagar não processados									

5. Principais desafios

Definir uma boa Política Agrícola para Florestas Plantadas, no âmbito do PNDF, que deverá aumentar a área plantada com espécies florestais, além de favorecer o aumento de produtividade.

3.4.3 Conclusão

Avaliação do resultado

As políticas e atividades do MAPA têm surtido o efeito desejado e estão contribuindo favoravelmente para o alcance do objetivo estratégico de aumentar a produção de produtos Agropecuários não alimentares e não energéticos. Os resultados obtidos até 2014 superam em muito o estimado em 2006 quando se iniciou o atual planejamento estratégico. A criação do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas e tendo o MAPA como responsável pela sua condução demonstra o protagonismo da pasta no setor.

Ações para melhoria de desempenho

O Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas será um grande desafio para o MAPA. Sua condução adequada permitirá a criação de outros mecanismos para estimular a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos, como aperfeiçoamento do seguro rural para florestas plantadas e isenções tributárias para o setor, contribuindo para as atuais ações na execução da estratégia do MAPA.

ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

4.1 Perspectiva do Agronegócio e Parceiros

4.1.1 Descrição

Tema	Agronegócio e Parceiros
Objetivos envolvidos	Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio Ser Excelente na implementação de políticas e na prestação de Serviços para o agronegócio Ser agente de fortalecimento e harmonização do Agronegócio
Responsáveis	Gabinete do Ministro/Assessoria de Comunicação Social

4.1.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

Para alcançar os objetivos estratégicos da Perspectiva do Agronegócio e Parceiros um dos primeiros estudos rotineiros que o MAPA passou a publicar foram as “Projeções do Agronegócio – Projeções de Longo Prazo”. Sua primeira edição foi lançada em 2006 e é referência para o setor hoje. Em 2014 foi publicada a primeira versão em inglês e português mais que dobrando a meta de 2014 (previsão de 25.000 *downloads* e 53.311 realizados). Em 2014 o MAPA também elaborou e disponibilizou um total de 19 estudos de análise e prospecção para o setor. Para aumentar a interlocução do MAPA com o setor produtivo foram criadas em 2006 as Câmaras Setoriais e Temáticas, cuja coordenação-geral está ligada diretamente à Secretaria-Executiva. Suas reuniões ocorrem anualmente e em 2014 foram realizadas mais reuniões do que as inicialmente planejadas (planejadas 108 e 118 realizadas).

2. Análise dos principais indicadores e macroprocessos:

Indicador	2006		2013		2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	
Índice de percepção sobre informações estratégicas	31	39,8	s/ info.	s/ info.	s/ info.	s/ info.	92	Merece atenção
Índice de percepção do agronegócio com relação à atuação do MAPA	35	46,9	s/ info.	s/ info.	s/ info.	s/ info.	87	Desconforme
Índice de percepção da capacidade de fortalecimento e harmonização	42	41,8	s/ info.	s/ info.	s/ info.	s/ info.	89	

Os indicadores dos objetivos estratégicos da perspectiva do Agronegócio e Parceiros são de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social (ACS) do Gabinete do Ministro do MAPA, pois envolvem pesquisas de opiniões diretamente relacionadas ao público de interesse da pasta. Não há dados referentes aos anos de 2013 e 2014 pois não foram realizadas pesquisas neste período.

Em 2006, ano de início do atual planejamento estratégico foi feita uma estimativa destes índices para a definição das metas. A primeira pesquisa foi realizada em 2007 e obteve os resultados apresentados na tabela referentes ao realizado em 2006. Pelos dados da última pesquisa realizada percebe-se o setor produtivo e os parceiros do MAPA ficaram menos confiantes na atuação do Ministério e na sua capacidade de fortalecimento e harmonização do setor. Por outro lado percebe-se um aumento na confiança com relação ao MAPA ser uma referência para informações estratégicas para o setor.

4.1.3 Conclusão

Avaliação do resultado

Até o ano de 2009 o MAPA não havia alcançado os resultados previstos, ou seja, o MAPA não preencheu as expectativas do agronegócio e de seus parceiros. Porém pode-se dizer que ele já era reconhecido nessa época como uma referência para setor em termos de informações estratégicas.

Ações para melhoria de desempenho

Como parte interessada na atuação do MAPA é fundamental que estes segmentos estejam satisfeitos. A continuidade dos serviços prestados não pode parar sob risco de se perder a credibilidade alcançada. Uma nova pesquisa poderá ser realizada para averiguar a nova situação dos indicadores ao final do plano em 2015.

4.2 Perspectiva de Processos Internos

4.2.1 Descrição

Tema	Informação
Objetivos envolvidos	Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio Aprofundar o Conhecimento Sobre o Agronegócio Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação
Responsáveis	Gabinete do Ministro/Assessoria de Comunicação Social

Tema	Produtos e Serviços
Objetivos envolvidos	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação de Políticas Públicas
Responsáveis	Secretaria de Defesa Agropecuária Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo Secretaria de Produção e Agroenergia

Tema	Articulação e Promoção
Objetivos envolvidos	Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas

Responsáveis	Gabinete do Ministro Secretaria-Executiva Secretaria de Relações Internacionais Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
---------------------	--

Tema	Excelência Administrativa
Objetivos envolvidos	Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira Melhorar Continuamente a Infraestrutura e os Processos de Trabalho
Responsáveis	Gabinete do Ministro/Assessoria de Gestão Estratégica Secretaria-Executiva

4.2.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

Em 2014 o Brasil erradicou a praga *Cydia pomonella* e manteve controlada a praga *Bactrocera carambolae* na região Norte. Ambos os resultados são altamente relevantes para a fruticultura nacional. Nesse ano o MAPA continuou apoiando as ações voltadas ao controle da praga *Helicoverpa armigera*, a qual se encontra em estado de emergência fitossanitária em alguns estados. Também foram realizadas ações relacionadas à prevenção e controle de pragas-chave, a partir de estratégias de mitigação de risco, garantindo a exportação de diferentes produtos. Na área de vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais foi redefinida a estratégia de trabalho, com o estabelecimento de metas e obtenção de recursos a partir de arrecadação de multas. Buscou-se também o fortalecimento dos programas sanitários, envolvendo os governos estaduais e a iniciativa privada, com a finalidade de melhorar a capacidade de resposta do Serviço Veterinário Oficial.

As ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais contribuíram para manutenção e ampliação das zonas livres de doenças, além de garantir o abastecimento interno da população com produtos inócuos e de qualidade e possibilitar a conquista de novos mercados para os produtos pecuários brasileiros. Em 2014, foi obtido o reconhecimento internacional da ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com incremento de 17,2% nas zonas livres implantadas até aquele ano, que alcançou 77,2% do Território Nacional, com 99% das espécies de produção susceptíveis à febre aftosa, o que favorece à inocuidade e qualidade dos alimentos, além da sanidade dos rebanhos e do comércio nacional e internacional de produtos pecuários.

Desde 2006, a Secretaria-Executiva vem aperfeiçoando os métodos de gestão, principalmente, no tocante à execução orçamentária, com acompanhamento mais próximo da evolução dos créditos disponíveis e da movimentação dos respectivos limites, e, no gerenciamento de processos, com projetos de mapeamento e melhoria de 64 processos de trabalho ao todo. Destaca-se também o apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, que teve um resultado acima da meta, reflexo de uma postura mais proativa para o aprimoramento e a articulação do agronegócio.

As taxas de juros do crédito rural foram ajustadas abaixo das taxas de inflação diminuindo em termos reais o custo médio do financiamento. No seguro rural foram feitas melhorias operacionais das regras do programa. Os programas de investimento foram priorizados no Plano Agrícola Pecuário - PAP garantindo aumento da produtividade.

Em 2014, foram organizadas 11 missões comerciais no exterior em mercados estratégicos, todas ancoradas por uma grande feira de alimentos. Nesse ano foram atendidos 11.662 beneficiários com recursos do Funcafé. Este número ficou 9% menor que no ano anterior. A diminuição no número de beneficiários ao longo dos anos pode ser justificada pela instituição de novas linhas de crédito, com altos limites por tomador, o que provoca um número menor de operações com valores mais altos, como aquisição de café, FAC (Financiamento para Aquisição de Café), capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação de café e cooperativas de produção.

Outras ações de destaque: foram apoiados quatro eventos de capacitação na área de recursos genéticos; criação e manutenção de um banco de germoplasma de bananeira; participação na elaboração do projeto de lei sobre acesso ao Patrimônio Genético (Projeto de Lei 7.735/2014); atuação nas discussões sobre implementação do Tratamento Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA) e ratificação do Protocolo de Nagoya; realizados cinco eventos de capacitação em agricultura de precisão; criação e publicação da Agenda Estratégica 2014-2030 para a agricultura de precisão; reconhecimento de 202 novas variedades de plantas, totalizando 2.542 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 2.000 cultivares já protegidas anteriormente; promoção de outras ações, de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva em 74 cadeias produtivas.

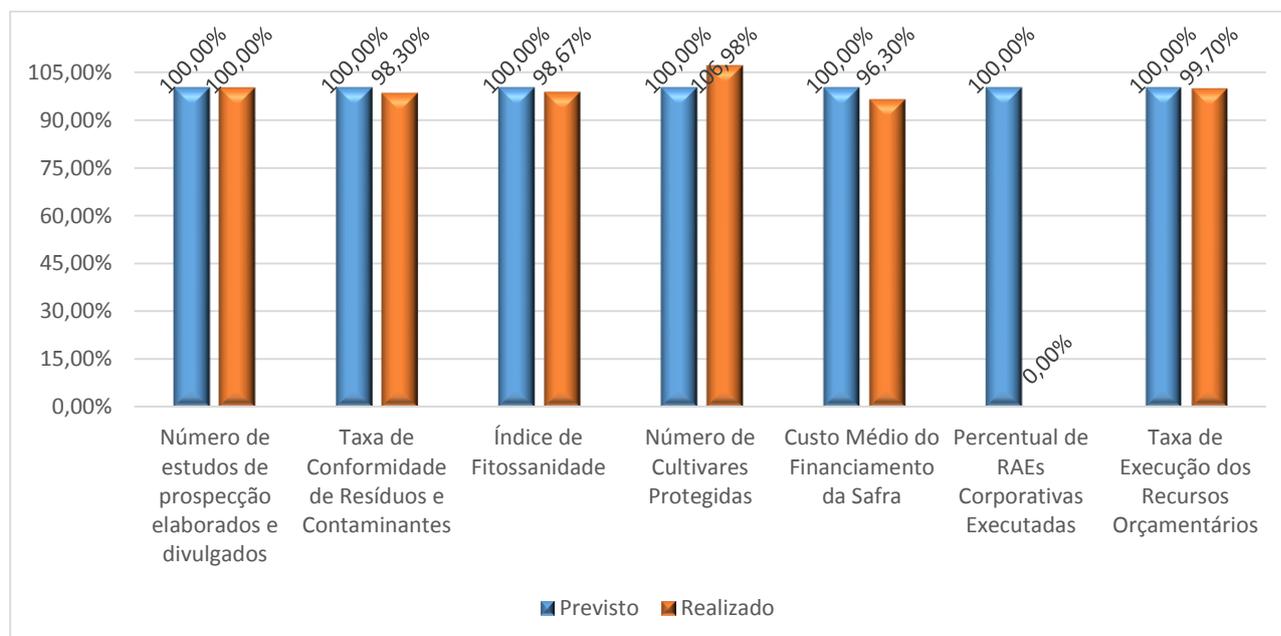
Visando fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural, as principais ações foram instalação do Comitê de Política para as Mulheres e de Gênero do MAPA, a capacitação no âmbito do cooperativismo de 532 jovens e mulheres e a capacitação de 391 pessoas no âmbito do PISACOOP.

Visando implantar e modernizar a infraestrutura de apoio à produção agropecuária, as principais ações da SDC foram: apoio a 1.392 projetos mediante parcerias com as prefeituras municipais, cujos resultados foram a aquisição de 878 patrulhas mecanizadas, a recuperação de 4.240 km da malha de estradas vicinais e a certificação de 278 unidades armazenadoras.

Houve promoção de melhoria do Sistema de Plantio Direto mediante a aplicação dos conceitos da ciência da conservação do solo e do conservacionismo. Esta ação resultou na implantação do sistema de plantio direto em 722 mil hectares. Atualmente, 32 milhões de ha são plantados sob este sistema, o que representa 59% da área total plantada no Brasil.

2. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria /entidade externa e SFAs para os resultados obtidos:

Gráfico de indicadores previstos x realizados em 2014



Obs.: Os valores do gráfico (acima) expressos em valores absolutos na tabela (abaixo) foram convertidos, para fins de representação, em valores relativos de forma a equalizar a escala. Assim, o “Previsto” corresponde a 100% em todos os indicadores, por exemplo: no primeiro indicador, houve 100% de realização do valor previsto.

Indicador	2006		2013		2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Conforme planejado
Número de estudos de prospecção elaborados e divulgados	7	7	18	17	19	19	20	Merece atenção
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes	99,77	99,78	99,77	98,74	99,77	98,7	99,77	Desconforme
Índice de fitossanidade	4,5	4,56	4,6	5,57	7,5	7,4	7,5	
Número de cultivos protegidos	1.000	1.016	2.138	2.340	2.378	2.544	2.618	
Custo médio do financiamento da safra	7,77	8,62	2,5	1,73	2,7	2,6	2,5	
Percentual de RAEs corporativas executadas	50	50	100	0	100	0	100	
Taxa de execução dos recursos orçamentários	99,5	99,23	100	97,96	100	99,7	100	

O MAPA tem como um de seus objetivos fornecer estudos e informações estratégicas para o setor. Nesta linha, o indicador *Número de estudos de prospecção elaborados e divulgados* informa, cumulativamente desde 2006, a oferta de estudos técnicos elaborados e divulgados sobre o agronegócio. No ano de 2014, houve as cinco publicações a seguir:

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development - Innovation for Agriculture Productivity and Sustainability: Review of Brazilian Policies. Paris, France, November 2014.

USDA. United States Department of Agriculture. USDA Agricultural Projections to 2012-3. February 2014.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do Agronegócio – Brasil 2013/14 a 2023/24. Projeções de Longo Prazo. Brasília, Setembro de 2014.

Gasques, J.G.; Bastos, E.T.; Valdes. C.; Bacchi, M.R. Produtividade da Agricultura – Resultados para o Brasil e estados selecionados. Revista de Política Agrícola, Ano XXIII – N. 3, Jul/Ago/Set. 2014.

Senra, N. C. (Org). O Censo Entra em Campo: O IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro: IBGE, 2014

O resultado global médio da Taxa de Conformidade de Resíduos e Contaminantes (98,07) apresenta-se 1,22% abaixo do índice esperado. O desempenho do indicador abaixo do esperado aponta para a necessidade de mais fiscalizações a campo e a necessidade de realização de campanhas educativas sobre o correto uso de medicamentos veterinários e seus impactos sob pena de maior incidência de amostras não-conformes com a consequente redução da taxa de conformidade.

Observou-se uma grande elevação no indicador *Índice de Fitossanidade* devido ao posicionamento da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, em considerar o HLB presente em todo o estado, independente de levantamento. Esta medida apresenta a vantagem de obrigar a instalação de viveiros telados em todo o território daquele estado, mas inviabiliza o cumprimento da meta federal. Dessa forma, propomos a revisão da meta para o limite de 7,5. O MAPA, enquanto Instância Central e Superior do SUASA, somente pode atuar de forma impositiva frente às demais instâncias mediante a adesão declarada ao sistema, ou por meio de compromissos firmados via convênio. Assim, não é possível intervir em uma instância intermediária que não tenha assumido tais compromissos. Como a redução do índice de fitossanidade depende principalmente do trabalho das instâncias intermediárias, o indicador acaba sofrendo influências alheias à atuação do MAPA. Os estados que não mantêm convênio com o MAPA não terão compromisso com o cumprimento de metas estabelecidas por este Ministério. É oportuno que sejam estudadas medidas que incentivem a adesão formal das Instâncias Intermediárias do SUASA ao referido sistema, para que tenham como atribuição permanente a realização de levantamentos fitossanitários periódicos.

Originalmente concebido como *Número de Tecnologias Protegidas*, contemplando em 2006 "apenas cultivares protegidos", o indicador *Número de Cultivares Protegidas* reconheceu no âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais 204 novas variedades de plantas, totalizando 2.544 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 2.000 cultivares já protegidas anteriormente. Observou-se uma redução no número de proteções concedidas em 2014 em razão da mudança de procedimentos no que se refere à exigência documental de cultivares estrangeiras, seguindo recomendação expedida pela Consultoria Jurídica (CONJUR) do MAPA. O acréscimo de etapas no trâmite cartorial a ser efetuado pelos requerentes, tanto no Brasil quanto no exterior, ensejou a dilação de prazos para cumprimento de diligências e postergou a concessão dos certificados de proteção de mais de 40 cultivares que se encontram em análise. Espera-se que esse fato também seja percebido no ano de 2015. Além disso, para a consecução da meta devem-se evitar restrições aos limites de deslocamento, os recursos devem ser disponibilizados conforme programados no Plano Operativo Anual e aumentar o número de servidores para realizar as ações inerentes ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.

O indicador "Custo Médio do Financiamento da Safra" é calculado com o objetivo de prover a Secretaria de Política Agrícola com um instrumental técnico quanto às taxas de juros efetivamente aplicadas no crédito rural, como um todo, possibilitando, então, avaliar se essas se encontram compatíveis com a rentabilidade do setor e a capacidade de pagamento dos mutuários. Sendo assim, entende-se que o referido indicador é uma ferramenta eficiente e indispensável para a formulação da política agrícola, em particular a política de crédito rural. No cálculo do indicador entram diversas variáveis, dentre elas as taxas de juros cobradas no mercado e a taxa Selic. No período analisado, nos dois primeiros trimestres da safra, o Governo vinha implementando uma política de redução da taxa Selic, o que puxava para baixo todas as outras taxas aplicadas no mercado.

O resultado do indicador também sofreu reflexo dessa redução, o que significa que descontando a inflação, o custo médio do financiamento das operações de crédito rural ficou ainda menor, abaixo da meta estabelecida para o período. O partir da safra 2013/14, já há um aumento no custo de financiamento do crédito rural, refletindo o aumento das taxas de juros implementadas pelo governo com o objetivo de controlar a inflação. O indicador tem como objetivo prover a Secretaria de Política Agrícola de um instrumental técnico referente às taxas de juros efetivamente aplicadas no crédito rural, como um todo, possibilitando, então, avaliar se essas se encontram compatíveis com a rentabilidade do setor e a capacidade de pagamento dos mutuários. Ressaltamos que medidas como a redução ou aumento nas taxas de juros aplicadas no mercado financeiro e a queda ou aumento da inflação são dois componentes do indicador sobre os quais a SPA não tem domínio, o que torna difícil qualquer projeção futura.

As Reuniões de Análise Estratégica (RAEs) são parte fundamental do processo de gestão estratégica do MAPA. Quando o processo foi iniciado em 2006 definiu-se que o monitoramento dos

indicadores seria feita trimestralmente quando toda a informação seria compilada em um relatório de gestão estratégica e a partir daí se realizariam as RAEs. Naquele ano a meta era realizar 50% das RAEs (ou seja, duas RAEs) o que foi alcançado. Em 2013 e 2014, em razão das constantes trocas de ministros pelas quais o MAPA passou, as reuniões deixaram de acontecer.

Os percentuais para cada ano da *Taxa de Execução dos Recursos Orçamentários* são estimados com base na média dos anos anteriores. Dessa forma, os números obtidos estão de acordo com a previsão inicial. Destaque-se a grande dificuldade de movimentar os limites, tendo em vista que nem sempre as unidades demonstram a necessária maturidade orçamentária para gerir seus próprios recursos, obrigando a unidade setorial a aperfeiçoar os instrumentos de acompanhamento da execução e de movimentação dos limites de movimentação e empenho.

4.2.3 Conclusão

Avaliação do resultado

Dentre os indicadores selecionados a maioria está contribuindo positivamente para o alcance dos objetivos estratégicos dentro da Perspectiva da Sociedade. Esta perspectiva é a que apresenta a maior parte dos objetivos estratégicos e consequentemente dos indicadores de desempenho. Nela também se encontram a maior parte das ações do Mapa. Aqui foram indicados apenas o principais indicadores e políticas da pasta no ano de 2014. De maneira geral pode-se dizer que no ano de 2014 os objetivos Estratégicos desta perspectiva foram alcançados.

Ações para melhoria de desempenho

Priorizar a transferência de recursos aos estados do Amazonas e Roraima, bem como àqueles estados reconhecidos como zona livre de febre aftosa recentemente (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Pará) que não receberam recursos do MAPA nos últimos anos, ajudando-os a complementar e manter as medidas estruturais necessárias ao fortalecimento de seus serviços veterinários oficiais; promover maior apoio técnico aos estados do Norte com áreas não reconhecidas como livre de febre aftosa; continuar com as avaliações contínuas dos serviços veterinários oficiais, para orientar as melhorias técnicas e estruturais necessárias; promover gestões políticas junto aos Governos daqueles estados onde este fator seja identificado como estratégico para os avanços programados, particularmente na região Norte do país.

Retomar a realização das RAEs para, além de melhorar o desempenho do indicador, permitir o melhor gerenciamento dos demais indicadores e objetivos estratégicos.

4.3 Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Conhecimento

4.3.1 Descrição

Tema	Informação e Conhecimento
Objetivos envolvidos	Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento
Responsáveis	Secretaria-Executiva

Tema	Ambiente de trabalho
Objetivos envolvidos	Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes Interdisciplinares Desenvolver Cultura Orientada a Resultados Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz
Responsáveis	Secretaria-Executiva Gabinete do Ministro/Assessoria de Comunicação Social

Tema	Pessoas
Objetivos envolvidos	Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional
Responsáveis	Secretaria-Executiva

4.3.2 Análise

1. Síntese das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, principais avanços obtidos no exercício de 2014 e evolução desde 2006:

Em 2006, foi implantado o processo de Gestão por Competências com o mapeamento das competências institucionais, individuais gerais e gerenciais gerais, realizado pela consultoria IDEALIZA, por meio da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE).

No ano de 2010, houve a contratação da consultoria Pieracciani a fim de revisar as competências anteriormente mapeadas, bem como a capacitação da rede de Agentes de Desenvolvimento de Pessoas (ADP – servidores designados para atuar como elo entre a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas e as demais unidades do MAPA) em metodologias de mapeamento de competências.

Ainda em 2010, objetivando alinhar as competências institucionais ao plano de capacitação anual vigente desde 2006, foi contratada a consultoria OMNI3 para vincular o levantamento de necessidades de capacitação a Programas e Projetos.

A fim de dar efetividade a implementação da Gestão por Competência, no âmbito do MAPA, em dezembro de 2013 a Portaria MAPA 1.253 (revogada pela Portaria MAPA n.º 944, de setembro de 2014) instituiu regimentalmente o Serviço de Gestão por Competências.

Em 2014, foi aprovado Plano de Trabalho de Mapeamento de Competência pela Secretaria-Executiva e a inclusão da previsão orçamentária a fim de contratar consultoria ou instituição pública para revisão das competências institucionais e realização do mapeamento de competências setoriais (competências técnicas individuais e gerenciais). Ainda em 2014, iniciou-se o alinhamento das Competências Institucionais, Individuais Gerais e Gerenciais Gerais com as ações do programa Qualidade de Vida.

Com o intuito de promover um ambiente que estimule e dê suporte ao indivíduo e à instituição, conscientizando-o sobre como sua saúde está diretamente relacionada à sua qualidade e produtividade, o MAPA vem desenvolvendo ações baseadas em três pilares: Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT); Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) e Educação Financeira (Volta por cima). Exemplos de ações são: Concurso Prêmio Servidor MAPA, Semana da Qualidade de Vida, oficinas de artes manuais, canto coral, jiu-jitsu, quintas culturais, dança de salão, violão, ginástica laboral e ginástica aeróbica-localizada, Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Secretária e Natal.

A fim de regulamentar as ações de capacitação e desenvolvimento, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas (CGDP) publicou em 28 de maio de 2012 a Portaria Normativa n.º 482 no âmbito do MAPA, bem como a institucionalização, através da publicação da portaria n.º 70 de 23 de maio de 2012, da Rede de Agentes de Desenvolvimento de Pessoas, em conformidade com o

Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, para atuar como multiplicadores e interlocutores nas ações de desenvolvimento de pessoas no âmbito do MAPA.

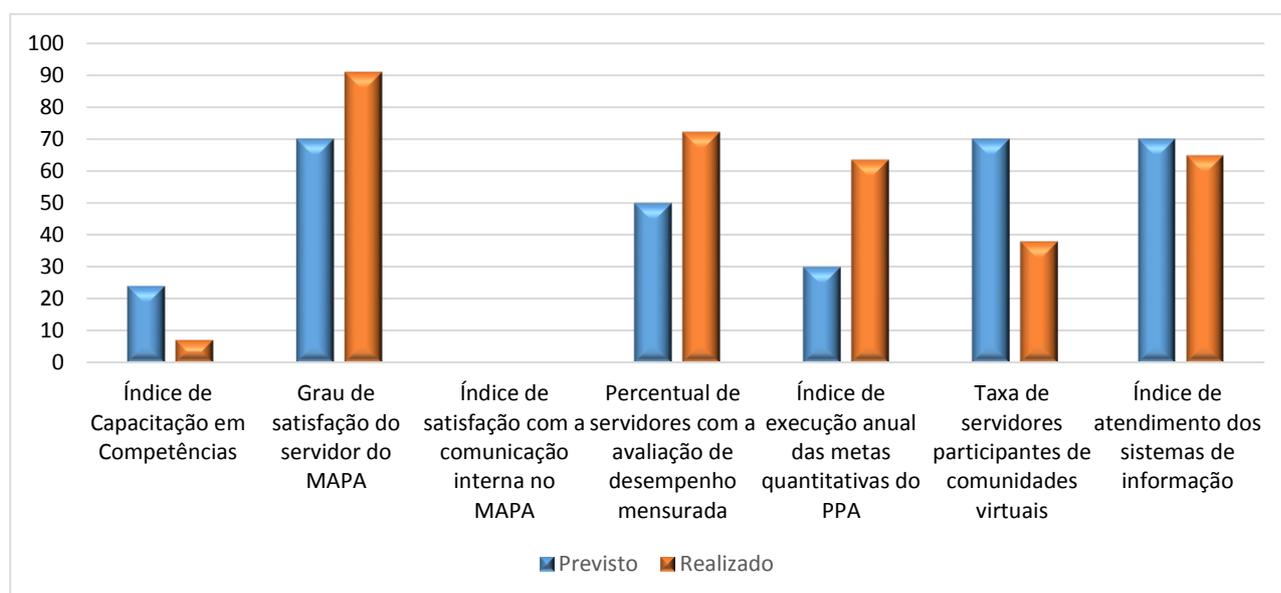
Ainda em 2012, houve a criação do Comitê Gestor de Educação Continuada por meio da Portaria nº 860, de 20 de setembro de 2012, responsável por definir e aprovar as normas e os procedimentos dos programas de educação continuada do MAPA e os critérios de participação dos servidores, bem como zelar pelo cumprimento desses atos nos órgãos e unidades descentralizadas do Ministério, assegurando o crescimento pessoal e profissional dos servidores, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável e da competitividade do agronegócio, em benefício da sociedade brasileira;

Em 2014, a CGDP implantou o Banco de Instrutores objetivando conhecer o percentual de docentes do quadro do MAPA e demandou a CGTI a evolução do Sistema SRH, para garantir maior efetividade na construção do Plano Anual de Educação Continuada – PAEC.

Neste mesmo ano, foi elaborada a minuta do Edital para Seleção de Instrutoria visando regulamentar o recebimento da Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos, após alteração da Portaria nº 163, de 21/09/12 pela Portaria nº 123 de 16 de junho de 2014 que estabelece no âmbito do MAPA normas e tabela de valores da referida gratificação.

2. Análise dos principais indicadores e macroprocessos:

Gráfico de indicadores previstos x realizados em 2014



Indicador	2006		2013		2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	
Índice de Capacitação em Competências	12	14,72	40	8,1	24	7,1	40	Conforme planejado
Grau de satisfação do servidor do MAPA	30	SI	SI	SI	70	91	70	Merece atenção
Índice de satisfação com a comunicação interna no MAPA	40	59,8	SI	SI	SI	SI	SI	Desconforme

Percentual de servidores com a avaliação de desempenho mensurada	SI	SI	80	SI	50	72,23	90
Índice de execução anual das metas quantitativas do PPA	SI	SI	26,33	SI	30	63,6	27,5
Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais	10	19,91	58	58	70	38	72
Índice de atendimento dos sistemas de informação	42	50	86	86	70	65	80

O resultado obtido para o indicador Índice de Capacitação em Competências não está de acordo com o esperado. Apesar dos esforços da CGDP em divulgar cursos à distância e sem ônus, os recursos tecnológicos, humanos e financeiros existentes na área de capacitação não foram suficientes para ofertar 24h anuais de capacitação a cada um dos 11.142 servidores do MAPA. Com o intuito de corrigir o problema apresentado, a área responsável sugere que seja proposta outra fórmula de cálculo ou que seja proposta uma nova meta compatível com a realidade do MAPA. Outra solução possível seria ampliar a estrutura e recursos disponíveis para capacitação de pessoal. Cabe esclarecer que a metodologia utilizada para aferição das metas no ano de 2006, era número de horas de capacitação por servidores capacitados. Atualmente o índice da meta de capacitação é calculado pelo número de horas de capacitação em relação ao total de servidores do MAPA.

Não foram encontrados registros de pesquisa sobre o “Grau de Satisfação do Servidor MAPA”, contudo na última revisão do PPA a CGDP substituiu a referida meta pelo “Grau de satisfação dos servidores em relação às ações do Programa Qualidade de Vida”. Tal mudança possibilitou realizar a pesquisa em um campo amostral menor, porém significativo composto dos servidores que participam das oficinas do Programa Qualidade de Vida do Serviço de Motivação e Valorização do Servidor e Empregado. Com 91% de aprovação, a pesquisa demonstrou que os participantes estão satisfeitos com as oficinas oferecidas de um modo geral. Nos questionários foram abordados os seguintes tópicos: Instrutores; Estrutura Física; Planejamento; Organização e apoio logístico; e Auto avaliação.

Não houve novas pesquisas de satisfação para mensurar o índice de satisfação com a comunicação interna no MAPA, de responsabilidade da ACS desde 2006, por indisponibilidade de recursos próprios para contratação de empresa especializada em pesquisas dessa natureza. Ainda que se tenha superado a meta para o “Percentual de servidores com a avaliação de desempenho mensurada”, é relatada pelos técnicos da Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP) a falta de comprometimento dos servidores e gestores das unidades de avaliação com o sistema informatizado desenvolvido para a coleta das avaliações. Além disso, falhas no sistema e a necessidade de capacitação e treinamento dos atores envolvidos na captação, análise e tratamento dos dados, além da falta de recursos financeiros necessários para melhoramento do Sistema de Avaliação de Desempenho (SISAD) compõem os pontos de atenção do indicador.

A coleta do indicador “Índice de execução anual das metas quantitativas do PPA” é semestral e acompanha a agenda de inserção de dados no SIOP definido pela SPI/MP (19/02/2015 - data de fechamento do Sistema para o ano de 2014). O resultado médio anual obtido superou as estimativas relativas ao ano de 2014, gerando, dessa forma, boas perspectivas de atingimento das metas até o final do período do PPA. A medição sistemática da execução de 100% das metas quantificáveis pelas unidades do MAPA, indica a preocupação do órgão com a sedimentação da cultura orientada para resultados.

Atualmente estão cadastrados na Comunidade de Aprendizagem, Trabalho e Informação em Rede (CATIR) 4.452 servidores de um total de 11.715, o que representa 38%. Entre as dificuldades encontradas na consecução da meta destacam-se: a pouca atuação dos integrantes da comunidade CATIR, o desinteresse dos novos servidores para veicular as informações utilizadas na CATIR; o receio e insegurança dos membros em expressarem-se livremente no grupo e o consequente abandono dos membros de comunidades; a falta de esclarecimentos sobre em que grupo/comunidade se pode ter maior atuação; ambiente da ferramenta não-amigável e a aposentadoria de servidores atuantes.

A avaliação dos sistemas é realizada por questionário/pesquisa encaminhado por e-mail aos gestores dos sistemas de informação (70 gestores identificados). Os sistemas de informação devem assegurar que as informações sejam de fácil compreensão e utilização, que as informações sejam acessadas de forma intuitiva e de fácil localização e que as mesmas tenham integridade (registro fiel) ao fato que representa. Os quesitos indagados nos questionários têm seu caráter subjetivo e de difícil mensuração. Busca-se recomendar aos gestores de negócios que para melhorar os sistemas é preciso medi-los, visando identificar os pontos fortes, fracos e as oportunidades de melhoria continuada dos mesmos.

4.3.3 Conclusão

Avaliação do resultado

A maior parte dos objetivos estratégicos da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento tiveram êxito em 2014 com destaque para o Objetivo de Desenvolver a cultura orientada para resultados cujo indicador “Índice de execução anual das metas quantitativas do PPA” teve um ótimo desempenho. Porém, pela análise dos diversos indicadores algumas ações corretivas devem ser tomadas mas em outros deverá haver uma discussão sobre o próprio indicador ou mesmo sobre sua fórmula de cálculo.

O contingenciamento dos recursos nos últimos anos e a falta de pessoal influenciou muito o alcance dos objetivos principalmente os relacionados ao desenvolvimento de pessoas.

Ações para melhoria de desempenho

Modernização de recursos tecnológicos, ampliação de recursos orçamentários, bem como qualificação e aumento da força de trabalho da área competente.

Sensibilização das chefias quanto a importância de participação dos servidores em eventos de capacitação.

Execução do cronograma do Plano de Trabalho do Mapeamento de Competências técnicas setoriais para alinhamento com a capacitação.

Efetividade das campanhas de divulgação das ações de desenvolvimento de pessoas.

Adequação da meta de capacitação à realidade do MAPA, quando da elaboração do próximo Plano Plurianual.

Desenvolver e implantar todos os módulos previstos para o Sistema de Gestão Integrada (SGI), que possibilitarão acompanhamento mais efetivo das atividades relacionadas às metas do PPA.

ITEM 5 – RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1 Avaliação e avanços

a) Estágio de desenvolvimento

O Planejamento Estratégico do MAPA se iniciou em 2006 e se encerrará no final de 2015. Durante sua fase de implantação um forte plano de comunicação foi feito para difundir o planejamento entre os servidores além de diversas oficinas de nivelamento. O sistema de monitoramento foi estabelecido com sucesso e hoje segue como parte da rotina. Porém o sistema foi construído para se ter um ciclo de monitoramento no qual as áreas encaminham trimestralmente os relatórios que são consolidados pela AGE e esta, após a marcação da RAE (Reunião de Análise Estratégica) pelo Ministro de Estado, realiza uma reunião preparatória com todas as Secretarias e unidades participantes. Entretanto, após 3º trimestre de 2012 nenhuma RAE foi realizada e conseqüentemente nenhuma reunião com as Secretarias. Com isso não houve nos últimos dois anos correção de rumos ou avaliação do andamento da estratégia. Esse fato já começa a dificultar a coleta de dados por parte da AGE e enfraquece a credibilidade construída no início do plano. Em 2015, no último ano para a conclusão do atual ciclo de planejamento o MAPA se encontra no estágio final, onde se iniciará a avaliação do sucesso da estratégia traçada em 2006 para saber se a sua visão foi alcançada.

b) Aplicabilidade e consistência da metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos e dos resultados associados

O Plano Estratégico do MAPA foi construído com base na metodologia do *Balanced Scorecard* adaptado para administração pública. Como diferença principal dessa metodologia aplicada ao setor privado, destaca-se a alteração das duas primeiras perspectivas originais, que seriam as do lucro e do cliente, para uma perspectiva da sociedade, onde se demonstrariam as entregas feitas pelo MAPA à sociedade como um todo, e uma perspectiva chamada de “agronegócio e parceiros”, que sintetizaria os resultados do MAPA para estes atores. Os objetivos estratégicos, assim como a estratégia do MAPA em sentido amplo, foram definidos inicialmente através de entrevistas individuais com os integrantes do grupo de líderes (Ministro, Secretários, Chefe de Gabinete do Ministro, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e dois Superintendentes Federais de Agricultura – Pará e Goiás). As instruções e materiais produzido no planejamento eram então repassados à equipe de líderes ampliada (Diretores, chefes de assessorias, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial e três Superintendentes Federais de Agricultura – Bahia, São Paulo e Santa Catarina) para discussão e desenvolvimento, para finalmente ser validada em nova oficina com a equipe líderes. Durante a execução da estratégia foram revistos diversos indicadores, projetos estratégicos e metas. Não houve revisão de objetivos estratégicos.

c) Alinhamento com o PPA e com a Lei Orçamentária Anual

O Plano Estratégico do MAPA, criado em 2006, foi alinhado aos dois ciclos seguintes do Plano Plurianual (PPA) quando se procurou incluir no PPA todas as ações que impactavam os objetivos estratégicos do órgão. O alinhamento também se deu na construção dos projetos estratégicos a serem desenvolvidos até 2015. Nestes projetos estão indicados o objetivo estratégico que o projeto impactaria e a relação com fonte dos recursos para sua execução, mais especificamente a representada pela classificação Programa, Objetivo, Iniciativa e a Ação Orçamentária do PPA. No Anexo VII constam informações produzidas pelas áreas cujas atividades

estão diretamente envolvidas com os objetivos estratégicos e busca de informação nos projetos estratégicos executados no MAPA.

- d) Alinhamento com os planos estratégicos de unidades envolvidas na obtenção dos objetivos estratégicos definidos, bem como sua participação na obtenção dos indicadores definidos:

Os principais objetivos do Plano Estratégico Cooperativo do MAPA criado em 2005/2006 foram desdobrado para cada Secretaria da pasta, Secretaria-Executiva e Gabinete do Ministro. Estas Secretarias têm pesos diferentes na obtenção dos objetivos de acordo com as atividades que desenvolvem. Porém todas participam do plano e são responsáveis por diversos indicadores e projetos estratégicos. Na formulação inicial as SFAs não participavam diretamente na obtenção dos indicadores. Porém, como grande parte das ações do MAPA são executadas por elas, diversas secretarias utilizavam as informações geradas nos estados para comporem os seus indicadores. Entre 2007 e 2010, com a alteração do método para resultados estratégicos, as SFAs se tornaram diretamente responsáveis pela entrega de diversos resultados. Durante esse período foram realizadas oficinas em todas as SFAs para que se iniciasse o monitoramento e a realização das RAEs. Com o retorno do método original, o papel das SFAs voltou também a ser como era no princípio. Portanto, considera-se que tanto as SFAs como as Secretarias do MAPA estão contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos conforme o planejado. Relativamente à CEPLAC, INMET, CONAB e Embrapa, o plano estratégico de cada um desses órgãos/empresas contribui para o alcance dos objetivos do MAPA uma vez que a missão de cada um deles também contribui para impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio. Entretanto, não há uma rotina formalizada para o acompanhamento do andamento do planejamento de cada uma por parte do MAPA, nem do impacto de suas ações no Plano Estratégico da pasta.

EF.

- e) Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade:

O método original foi feito e colocado em prática em 2005 e 2006. No ano de 2007, devido à alteração da alta liderança da pasta, o método original foi adaptado para um modelo de entregas de resultados estratégicos, denominado Sistema de Gestão de Resultados Estratégicos, baseado na experiência do Choque de Gestão feito no estado de Minas Gerais. O novo método enumerou 39 resultados estratégicos e 86 tarefas/iniciativas a serem realizadas até o final de 2010. A cada resultado estratégico foram associados indicadores que medem sua execução e são acompanhados trimestralmente juntamente com os objetivos estratégicos do mapa estratégico do MAPA. Todos os resultados estratégicos enumerados pelas áreas possuem ligação direta com um ou mais objetivos estratégicos e a sua consecução os atinge diretamente. Desta forma, os instrumentos de gestão se completam e, de forma harmônica, caminham em conjunto, permitindo sua análise nas Reuniões de Análise Estratégicas. Em 2012/13 o Plano Estratégico do MAPA retornou ao método original do BSC, quando foram realizadas diversas reuniões na sede e mantidos apenas os indicadores e projetos considerados essencialmente estratégicos para o Ministério.

- f) Atuação e envolvimento da alta direção (Secretários e Superintendentes), bem como demais departamentos e órgãos envolvidos na consecução de seus objetivos setoriais:

Apesar da estratégia do MAPA ter sido desdobrada para todas as Secretarias, o nível de gerenciamento das ações por parte das mesmas caiu após 2012. As rotinas de monitoramento dos indicadores de cada objetivo estratégico continuam sendo executadas por cada área dentro das Secretarias responsáveis, porém como o sistema de gestão estratégica adotado se baseia na realização das Reuniões de Análise Estratégicas convocadas pelo Ministro para haver correção de rumos, com a sua não realização, as secretarias tendem a relegar o monitoramento ao segundo plano de prioridades. A internalização da estratégia por cada uma das unidades finalísticas tem sido

comprometida em função do condicionamento das ações corretiva à realização das RAEs. A atuação das SFAs neste quesito segue a mesma linha órgão central (sede). A partir do momento em que o acompanhamento e controle cessaram, a gestão da estratégia ficou enfraquecida. Em 2013 a Assessoria de Gestão Estratégica solicitou a todas as SFAs que dessem continuidade na realização das RAEs. Porém, como não houve uma nova mobilização (oficinas, reuniões, etc.) e houve inclusive uma mudança metodológica nesse período, grande parte das SFAs não realizou o monitoramento ou as reuniões.

5.2 Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica desde 2006

O principal indicador relacionado à gestão estratégica é a “Porcentagem de RAEs realizadas”. Em 2006 estavam previstas a realização de duas reuniões anuais que foram feitas conforme o programado. A partir de 2007 as reuniões se tornaram mais escassas, mas sempre eram realizadas pelo menos uma vez ao ano. Porém a partir de 2012 elas cessaram por completo, comprometendo todo o processo de gestão estratégica. Outro indicador ligado à gestão estratégica é o “Grau de entendimento dos gerentes sobre a gestão estratégica”. Este indicador é mensurado através de pesquisa com os gerentes da pasta realizada uma vez ao ano, sendo uma pesquisa feita na sede e outra nas SFAs. Mesmo com a não realização das RAEs desde 2012 os atuais índices ainda estão satisfatórios, apesar de apresentarem uma tendência de queda nos últimos anos. Esse índice reflete o bom trabalho de comunicação da estratégia realizado durante a fase de implantação da gestão estratégica na pasta.

5.3 Principais dificuldades e mudanças previstas

Resumo, análise e tratamento das principais dificuldades e entraves enfrentados no exercício para a plena implantação do processo de gestão estratégica, além de mudanças previstas para o exercício de 2015:

A principal dificuldade encontrada para a plena implantação do processo de gestão estratégica é a constante troca de ministros e a consequente descontinuidade das ações. Para minimizar esse problema o MAPA adotou algumas estratégias que funcionaram relativamente bem em princípio. Uma delas foi a adaptação do método original para o de resultados estratégicos para atender a demanda de uma nova equipe e manter a coerência com a estratégia inicialmente traçada. Porém essa estratégia não sobreviveu à rotina de substituições iniciadas em 2010. O distanciamento da alta administração com a gestão estratégica, sobretudo no seu momento final, enfraquece todo o processo construído, dificultando sua internalização por todos os níveis administrativos do órgão. Outra grande dificuldade é a elevada rotatividade de técnicos responsáveis pela definição dos indicadores. Essa constante substituição fez com que muitas vezes o técnico então à frente do indicador discorde de seu conceito e solicite mudanças, provocando assim, uma eventual descontinuidade.

ITEM 6 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

6.1 Atividades de correição

a) Base normativa aplicável:

Leis n.º 8112/90, n.º 8429/92, n.º 8666/93, n.º 8745/93, n.º 9784/99, n.º 12.527/2011, além de Portarias, Enunciados e Instruções Normativas da CGU e AGU e Regimentos Internos do MAPA.

b) Apuração dos ilícitos administrativos cometidos por servidores:

COMISSÕES INSTAURADAS				
ESTOQUE ATÉ 2013	AUTUADAS 2014	JULGADAS EM 2014	ESTOQUE ATUAL (até 31-12)	CUSTO
60	89	56	43	R\$ 132.380,86 (refere-se a diárias e passagens da SE) + R\$ 2.458.005,48 (refere-se ao total dos salários dos servidores que participaram nos processos) = R\$ 2.590.386,34*

*O custo referente aos salários dos servidores foi calculado da seguinte forma: Levantou-se o valor das remunerações percebidas por cada servidor que participou ao longo de todo o ano de 2014, dividiu-se esse valor pelo número de Comissões de que o servidor participou. Nos casos daqueles servidores que não atuam exclusivamente em PADs/Sindicâncias, mas também continuam fazendo suas atividades regulares, considerou-se que 50% do seu tempo de trabalho tenha sido vertido em prol dos trabalhos apuratórios, motivo por que 50% das respectivas remunerações foram consideradas como custos dos PADs/Sindicâncias; no caso dos servidores que atuam exclusivamente com PADs/Sindicâncias, 100% das suas remunerações foi considerado como custos dos procedimentos disciplinares.

Análise das principais infrações e medidas de prevenção:

No âmbito deste Ministério, foram aplicadas 17 penalidades de cunho disciplinar, sendo: 03 advertências, 08 suspensões, 01 demissão e 05 destituições de cargo em comissão. As irregularidades praticadas pelos servidores apenados são de variados tipos, sendo, em sua maioria, relacionadas à ação culposa ou dolosa em processos licitatórios. Não há possibilidade de se fazer levantamento do valor total do ilícito apurado. A atuação preventiva efetivou-se por meio de reuniões de videoconferência com todos os interlocutores da CGPAD/SE, cadastradores do Sistema CGU-PAD e membros de comissões instauradas pela SE, visando: à disseminação de conhecimento sobre os direitos e deveres dos servidores públicos federais em todas as unidades do MAPA; à orientação sobre a instrução eficiente das denúncias, a fim de viabilizar o mais acertado juízo de admissibilidade e, desta feita, evitar as instaurações desnecessárias; à reiteração sobre o lançamento e atualização dos procedimentos administrativos disciplinares no Sistema CGU-PAD; e, ainda, o nivelamento de informações/atualização dos colegiados processantes, com o objetivo de aprimorar o procedimento investigativo (melhorias/diminuição do tempo de apuração/eficiência/economicidade); Realização de 04 Palestras preventivas presenciais.

c) Informações sobre o cumprimento, pela instância de correição da UJ, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria n.º 1.043/2007, da Controladoria Geral da União – CGU:

86,2% dos procedimentos disciplinares instaurados/julgados pelo MAPA em 2014 foram lançados no Sistema CGU-PAD. Dentre os processos julgados em 2014, parte das ocorrências decorre de exercícios anteriores.

Há contínuo esforço da CGPAD-SE em orientar cadastradores e interlocutores quanto à necessidade de proceder ao cadastro no sistema, atendendo à legislação vigente e também objetivando sanar o passivo de exercícios anteriores. Foi realizada uma reorganização metodológica dos lançamentos dos processos no sistema e a CGPAD/SE passou a cobrar, rotineiramente, dos cadastradores – 93 cadastradores ao total, sendo um titular e um ou dois suplentes em cada uma das Unidades deste MAPA – o lançamento e atualização dos procedimentos nos prazos estabelecidos pela Portaria nº 1.043/2007.

6.2 Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

Apesar da necessidade de aprimoramento da comunicação, mecanismos de participação em grupo e instruções operacionais padronizadas, os controles internos adotados, no âmbito do Ministério, além de contribuírem para o atingimento dos resultados planejados, são considerados como importantes para a consecução dos objetivos da unidade, dando o adequado suporte ao seu funcionamento. Aliado a este aspecto, ressalta-se a existência de um código de ética e conduta formalizado, bem como delegações de autoridade e competência claras quanto às responsabilidades dentro de uma adequada segregação das funções.

O Ministério continua contando com alguns esforços isolados na questão da avaliação de risco, no entanto, com resultados ainda tímidos. Para estruturar o controle, foi reforçada a proposta de criação de uma unidade específica, em nível de Coordenação-Geral que atua, em estágio inicial, na construção de mecanismos de controle, gerenciamento de riscos e acompanhamento da gestão interna.

As atividades de controle adotadas são apropriadas e abrangentes, estando relacionadas diretamente com os objetivos de controle e com o plano de longo prazo da Unidade Jurisdicionada. Ainda assim, tem-se trabalhado no estabelecimento de medidas preventivas para diminuir os riscos de atingimento dos resultados.

Em um processo recente de ampliação da geração de informações relevantes com a consequente comunicação delas aos interessados, a Unidade Jurisdicionada tem permitido aos gestores do MAPA que ampliem suas capacidades de monitoramento, avaliando a efetividade de suas ações no curto e no longo prazo, contribuindo para a melhoria de seu desempenho.

6.3 Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU

As recomendações exaradas pela CGU, contidas nos Relatórios ordinários ou extraordinários de Auditoria e de Fiscalização, integram o Plano de Providências Permanente – PPP do Ministério, cuja implementação é acompanhada e avaliada periodicamente pelo Órgão de Controle.

ITEM 7 – PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS



Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Gerencial

Principais receitas - Finanças do MAPA em milhares

Receitas	2013	2014	2015
Receitas Provenientes de Contribuições Previdenciárias	202.752	223.357	20.580
Multas sobre a Fiscalização das Atividades Agropecuárias	31.913	31.188	37.720
Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	7.573	7.331	9.330
Taxa de Registro no Sistema Nacional de Sementes e Mudanças	7.055	11.621	10.500
Outros	1.663	1.595	9.158
Total	250.956	275.092	87.288

Os valores informados correspondem, para os exercícios de 2013 e 2014, ao montante arrecadado das receitas sob a responsabilidade da SDA e da SDC; e, para 2015, à estimativa das receitas constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2015 (PL Nº 013/2014 - Congresso Nacional - CN).



Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Gerencial

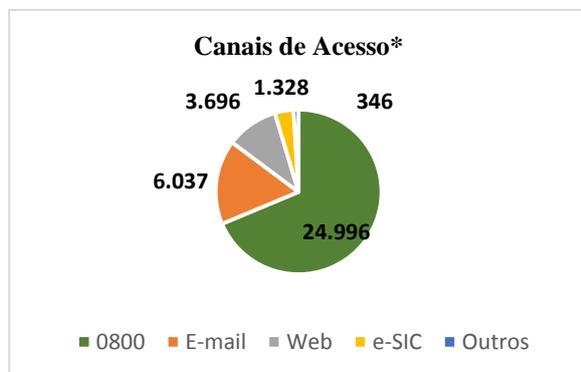
Principais despesas - Finanças do MAPA em milhares

Despesas	2013	2014	2015
Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	3.059.311	3.186.269	3.168.078
Outras Despesas Correntes	1.513.166	837.463	1.068.949
Investimentos	719.030	474.550	62.291
Total	5.291.507	4.498.282	4.299.318

O item "Outras despesas Correntes" refere-se a despesas contratuais (manutenção), aquisição de material de consumo, despesas com deslocamento, etc, e o item "Investimentos" a despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente, obras e instalações, etc. Os valores informados correspondem, para os exercícios de 2013 e 2014, ao montante empenhado pelas Unidades: GM; CGEOF; SDA; SRI; SPAE; SPA; SDC; CEF; e SFAs; e, para 2015, aos montantes constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2015 (PL Nº 013/2014 - Congresso Nacional - CN). As despesas envolvem todas as fontes de recursos, além daquelas constantes do Quadro "Principais receitas". Referem-se ao orçamento do MAPA e aos créditos recebidos de outros Órgãos Federais, o que justifica a diferença a maior de R\$ 2.667 mil em relação ao Quadro "Demonstração da execução das despesas - 2014", coluna "Despesas Empenhadas", Grupo "Outras Despesas Correntes", do item 9 do Relatório.

ITEM 8 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

8.1 Canais de acesso do cidadão e informações gerenciais/estatísticas sobre o atendimento



Informações sobre o atendimento

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Solicitações atendidas	Atendidas no prazo
Demandas do SIC	33.323	33.123	33.009
Denúncia	1.498	1.356	626
Reclamação	1.353	1.225	765
Sugestão	191	174	96
Elogio	38	38	38

*Os dados são referentes à Ouvidoria e ao SIC.

Análise:

No âmbito da Ouvidoria, são disponibilizados “Canais de Acesso” por meio de 0800, e-mail, Web, Carta, presencial e por telefone para atender os usuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, destacando-se a Web com 1.591 demandas, seguida de e-mails com 1211.

No âmbito do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, os canais de entrada e tratamento de demanda são 0800, e-mail, formulário web, sistemas diversos, além de ambiente para registro presencial, telefone, carta e fax. Em 2014, o SIC registrou 33.323 solicitações, destas 99,33% foram respondidas no prazo estabelecido pela Lei 12.527/2011, e apenas 103 demandas sofreram recursos.

8.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Com o objetivo de intensificar o debate interno das questões relativas aos serviços e compromissos que estão divulgados na “Carta de Serviços ao Cidadão – MAPA”, de modo a garantir a participação de todos os envolvidos e o comprometimento de elevar o padrão de atendimento prestado aos cidadãos, foi criado o Comitê Técnico da Carta de Serviços, com representantes do Gabinete do Ministro, das Secretarias, do INMET e da CEPLAC.

Para realização da coleta de informações, foi proposto que os serviços fossem agrupados por Macroprocessos de acordo com a Cadeia de Valor do MAPA que identifica as relações entre as diversas áreas do Órgão, e atende o fluxo dos serviços e produtos oferecidos à sociedade, assim como em articulação com o planejamento estratégico do MAPA.

A Carta de Serviços ao Cidadão contempla os processos de negócio que perpassam toda a estrutura organizacional do Ministério e é composta por vinte e quatro cartilhas, sendo que, atualmente, dezenove delas estão publicadas no Portal do MAPA e cinco estão em fase final de diagramação, serviço executado pela Assessoria de Comunicação Social - ACS. Em 2014 as Cartilhas foram acessadas 42.691 vezes, de acordo com estatísticas fornecidas pela ACS, com base nos dados disponibilizados pela área de TI. As cartilhas apresentam, de forma clara e precisa, os procedimentos para acesso aos serviços e produtos, com destaques para o prazo máximo de entrega e padrões de atendimento.

Antes da divulgação ao público externo, o MAPA disseminou o conteúdo da carta de serviço ao público interno, por meio de treinamento presencial e por videoconferência. O público treinado era formado por: 1) Equipe de Relacionamento: recepcionistas e vigilantes; 2) Membros Representantes do Comitê, que após o treinamento tiveram a incumbência de repassar as informações aos servidores e colaboradores das unidades que representam e, 3) Unidades

Descentralizadas: servidores das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Laboratórios Nacionais Agropecuários.

A Carta de Serviços ao Cidadão, como ferramenta de gestão, está alinhada aos objetivos definidos pelo Ministério em seu Mapa Estratégico, notadamente aos que se referem à Perspectiva da Sociedade.

Destaque para contribuição dos principais serviços aos objetivos descritos no item 3 (resultados da gestão e dos objetivos estratégicos).

Em relação aos resultados dos objetivos descritos no item 3, deste relatório, é pertinente mencionar que a Carta de Serviços ao Cidadão contribuiu, positivamente, para a divulgação e a ampliação de acesso aos serviços e produtos oferecidos pelo Ministério. Dessa forma, todos os serviços e produtos contribuem, direta ou indiretamente, para a consecução dos resultados relativos a esses objetivos estratégicos – Perspectiva da Sociedade. Em destaque, os serviços e produtos mencionados, no item 3, que sistematicamente participam para alcance da missão institucional do MAPA.

8.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Mecanismos utilizados:

Em atendimento ao Decreto nº 6932/2009 (da Carta de Serviços), elaborou-se um questionário de pesquisa de satisfação com objetivo de aferir o nível do cumprimento dos compromissos do padrão de atendimento dos serviços solicitados pelo cidadão, conforme estabelecido na Carta de Serviços do MAPA. Além do questionário, o Ministério utiliza outros canais de atendimento de comunicação com a sociedade, por meio da Central de Relacionamento e Serviços do Mapa – CR-MAPA (atendimento telefônico, presencial, correspondência, portal oficial, SIC e Ouvidoria) na qual o mecanismo utilizado para mensurar a satisfação do cidadão é a Pesquisa de Opinião, que é encaminhada ao e-mail do cidadão, juntamente com a resposta da demanda.

Demonstração e análise dos resultados identificados:

Quanto aos canais de divulgação dos serviços da Ouvidoria/MAPA, a Internet foi o meio de comunicação mais utilizado pelo cidadão com 284 acessos. Em relação ao atendimento prestado ao cidadão durante o acolhimento da demanda, de 434 pesquisas respondidas, 304 são de satisfação, 31, indiferentes e 114 são de insatisfação. Quanto à qualidade das respostas, 273 estão satisfeitos, 32 indiferentes e 129 insatisfeitos. No que tange ao tempo de atendimento das demandas: 289 estão satisfeitos, 31 indiferentes e 94 insatisfeitos.

Em relação às demonstrações e análises dos resultados do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC: de 33.323 demandas, 42,78 % foram finalizadas no primeiro contato do cidadão com o Ministério por meio do serviço de teleatendimento. Tendo em vista o cumprimento à Lei de Acesso as Informações - LAI que estabelece como prazo total 30 (trinta) dias para resposta, o Ministério mantém uma performance de atendimento às demandas no tempo médio de 10 dias, gerando o índice de satisfação de 90%.

Em relação à Carta de Serviços a pesquisa de opinião encontra-se em elaboração. Por ora, o Ministério não dispõe de instrumento destinado a aferir a satisfação do usuário quanto à qualidade dos seus produtos e serviços, que estão descritos na Carta.

8.4 Acesso às Informações do MAPA

Endereço eletrônico	Relatório	Periodicidade de atualização
http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/galeria-da-gestao-estrategica http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/2700_12.pdf	Mapa Estratégico	A cada alteração
http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/galeria-da-gestao-estrategica Link direto: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/2720_13.pdf	Planejamento Estratégico	A cada alteração
http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/galeria-da-gestao-estrategica Vários arquivos	Relatórios de Evolução dos Objetivos Estratégicos	Feito anualmente até o PPA 2008-2011
http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/galeria-da-gestao-estrategica	Indicadores de Desempenho utilizados na Gestão	Feito anualmente até o PPA 2008-2011
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/aceso_informacao/auditoria/relatorio-de-gestao-2013_SE-MAPA.pdf	Relatórios de Gestão	Anual
http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias/2013	Relatório de Auditoria de Gestão	Sob demanda da CGU
http://www.agricultura.gov.br/ministerio/estrutura-organizacional	Estrutura Organizacional	Quando é publicado um novo Decreto de Estrutura Regimental
http://www.agricultura.gov.br/acesoainformacao/institucional opção regimento interno	Regimentos Internos	Quando é publicada Portaria aprovando o RI, em decorrência da publicação de Decreto de Estrutura Regimental
http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic	Serviço de Informações ao Cidadão	Mensal
http://www.agricultura.gov.br/biblioteca/aceso-as-informacoes	Bases de dados	Diária
http://www.agricultura.gov.br/carta-de-servico-ao-cidadao	Carta de Serviços ao Cidadão	Anual
http://www.agricultura.gov.br/legislacao	Legislação Agrícola	Diária
http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria	Ouvidoria	Mensal

8.5 Avaliação de Desempenho do MAPA

Coordenado pelo Comitê Permanente de Acesso às Informações – CPAI, o SIC/MAPA cumpre com o que estabelece Lei 12.527/2011. Possui estrutura adequada para atendimento aos cidadãos e conta com o excelente sistema de acompanhamento das demandas com relatórios gerenciais que permitem ao gestor um diagnóstico completo do serviço prestado à sociedade.

As pesquisas de satisfação são realizadas ao término de cada atendimento que chegam pelo SIC MAPA e E-SIC. Os resultados das avaliações ficam armazenados em banco de dados e são divulgados em relatórios. De acordo com o citado no item 8.3 deste relatório, nas demonstrações e análises dos resultados do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC: de 33.323 demandas no período, 42,78 % foram finalizadas no primeiro contato do cidadão com o Ministério por meio do serviço de teleatendimento. Tendo em vista o cumprimento à Lei de Acesso as Informações - LAI que estabelece como prazo total 30 (trinta) dias para resposta, o Ministério mantém uma performance de atendimento às demandas no tempo médio de 10 dias, gerando o índice de satisfação de 90%.

O Mapa está desenvolvendo instrumento informatizado para realizar pesquisa de opinião com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas áreas técnicas de acordo com os critérios estabelecidos na Carta de Serviços ao Cidadão.

A Ouvidoria considera que boa parte da avaliação negativa dos cidadãos decorre da falta de qualidade das respostas ou na demora do seu atendimento.

PARTE B – INFORMAÇÕES DOS ITENS DE 9 A 16 REF 6 A 13 DN

ITEM 9 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Demonstração da execução das despesas, em 2014, está ilustrada na tabela abaixo. As despesas de pessoal e encargos sociais independem da gestão do MAPA. Já no grupo "Outras Despesas Correntes", em que se inserem as despesas relativas a funcionamento e manutenção das atividades técnicas e administrativas, há contenção de gastos, através do estabelecimento de limites de movimentação e empenho, utilizados em sua totalidade (limites = empenhado). Quanto aos "Investimentos", há dificuldades em viabilizar orçamento suficiente para atender a demanda das Unidades. A execução segue o nível de disponibilização dos limites de movimentação e empenho. As dotações e despesas informadas são, de acordo com as instruções, as que constem do orçamento do MAPA. Não incluem, portanto, os créditos recebidos de outros Órgãos Federais, o que justifica, na coluna "Despesas Empenhadas", Grupo "Outras Despesas Correntes", a diferença a menor de R\$ 2.667 mil em relação ao Quadro "Principais despesas" do item 7 do Relatório.

Demonstração da execução das despesas - 2014

R\$ Mil

Grupos de Natureza da Despesa	Dotação		Despesas		Valores
	Inicial	Final	Empenhadas	Liquidadas	Pagos
Pessoal e Encargos Sociais	3.053.430	3.196.396	3.186.269	3.186.263	3.167.077
Outras Despesas Correntes	1.060.178	1.886.372	834.796	769.024	358.828
Investimentos	586.122	834.756	474.550	109.358	80.694
Total	4.699.730	5.917.524	4.495.615	4.064.646	3.606.598

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Gerencial - SIAFI Gerencial

As despesas realizadas por meio programa 2105 - Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública - contemplam ações de publicidade e propaganda referentes às campanhas "Resultados PAP 13/14" (R\$ 1.391.543,00), "Combate à Febre Aftosa" (R\$ 7.236,00), "Plano Agrícola 2014/2015" (R\$ 8.296.750,70), Vigilância Agropecuária (R\$ 6.426,00) e Criação e Impressão de Material informativo (R\$ 48.656,78) totalizaram o valor R\$ 9.750.612,48 de uma dotação de R\$ 13.661.814,00 disponível no PI PUBLICID. Do total pago em 2014, R\$ 221.691,51 e R\$ 86.217,28 referem-se a restos a pagar de 2013 e 2012, respectivamente. Todas as despesas referem-se a Publicidade de Utilidade pública tem como público alvo o pequeno, médio e grande produtor rural, imprensa e sociedade em geral e alcançaram êxito em suas execuções, em função de retornos avaliados da imprensa, uso de recursos anunciados nas ações, participações em eventos, entre outros.

No que tange aos passivos reconhecidos no exercício, contabilizados ou não, sem o respectivo crédito autorizado no orçamento, há dois registros: um de R\$ 316.218.837,11 da Unidade Gestora FUNCAFE e outro no valor de R\$ 8.031,95 da Unidade Gestora SFA/RJ. O primeiro é relacionado à pendência do débito com o Banco do Brasil S/A, decorrente dos serviços prestados pela administração da carteira de crédito oriunda do Contrato de Dação em Pagamento, firmado entre a União Federal, representada pelo MAPA, e o Banco do Brasil, o qual foi objeto de questionamento pelo TCU (processo TC.022428/2013-5) e CGU nos Relatórios 201407165 e 201305722, e, na oportunidade, justificado pelo MAPA. O segundo refere-se ao registro efetuado na conta contábil 21.211.11.00 – Fornecedores por Insuficiência de Crédito/Recursos. Este procedimento foi adotado mediante a orientação da equipe de auditores da CGU/RJ que estiveram auditando a Superintendência que orientou através da nota de auditoria 2013055820 e que foi comunicado o procedimento à Divisão de Apoio Administrativo da SFA/RJ através do memorando 007/2013 de 21/03/2013.

No que se refere aos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, observa-se o aumento anual, conforme identificado na tabela abaixo. Vale ressaltar que: a) os limites de movimentação e

empenho, utilizados em sua totalidade, superam os recursos financeiros liberados; b) os limites de pagamento, além de serem autorizados em montante inferior ao total de limite de movimentação e empenho, destinam-se à cobertura dos Restos a Pagar; c) os pagamentos realizados no último dia do exercício impactam a execução financeira do ano seguinte, ou seja, os pagamentos do ano anterior são considerados para reduzir os recursos financeiros a liberar no ano corrente; e d) 92% dos valores inscritos em Restos a Pagar são decorrentes de emendas parlamentares, liberadas, em grande parte, nos últimos dias do exercício, sem o tempo necessário para o processamento das despesas (liquidação e pagamento).

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores a 2014				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscrito/Reinscrito	Pago	Cancelado	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.029.603.747	614.470.027	5.375.604	409.758.116
2012	252.882.744	66.784.232	131.920.955	54.177.557
2011	2	0	0	2
2010	4.425	0	0	4.425
2009	0	0	0	0
2008	50.000	0	0	50.000
2007	490.081	0	0	490.081
Subtotal	1.283.030.999	681.254.258	137.296.559	464.480.182
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscrito/Reinscrito	Pago	Cancelado	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	306.034.487	305.995.134	31.082	8.271
2012	67.462.179	58.478.104	455.223	8.528.852
2011	1.412.977	1.262.330	150.647	0
2010	136.324	2.524	0	133.800
2009	333.155	333.155	0	0
2008	181.700	0	0	181.700
2007	7.750	0	0	7.750
Subtotal	375.568.572	366.071.247	636.952	8.860.373
Total	1.658.599.571	1.047.325.505	137.933.512	473.340.554

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Gerencial - SIAFI Gerencial.

Engloba os valores do GM, CEGOF, DAS, SRI, SPAE, SPA, SDC, todas as SFAs e CAIXA e exclui os valores do PRODESA.

Em 2014 houve uma queda expressiva no número de transferências voluntárias celebradas em relação ao ano anterior, com destaque para os 1.387 contratos de repasse (queda de 45%) e os 61 convênios (queda de 46%) celebrados no período. O MAPA registrou no período a conclusão de 101 convênios, sendo 93 por aprovação e 8 por reprovação, terminando o ano com 112 convênios em situação de prestação de contas, sendo 44 em situação de aguardo e 68 em análise. Quanto aos contratos de repasse, foram registradas 344 conclusões com aprovação, 685 contratos aguardando prestação de contas e outros 4 em análise.

Além disso, no exercício de 2014, foram realizadas despesas com suprimento de fundos no total de R\$ 713.087,03 (setecentos e treze mil, oitenta e sete reais e três centavos); sendo R\$ 608.868,90 (seiscentos e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal - FATURA e R\$ 104.218,13 (cento e quatro mil, duzentos e dezoito reais e treze centavos) na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal - SAQUE em 19 SFAs, na SRI, SDC, SE e GM. Já a conta bancária tipo B não foi utilizada pelo MAPA.

Quanto as informações sobre renúncia de receitas e gestão de precatórios não têm registros na execução orçamentária e financeira do MAPA.

ITEM 10 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A UJ conta com uma lotação efetiva de 7.831 servidores em 31/12/2014, excluindo INMET, CEPLAC e LANAGROS, o que representa 78% da sua real necessidade, sendo que no exercício ingressaram no Quadro de Pessoal 485 servidores, contra 458 que saíram.

A distribuição da força de trabalho em área meio e área fim na Sede, equivale a 50% de cada e nas Superintendências a área fim conta com 66% e a área meio 34%, num quantitativo insuficiente para atender à ascensão da agropecuária e agroindústria. Consequentemente, a distribuição de cargos comissionados deverá ser revista. A força de trabalho conta com mais 198 servidores com vínculo e nenhum com contrato temporário.

Em relação a eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da UJ, tendo em vista a dinâmica de abertura e fechamento de estabelecimentos a serem fiscalizados ser bastante significativa, torna-se complexo o estabelecimento de uma lotação ideal. No entanto, encontra-se em andamento na Coordenação Geral de Planejamento – CGPLAN, o estudo para estabelecimento desta lotação.

A força de trabalho da UJ conta com 4.999 servidores de grau médio e básico, e 2.868 de nível superior sendo que destes, 44 servidores têm especialização, sendo as especializações em diversas áreas. Estes valores foram considerados até 28/02/2015, pois o banco de dados do SIAPE reservado foi removido.

Sobre iniciativas da unidade jurisdicionada para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elabora o Plano Anual de Educação Continuada – PAEC, por meio do levantamento da necessidade de capacitação que visa assegurar o treinamento dos servidores da Sede e das Unidades Descentralizadas de forma planejada. O MAPA, no ano de 2014 capacitou um total de 1.474 servidores, sendo: 1.243 servidores da Sede, e 231 das Superintendências, Lanagros e outras unidades, totalizando 79.369,20 horas de capacitação no referido ano.

Os custos totais com manutenção de pessoal no exercício de 2013 foram de R\$ 1.125.971.407,16, enquanto o de 2014 foi de R\$ 1.132.092.784,72 ou seja o acréscimo não chegou a 1%. Não houve ocorrência com contratos temporários.

Em relação às ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos a Coordenação Geral de Administração de Pessoas - CGAP informa que, além dos controles das unidades pagadoras para identificação de eventuais irregularidades, a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento - SEGEP/MP e a Controladoria geral da União - CGU auditam constantemente o sistema de pessoal, enviando relatórios e trilhas de inconsistências para as correções ou justificativas, se for o caso.

O principal risco identificado na gestão de pessoas da unidade é o quantitativo versus qualitativo de pessoas lotadas na área, a providência adotada para mitigá-lo é solicitar contratação por concurso de novos servidores e treinamentos intensivos. Outro risco identificado é a rotatividade de servidores que deixam o órgão por requisições com maiores vantagens ou saem para entidades que melhor retribuem a sua capacidade técnica. Outro fator relevante é a disparidade salarial entre servidores de carreira e dos chamados Planos Gerais de Cargos do Poder Executivo - PGPE.

O indicador utilizado pela CGAP é formulado pela captação de dados do Sistema de Avaliação de Desempenho – SISAD. Em 2014 foram cadastrados 9.960 servidores, 254 metas intermediárias e 7.140 metas individuais, atingindo 75,5% quando se esperava atingir 80% dos servidores de imediato, sendo que uma das funções do sistema é a de subsidiar a política de gestão de pessoas, quanto a capacitação, desenvolvimento individual e institucional.

Os contratos sobre contratação de mão de obra de apoio, na sede do MAPA, são relacionados à prestação de serviços terceirizados de limpeza, vigilância e locação de mão de obra.

Os contratos em voga ao curso de sua condução apresentaram contratempos comuns na administração pública, como atrasos nas análises jurídicas e no trâmite processual, dificuldades na obtenção de propostas para elaboração de termos de referência e estimativas de preços. Devido à burocracia administrativa, o contrato de prestação de serviços de Brigadista não foi licitado no ano de 2014, sendo que o anterior fora encerrado em outubro de 2014, e a nova contratação foi realizada em fevereiro de 2015.

Não houve casos de questões trabalhistas relacionados às empresas citadas nos contratos de mão de obra de apoio. Tampouco deixaram de pagar as verbas trabalhistas necessárias.

Os contratos de prestação de serviços nas 27 (vinte e sete) Superintendências Federais de Agricultura estão relacionados aos serviços de limpeza e conservação (servente, jardineiro, pedreiro, lavador de vidros, eletricitista, técnico em manutenção predial, bombeiro hidráulico, lavador de carros, auxiliar de serviços gerais), vigilância, apoio administrativo (receptionistas, secretária, controlador de acesso, auxiliar administrativo, técnico de informática, operador de máquina reprográfica, telefonista) e outros serviços terceirizados de mão-de-obra (copeira e motorista), sendo um total de 820 (oitocentos e vinte) pessoas contratadas.

A realização dessas atividades por empresas especializadas decorre da necessidade de atendimento da demanda instalada nas SFAs, tendo em vista que o MAPA não dispõe em seu quadro de pessoal a previsão de recursos humanos para o atendimento dos serviços contratados nas Superintendências, tanto nas Sedes quanto nas Unidades Descentralizadas.

A política de contratação de estágio proporciona oportunidade de complementação educacional a uma média de 510 estagiários/mês a um custo de R\$ 3.315.680,05 anual, sendo que a média para nível superior é de 354 e nível médio de 156, para a área fim de 467 e para área meio de 43.

ITEM 11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possui, nas suas diversas dependências em todos os estados um total de 1914 (hum mil e novecentos e quatorze) veículos em diversos estados de uso e conservação.

O controle da frota é realizado por meio do Sistema de Controle de veículos Automotores – SCVA, que objetiva controlar a frota de veículos do MAPA, gerar relatórios de quilometragem rodada, consumo de combustíveis e gastos com manutenção. A frota de veículos do MAPA é dimensionada para atender tanto às autoridades do órgão, nos seus deslocamentos em serviço, quanto às necessidades de locomoção de servidores no cumprimento de tarefas que prescindem de deslocamentos, tanto urbanos como a outras localidades, observando que através destes transportes são realizados diversos trabalhos de fiscalização entre outros, relativos a atividade fim do MAPA. A frota de veículos é essencial para a execução das atividades finalísticas, haja vista que a maioria dos serviços voltados à visita/vistorias realizadas in loco são realizados por meio dos veículos da frota, dessa forma os objetivos que tangem o controle agropecuário dependem diretamente da atuação do MAPA e esta é basicamente realizada com os veículos oficiais.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota é constituída do Decreto Nº 6.403 de 17 de março de 2008 e da Instrução Normativa Nº 03 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação são baseados na legislação em vigor e no Plano Nacional de Aquisições – PAV do Governo Federal, bem como os critérios de sustentabilidade abrangem aqueles legalmente constituídos.

Em relação aos custos envolvidos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento gasta nas suas diversas dependências, e em todos os estados um total de R\$ 3.902.025,23 com combustíveis e lubrificantes automotivos; R\$ 1.058.816,55 com peças para manutenção de veículos; e R\$ 1.879.110,51 com serviço de manutenção e conservação de veículos, totalizando R\$ 6.839.952,29.

Gestão do patrimônio imobiliário da União:

Sobre a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada, não há sistema de controle dos imóveis. É realizada a manutenção diária e periódica de todos os imóveis por empresa contratada e, de dois em dois anos, os imóveis são reavaliados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet. Não há inventário de bens imóveis no MAPA.

As Superintendências Federais se fundamentam no Plano de Melhorias elaborado pela Equipe de Apoio às Superintendências, atualizado anualmente de acordo com as demandas e critérios de prioridades. Ainda foi criado um Grupo Técnico de Engenheiros e Arquitetos – GTEA, com a finalidade de auxiliar e orientar a Equipe de Apoio e as 27 (vinte e sete) Superintendências na identificação das prioridades de cada regional, bem como na escolha, contratação, acompanhamento e execução de obras de engenharia de maior complexidade.

Relativo à distribuição geográfica dos imóveis da União, a Sede do MAPA possui 03 (três) imóveis, e as Superintendências Federais apresentam 147 (cento e quarenta e sete) imóveis próprios, devidamente registrados no SPIUnet e 11 (onze) imóveis locados, distribuídos nas 27 (vinte e sete) Superintendências.

Os registros e informações dos imóveis do MAPA (Sede) e Superintendências Federais estão registrados no SPIUnet.

O quadro abaixo apresenta informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União da responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação, em relação à sede do MAPA:

Locador	Modo de Contratação	Valor (\$)	Benefícios recebidos	Forma de Contabilização	Forma de Utilização
Banco Abn Amro Real S/A	Cessão de uso	4.200,00	Comodidade aos Servidores	GRU	-
Banco do Brasil S/A	Cessão de uso	-	Comodidade aos Servidores	-	-
Sicoob-Cominagri Executiva	Cessão de uso	25.108,13	Comodidade aos Servidores	GRU	-
Alves e Garcia	Cessão de uso	7.826,02	Refeição de qualidade	GRU	-
Mil Comercial e Serviços	Cessão de uso	16.149,86	Periódicos e lanches	GRU	-
Crystal Serviços Gerais, Alimentos e Construtora	Cessão de uso	5.000,00	Refeição de qualidade	GRU	-

Quanto as Superintendências Federais a única que apresenta imóvel da União locado para terceiros é a SFA/RJ, conforme quadro abaixo:

Locador	Modo de Contratação	Valor (\$)	Benefícios recebidos	Forma de Contabilização	Forma de Utilização
Cantina da Amizade 2858 LTDA-MP (CNPJ 04.482.884/0001-19)	Contrato – Carta Convite	601,89	Refeição de Qualidade	GRU	-

Os custos de manutenção relativos aos imóveis em 2014 foram de: R\$ 3.765.527,32 (três milhões setecentos e sessenta e cinco mil quinhentos e vinte sete reais e trinta e dois centavos) referente à Sede, e quanto às Superintendências Federais foram de: R\$ 4.115.192,17 (quatro milhões, cento e quinze mil, cento e noventa e dois reais e dezessete centavos), devidamente registrados em conta específica.

Imóveis locados de terceiros:

As Superintendências Federais de Agricultura possuem 11 (onze) imóveis locados de terceiros. Quanto à Sede não há imóvel locado de terceiro.

Em relação à finalidade dos imóveis locados de terceiros, a sede da Superintendência do Espírito Santo é a única sede locada de terceiros, sendo que os demais imóveis, distribuídos nas 27 (vinte e sete) superintendências são locações com finalidade de atendimento das unidades técnicas descentralizadas, as quais dão apoio técnico e operacional aos municípios sob a jurisdição do estado e são definidas de acordo com as demandas setoriais do agronegócio.

Sobre os custos relacionados a estes imóveis, o valor anual da locação da sede da SFA-ES é de R\$ 1.037.380,10. Os custos com locação de imóvel para atender as unidades descentralizadas são R\$ 566.886,31.

ITEM 12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A quantidade de sistemas computacionais que estão diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade é 52 (cinquenta e dois). Dentre eles podemos citar:

SISTEMA	DESCRIÇÃO
SAPCAN - Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira	Sistema responsável pelo cadastramento de unidades fabris produtoras de açúcar e álcool, de empresas comercializadoras de álcool, e pelo registro, via on-line , de seus informes sobre moagem de cana-de-açúcar, industrialização e comercialização de açúcar e álcool.
SIGI - Sistema de Gestão Integrada	Mantém programação do plano operativo anual.
SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação	Registra multas e taxas aplicadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quando ocorre infração à legislação agrícola, emite boleto para pagamento de multas e taxas e controlar os valores recebidos, assim como disponibiliza no Portal do MAPA módulo para acompanhamento da infração e emissão de 2ª via.
SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos	Gerencia as informações referentes às atividades analíticas dos laboratórios da área de resíduos e contaminantes em alimentos.
SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal	Sistema de controle de todos os estabelecimentos que recebem o número do SIF e exportadores para o Brasil. Geração de relatórios estatísticos a respeito da comercialização, produção, importação, exportação, abates, condenações referentes aos produtos e matérias-primas destes estabelecimentos.
SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais de Importação e Exportação do VIGIAGRO	O sistema destina-se a atender a necessidade de gerenciamento e controle do recebimento, envio e fiscalização das mercadorias importadas e exportadas através dos portos, aeroportos e fronteiras, com um cadastro único dos estabelecimentos, representantes autorizados e de requerimentos de importação e exportação com seus respectivos termos.
SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos	Sistema único utilizado para registro de estabelecimentos e produtos, realização e acompanhamento do processo administrativo de fiscalização (auto de infração, termos de coleta, termos aditivos, termos de apreensão, multas, taxas), com concessão de relatórios gerenciais e estatísticos. Permite acesso via web por fiscais, estabelecimentos e usuários externos.
SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos	Registra e identifica o rebanho bovino e bubalino do território nacional, possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate. Disponibiliza relatórios de apoio à tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importado.

Dentre as novas necessidades de sistemas relacionadas aos macroprocessos finalísticos destacam-se 11, entre eles:

Necessidade	Justificativa	Medidas Programadas
Elaboração do módulo PPA dentro do Sistema de Gestão Integrada – SGI.	Em função de alterações solicitadas pelo Ministério do Planejamento no novo sistema SIOP, foi necessária a migração do SIPLAN e evolução do módulo PPA.	Abertura da ordem de serviço nº 363252 para a fábrica de software.
Desenvolvimento do Sistema de Indicações Geográficas e Marcas – SIGMA.	Atender o processo de gestão das atividades voltadas para Signos Distintivos, de competência do MAPA.	Abertura das ordens de serviço nºs 352565 e 398249 para a fábrica de software.
Desenvolvimento do Sistema de	Elaboração de sistema informatizado para	Abertura da ordem de serviço nº

Gerenciamento de Produtos de Origem Animal – SIGPOA.	gerenciamento de informações das amostras coletadas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF e seus respectivos resultados laboratoriais.	364543 para a fábrica de software.
Elaboração do módulo de Envelhecimento do Sistema de Vinhos e Bebidas em Geral - SIVIBE	Controlar as informações e serviços vinculados à área de vinhos e bebidas, realizados pela CGVB. Atender exigência da Lei nº 7.678/88, arts. 29 e 31 e do Decreto nº 2.314/97.	Abertura da ordem de serviço nº 394682 para a fábrica de software.
Melhorar o Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE	Evoluir os módulos de produto, estabelecimento e vistoria e fiscalização para atender às necessidades das áreas e adequação à Instrução Normativa nº 25 do MAPA.	Abertura das ordens de serviço nºs 346386, 346553, 349190, 358821 e 391640 para a fábrica de software.

No exercício de 2014 vigeram 14 contratos relacionados ao macroprocesso, dentre os quais:

Empresa: Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A, CNPJ 01.645.738/0001-79 e contrato nº 22101/009/2013.

Objeto	Vigência	Valor	Valores Liquidados
Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de soluções de software para o MAPA.	30/12/2015	R\$11.700.000,00	R\$ 1.529.247,57

Empresa: CTIS - Tecnologia S/A, CNPJ 01.644.731/0001-32 e contrato nº 22101/024/2010.

Objeto	Vigência	Valor	Valores Liquidados
Central de Relacionamento - Planejamento, desenvolvimento, implantação, operação e gestão da Central de Relacionamento, Ouvidoria, Suporte e Serviços do MAPA. Este contrato prove o MAPA de serviços especializados de tele - atendimento receptivos aos usuários.	20/07/2015	R\$16.146.641,28	R\$ 11.116.384,68

Empresa: Empresa Brasileira de Comunicações - EMBRATEL, CNPJ 33.530.486/0001-29 e contrato nº 22101/008/2013.

Objeto	Vigência	Valor	Valores Liquidados
Prestação de Serviços de Telecomunicações, por meio de uma rede IP multisserviços, utilizando tecnologia MPLS, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do MAPA em todo território nacional.	01/04/2015	R\$ 5.746.360,96	R\$ 3.884.574,82

ITEM 13 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nas aquisições de materiais foram incluídos, em todas as compras, os critérios de sustentabilidade ambiental instituídos pela Instrução Normativa nº 01, de janeiro de 2010. Nas aquisições contratações de serviços e obras a Divisão de Suporte Operacional, não foram discriminados ou apontados nenhum critério relacionado à sustentabilidade ambiental. Nos processos licitatórios para aquisição de bens ou contratação de serviços ou obras realizados pelas 27 (vinte e sete) Superintendências Federais da Agricultura também foram incluídos os critérios de sustentabilidade estabelecidos pela Instrução Normativa nº 1.

ITEM 14 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

O compromisso da Administração Pública com a transparência e com o dever de prestar contas à sociedade é uma realidade crescente nos últimos tempos.

Além disso, o MAPA está sujeito ao monitoramento e supervisão da Controladoria-Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU, Órgãos de Controle Interno e Externo, respectivamente. Em seu dever de prestar contas, o MAPA adota providências tempestivas visando ao atendimento das recomendações ou determinações dos Órgãos de Controle.

No mesmo diapasão, as determinações contidas nos acórdãos oriundos do TCU são encaminhadas às diversas áreas temáticas competentes para adotar as providências necessárias ao seu atendimento. No exercício de 2014 foram expedidos 26 (vinte e seis) Acórdãos contendo determinações ou recomendações ao MAPA, respondidos prontamente. Da mesma forma, a implementação das providências é monitorada regularmente pela Corte de Contas.

As recomendações exaradas pela CGU, contidas nos Relatórios ordinários ou extraordinários de Auditoria e de Fiscalização, integram o Plano de Providências Permanentes – PPP do Ministério, cuja implementação é acompanhada e avaliada periodicamente pelo Órgão de Controle.

Sobre as demonstrações do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, não temos pendências quanto a estas declarações, pois quando da posse dos servidores concursados ou posse em cargos em comissão é preenchido um formulário de autorização para acesso à Receita Federal que é controlado pelo sistema de Pessoal-SRH010 que emite relatórios de pendências quando consultado.

As medidas administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário adotadas pela CGPAD/SE/MAPA foram, notadamente, as seguintes:

- O estabelecimento do critério de “ocorrência de dano ao Erário” como um dos critérios de priorização das demandas pendentes de instauração disciplinar;
- nos casos em que, da atuação de servidor condenado em procedimento disciplinar tiver resultado diretamente o dano ao Erário, ele (o culpado) é instado a devolver os valores à União, após mensuração do dano pelos colegiados processantes. A recomposição dos cofres públicos é intermediada pela SPOA, que, sempre que necessário, se socorre da PGFN; e
- se o fato danoso configurar, em tese, improbidade administrativa, ele é levado ao conhecimento da CGU; se puder vier a ser considerado como possível infração criminal, ao MPF, para providências.

Em relação à quantidade de casos de dano que foram objeto de medidas administrativas internas, ocorreram 36 (trinta e seis) ocorrências em 2014, relativos à convênios e contratos de repasse sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, das quais 27 (vinte e sete) resultaram em Tomadas de Contas Especiais – TCEs encaminhadas ao TCU. 8 (oito) ocorrências foram dispensadas de apuração por TCE por se tratar de débito inferior a R\$ 75.000,00 e em 1 (um) caso foi restituído o valor pela entidade convenente.

Foram recebidas declarações individuais prestadas pelas Secretarias e Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento consolidadas neste relatório, comunicando que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014, por estas Unidades, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

ITEM 15 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC 16.9 e NBC T 16 foram observadas pela Coordenação de Contabilidade (CCONT) da UJ. Neste exercício foram realizados vários seminários e treinamentos a todas as Unidades Gestoras, e implantou-se com êxito o novo PLANO DE CONTAS APLICADA AO SETOR PÚBLICO – PCASP no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Além disso, a CCONT, conjuntamente com a Coordenação-Geral de Serviços Gerais – CGSG, implantou um sistema de patrimônio mobiliário e almoxarifado, que entrou em atividade em 2014.

Em relação à apuração dos custos, o Grupo Executivo de Custos, subordinado à Secretaria-Executiva, ficou responsável pelo seu gerenciamento no âmbito do MAPA. Os custos são apurados nas Secretarias, Superintendências Federais de Agricultura - SFAs, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. O sistema utilizado para a apuração é o SIC - Sistema de Informações de Custos, gerido pelo Governo Federal. A implantação ocorreu a partir do segundo semestre de 2014 e a sistemática adotada foi a apuração por Centros de Custos diretamente da execução no SIAFI. Em relação aos indicadores, estes permitem ampliar as análises sobre a execução do orçamento, viabilizando a tomada de decisões para a realização das políticas públicas. Já os relatórios utilizados são extraídos diretamente do sistema SIC.

Quanto às conformidades dos demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação Orçamentária Financeira e Patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

A CCONT, por intermédio do contador responsável pela unidade jurisdicionada, declara que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do fluxo de caixa e do resultado econômico) regidos pela lei n.º 4.320/64 refletiram adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas que apresentam relatório de Gestão, conforme especificado abaixo:

Sem Ressalvas – UGs. 130001 – GM; 130020 - SRI; 130101- CGOF; 420012 – SPA; 130022 – SFA/CE; 130027SFA/AL; 130028 SFA/SE – 130056 – SFA/MG; 130062 – SFA/MS; 130074 – SFA/RS; 130080 – SFA/GO; 130088 – SFA/AC; 130093 – SFA/RR; 130100 – SFA/AP;

Com Ressalvas – UGs. 130005 – CGEF; 130007 – SDA; 280106 – SPAE; 420013 – SDC; 130014 – SFA/DF; 130018 – SFA/TO; 130021 –SFA/PI; 130023 – SFA/RN; 130024 – SFA/PB; 130025 – SFA/PE; - 130029 – SFA/BA; 130060 – SFA/MS; 130063 – SFA/RJ; 130067 – SFA/SP; 130069 – SFA/MA; 130070 – SFA/PR; - 130072 – SFA/SC; 130077 – SFA/MT; - 130083 –SFA/RO; - 130090 – SFA/AM; 130094 – SFA/PA.

Em relação às Demonstrações Contábeis previstas pela Lei n.º 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC n.º 1.133/2008, não se aplicam ao MAPA, visto que todas as Unidades Gestoras executam a contabilidade diretamente no SIAFI.

Quanto às Demonstrações Contábeis previstas na Lei n.º 6.404/76 ou em lei específica, somente se aplicam às Entidades Vinculadas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O MAPA, através das políticas públicas em prol do agronegócio brasileiro, desempenhou programas alinhados à implementação de ações estruturantes de fomento, desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas a fim de garantir competitividade ao setor agropecuário. O setor mostrou-se robusto e importante para economia brasileira e cresceu 0,4% diante um cenário de crescimento praticamente estável do PIB (0,1%) e atingiu, em valor exportado, US\$ 96,75 bilhões, contribuindo de forma positiva na balança comercial.

Além disso, os financiamentos concedidos aos produtores rurais, através das políticas de crédito rural para as safras dão sustentação ao crescimento do agronegócio brasileiro e evoluíram de forma continuada e sustentável. Para a safra 2014/2015 foram disponibilizados para o financiamento rural, através do Plano Agrícola e Pecuário R\$ 156,1 bilhões ante R\$ 44,35 bilhões em 2006. As políticas de crédito rural para as safras 2013/14 e 2014/15 resultaram em maior apoio à produção e à produtividade agropecuária relativamente a 2006, alcançando R\$ 166,7 bilhões, além das taxas de juros do crédito manterem-se reduzidas e ampliação dos financiamentos concedidos para custeio, comercialização e investimentos, correspondendo a um aumento real de 242% em relação a 2006. Somado a isso, a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), por meio de seus mecanismos, ampliou, em 2014, a comercialização de produtos do agronegócio.

Outro destaque do setor refere-se ao salto da produtividade do agronegócio. A produção cresceu de 131,7 milhões de toneladas (2.851 kg/há), em 2006, para a estimativa de 202,1 milhões (3.501 kg/há) na safra de 2014/2015. Somado a isso o MAPA organizou a participação oficial brasileira em onze feiras comerciais internacionais do setor de bebidas e alimentos. Estes eventos contaram com 328 participações de 212 empresas brasileiras, o que representa um acréscimo de 27% e 25%, respectivamente, em relação a 2013.

O MAPA apoiou a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, com projetos mediante parcerias com as prefeituras municipais, como a recuperação da malha de estradas vicinais e a certificação armazenadoras. Houve promoção de melhoria do Sistema de Plantio Direto mediante a aplicação dos conceitos da ciência da conservação do solo e do conservacionismo.

Outra atuação importante foi no setor agroenergia, com a participação dos biocombustíveis na matriz energética, responsável por cerca de 22% do total de combustíveis utilizados no País, que é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética nacional e gerar renda para o produtor rural.

Vale ressaltar que o ministério fortaleceu as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais, que contribuíram para manutenção e ampliação das zonas livres de doenças, além de garantir o abastecimento interno da população com produtos inócuos e de qualidade e possibilitar a conquista de novos mercados para os produtos pecuários brasileiros. Em 2014, foi obtido o reconhecimento internacional da ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com incremento de 17,2% nas zonas livres implantadas até este ano, que alcançou 77,2% do território nacional.

Na execução do Plano Estratégico 2006-2015, a análise dos principais indicadores, em linha com os objetivos estratégicos dentro de cada perspectiva, permite identificar o desempenho do ministério dentro do seu ambiente de atuação e os desafios para aprimorar a gestão estratégica e garantir o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

PARTE C – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AOS ITENS DE 1 A 8

Anexo I: Complementa item 1.1 – normas da UJ

As normas que criam as UJ e que estão relacionadas à gestão e estrutura são:

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, que aprova a estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do MAPA.
- Portarias MAPA de aprovação de regimentos internos:
 - ✓ Com base no Decreto nº 7127/2010: Portaria nº 264/2010 (Regimento Interno – RI do Gabinete do Ministro); Portaria nº 428/2010 (RI das Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Portaria nº 1.276/2013 (RI da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e Portaria nº 944/2014 (RI da Secretaria-Executiva)
 - ✓ Recepcionados pelo Decreto nº 7127/2010: Portaria nº 16/2006 (RI da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE; Portaria nº 85/2006 (RI da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC; Portaria nº 17/2006 (RI da Secretaria de Política Agrícola - SPA; Portaria nº 121/2006 (RI da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE; Portaria nº 44/2007 (RI da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI e Portaria nº 19/2006 (RI do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET).
- Quanto às normas e manuais relacionados às atividades, podem ser encontrados no portal do Ministério: www.agricultura.gov.br, inclusive com link para acesso aos serviços e sistemas de apoio.

Anexo II: Finalidades e competências institucionais

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é um órgão do Poder Executivo, com finalidade de formular e implementar as políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento aos consumidores do país e do exterior, provendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

Visão: “Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

Missão: “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

COMPETÊNCIAS:

Ao Gabinete do Ministro compete:

- I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social;
- II - ocupar-se das relações públicas e promover as atividades de agenda, cerimonial, promoção institucional e de eventos, preparo e despacho dos expedientes do Ministro de Estado;
- III - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;

IV - coordenar a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades do Gabinete do Ministro;

V - promover o desenvolvimento das atividades concernentes à relação do Ministério com o Poder Legislativo, em especial no acompanhamento de projetos de interesse e no atendimento às consultas e requerimentos, consoante orientação normativa do órgão central do Sistema de Acompanhamento Legislativo;

VI - promover as atividades de comunicação de governo, no âmbito do Ministério, consoante orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

À Assessoria de Gestão Estratégica compete:

I - promover a gestão estratégica do Ministério;

II - coordenar a elaboração do planejamento estratégico do Ministério e, especialmente:

a) desenvolver a prospecção de cenários com base nas políticas e diretrizes governamentais;

b) consolidar o projeto institucional quanto à missão, à visão de futuro e às diretrizes setoriais; e

c) acompanhar o desdobramento das diretrizes em metas e o estabelecimento dos respectivos indicadores de desempenho;

III - promover e apoiar a elaboração dos planos e programas de forma articulada e sistêmica; e

IV - proceder à articulação estratégica de assuntos institucionais específicos, determinados pelo Ministro de Estado.

À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar e coordenar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas de que trata o parágrafo único do art. 6º;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I, informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - orientar a formulação e consolidar as propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

IV - promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

V - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, bem como submetê-los à decisão superior;

VI - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

VII - gerir os recursos do Fundo Federal Agropecuário e demais transferências e receitas financeiras;

VIII - desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Secretaria-Executiva:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério:

a) as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de gestão de documentos de arquivo, de organização e inovação institucional e de pessoal civil; e

b) as atividades relacionadas à disciplina, às informações documentais agropecuárias e ao acompanhamento das unidades descentralizadas, das entidades vinculadas e dos órgãos colegiados, inclusive das câmaras setoriais e temáticas;

III - promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes;

IV - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação dos assuntos da área de competência do Ministério;

V - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário;

VI - orientar e coordenar as análises das prestações de contas dos convênios firmados no âmbito do Ministério; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado;

À Secretaria-Executiva compete exercer, ainda, o papel de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, do Sistema de Serviços Gerais - SISG, do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal, do Sistema de Contabilidade Federal, do Sistema Nacional de Arquivos, do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA e do Sistema de Organização e Inovação Institucional - SIORG.

Secretaria de Defesa Agropecuária:

I - contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere à defesa agropecuária;

II - planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de defesa agropecuária, em especial:

a) saúde animal e sanidade vegetal;

b) fiscalização e inspeção de produtos, derivados, subprodutos e resíduos de origem animal e vegetal;

c) fiscalização de insumos agropecuários;

d) análise laboratorial como suporte às ações de defesa agropecuária; e

e) certificação sanitária, animal e vegetal;

III - coordenar a execução das atividades de defesa agropecuária relativas ao trânsito internacional em fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos e estações aduaneiras, referentes aos produtos e insumos agropecuários;

IV - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais concernentes aos temas de defesa agropecuária, em articulação com os demais órgãos do Ministério;

V - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações da Secretaria;

VI - promover a implantação dos sistemas de gerenciamento da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

VII - implantar e implementar as ações decorrentes de decisões de organismos e atos internacionais e de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros relativas aos assuntos de sua competência;

VIII - promover a articulação intra-setorial e intersetorial necessária à execução das atividades de defesa agropecuária;

IX - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

X - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

XI - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

À Secretaria de Defesa Agropecuária compete ainda a coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agropecuários, e do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos - SISBOV.

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo:

I - contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere ao desenvolvimento do agronegócio;

II - planejar, fomentar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades, programas e ações de:

a) cooperativismo e associativismo rural;

b) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologia;

c) assistência técnica e extensão rural;

d) infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuárias;

e) indicação geográfica e denominação de origem dos produtos agropecuários;

f) produção e fomento agropecuário, agroindustrial, extrativista, e agroecológico e de sistemas integrados de produção, bem como de certificação e sustentabilidade;

g) desenvolvimento de novos produtos agropecuários e estímulo ao processo de agroindustrialização;

h) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e de origens animal e vegetal;

i) proteção, manejo e conservação de solo e água, agroirrigação, plantio direto e recuperação de áreas agricultáveis, de pastagens e agroflorestais degradadas;

j) agricultura de precisão;

l) manejo zootécnico e o bem-estar animal; e

m) agregação de valor aos produtos agropecuários e extrativistas;

III - coordenar e normatizar as atividades de:

a) proteção de cultivares, especialmente as do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares-SNPC; e

b) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse econômico;

IV - formular, fomentar, apoiar e coordenar ações governamentais voltadas à pesquisa tecnológica e biotecnológica em agropecuária, agroindústria, extrativismo e biodiversidade;

V - promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

VI - promover e implementar ações voltadas para a atividade agropecuária, observando o uso tecnicamente correto dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas, a proteção, a conservação e o manejo do solo e água, da biodiversidade e do meio ambiente, em consonância com as políticas e diretrizes governamentais;

VII - implementar as ações decorrentes de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros e organismos nacionais e internacionais relativos aos assuntos de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;

VIII - propor ações de desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio;

IX - coordenar e promover a operacionalização do fomento à equideocultura;

X - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

XI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

XII - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria de Política Agrícola :

I - formular as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e segurança alimentar;

II - analisar e formular proposições e atos regulamentares de ação governamental para o setor agropecuário;

III - supervisionar a elaboração e aplicação dos mecanismos de intervenção governamental referentes à comercialização e ao abastecimento agropecuários;

IV - promover estudos, diagnósticos e avaliações sobre:

a) os efeitos da política econômica sobre o sistema produtivo agropecuário, incluindo a irrigação;

b) o seguro rural; e

c) o zoneamento agropecuário;

V - administrar o sistema de informação agrícola;

VI - identificar prioridades, dimensionar e propor o direcionamento dos recursos para custeio, investimento e comercialização agropecuária, inclusive dos orçamentários, no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR;

VII - prover os serviços de secretaria-executiva do CNPA e da CER;

VIII - participar de discussões sobre os temas de política comercial externa que envolvem produtos do setor agropecuário e seus insumos, em articulação com os demais órgãos do Ministério;

IX - promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

X - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

XI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

XII - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria de Produção e Agroenergia:

I - contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere às produções cafeeira, sucro-alcooleira e agroenergética;

II - formular, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações para os setores cafeeiro, sucro-alcooleiro e agroenergético;

III - prover os serviços de secretaria-executiva do CDPC e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA;

IV - propor ações e participar de discussões sobre os temas de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;

V - promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

VI - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

VII - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

VIII - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio:

I - formular propostas e coordenar a participação do Ministério em negociações de atos, tratados e convênios internacionais concernentes aos temas de interesse do agronegócio;

II - analisar e acompanhar a evolução e a implementação dos acordos, financiamentos externos e deliberações relativas à política externa para o agronegócio, no âmbito dos organismos internacionais, incluindo as questões que afetam a oferta de alimentos, com implicações para o agronegócio;

III - promover articulação interna no Ministério para a elaboração de propostas e participação nas negociações de acordos e de deliberações relativas à política externa, de interesse do agronegócio, para subsidiar a posição brasileira;

IV - coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, no âmbito internacional, nas áreas de cooperação, assistência técnica, contribuições e financiamentos externos, em articulação com os demais órgãos da administração pública;

V - atuar como ponto focal para as áreas de negociação de acordos para a cooperação, assistência técnica, contribuições e financiamentos externos relacionados com o agronegócio, em articulação com os demais órgãos da administração pública;

VI - acompanhar e participar da formulação e implementação dos mecanismos de defesa comercial;

VII - promover o agronegócio brasileiro, seus produtos, marcas e patentes no mercado externo;

VIII - analisar a conjuntura e tendências do mercado externo para os produtos do agronegócio brasileiro;

IX - sistematizar, atualizar e disponibilizar o banco de dados relativos aos históricos das negociações e contenciosos relativos ao agronegócio, no Brasil e no exterior, bem como os principais riscos e oportunidades potenciais às suas cadeias produtivas;

X - assessorar os demais órgãos do Ministério na elaboração da política agrícola nacional, em termos da compatibilidade com os compromissos internacionais;

XI - coordenar e acompanhar a implementação de decisões, relativas ao interesse do agronegócio, de organismos internacionais e de acordos com governos estrangeiros, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;

XII - assistir ao Ministro de Estado e aos dirigentes das unidades organizacionais do Ministério na coordenação, preparação e supervisão de missões e dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais;

XIII - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

XIV - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

XV - coordenar, orientar, inspecionar e avaliar as missões de assessoramento em assuntos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior;

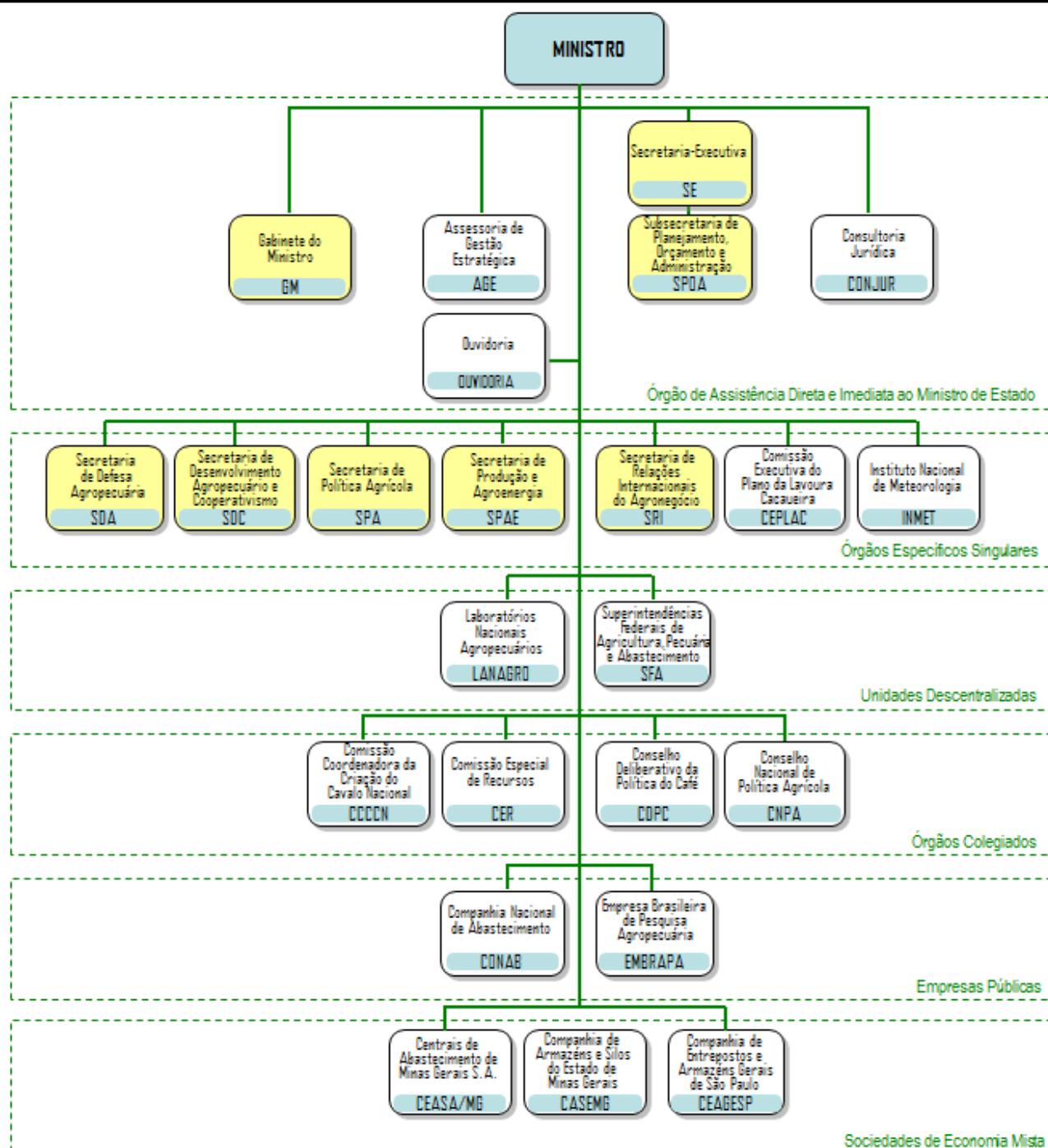
XVI - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XVII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, competem executar atividades e ações de:

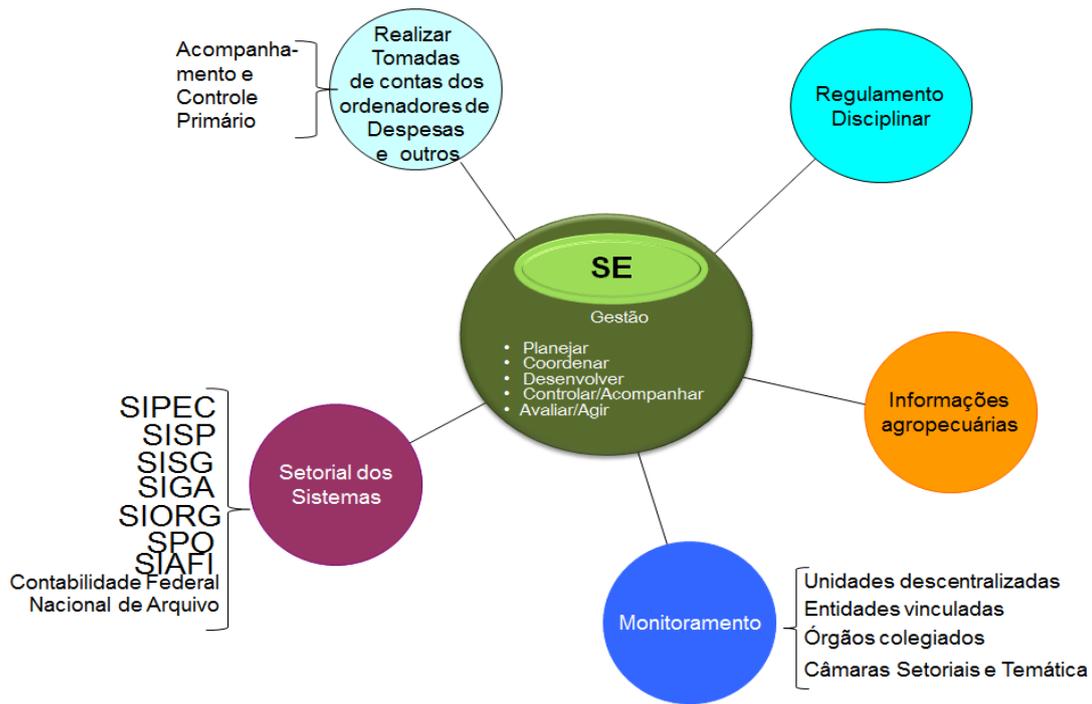
- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Anexo III: Complementa item 1.2 - organograma



Estrutura Regimental baseada no Decreto nº 7.127, de 4/3/2010 Órgãos e unidade da UJ

CICLOS ORGANIZACIONAIS – COMPETÊNCIAS FINALÍSTICAS



Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC
 Sistema de Administração dos Recursos de Informações e Informática - SISP
 Sistema de Serviços Gerais - SISG
 Sistema de Gestão de documentos de Arquivos da Administração Pública Federal - SIGA

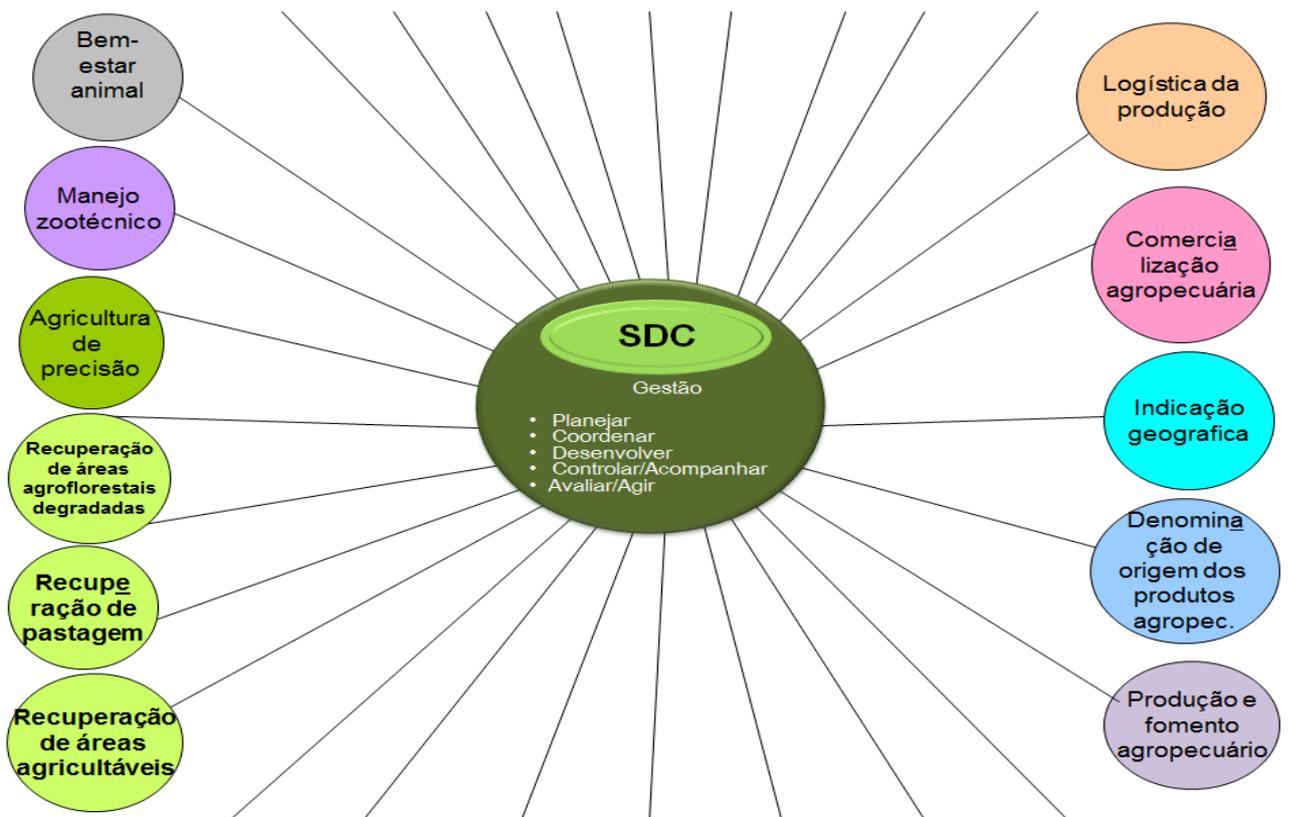
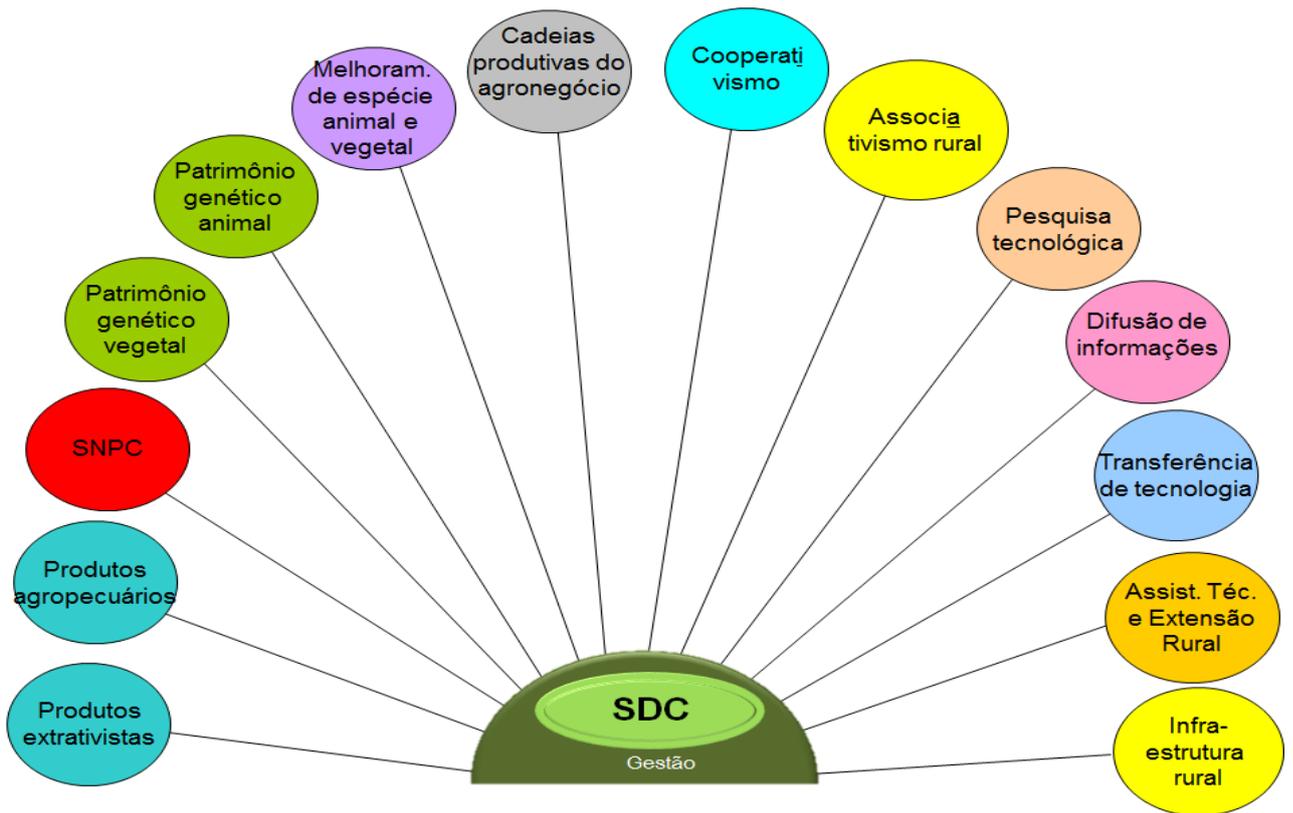
Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG
 Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SPO
 Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI

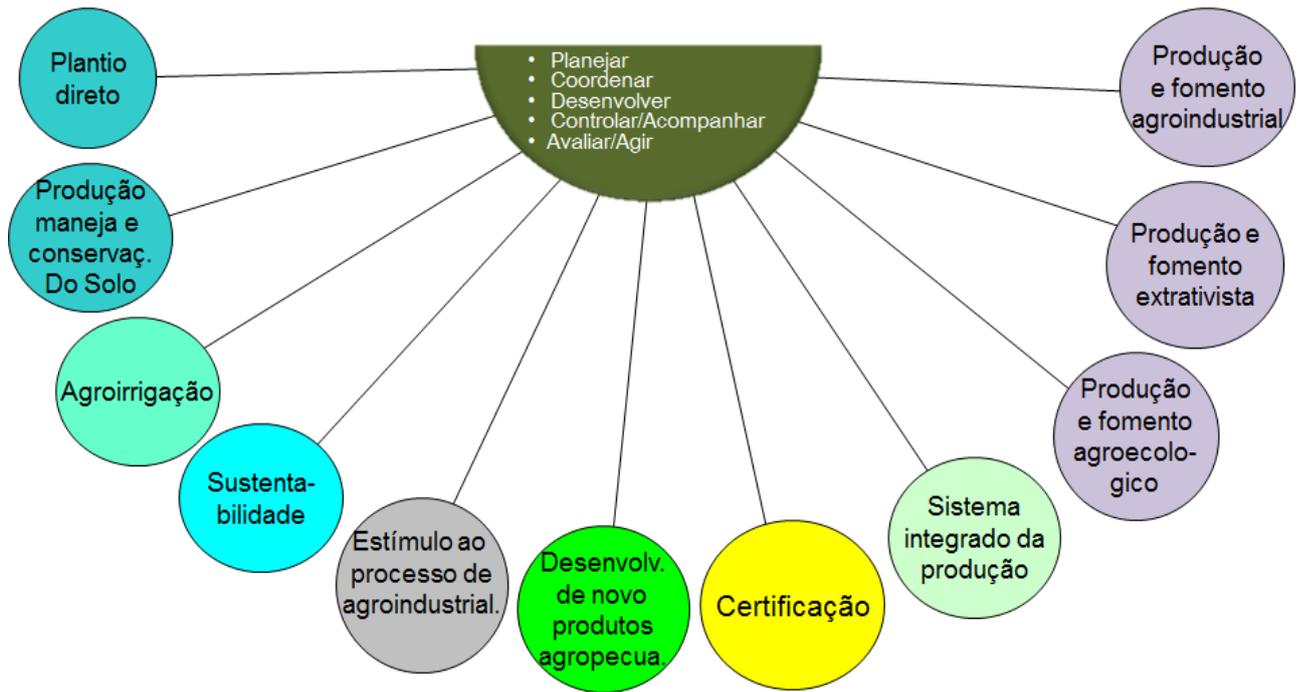
Fonte: Decreto nº 7.127/2010



Sistema Unificado de Atenção da Sanidade Agropecuária - SUASA
 Sistema Brasileira de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI - POA
 Sistema Brasileira de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SISBI - POV
 Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários - SISBOV

Fonte: Decreto nº 7.127/2010



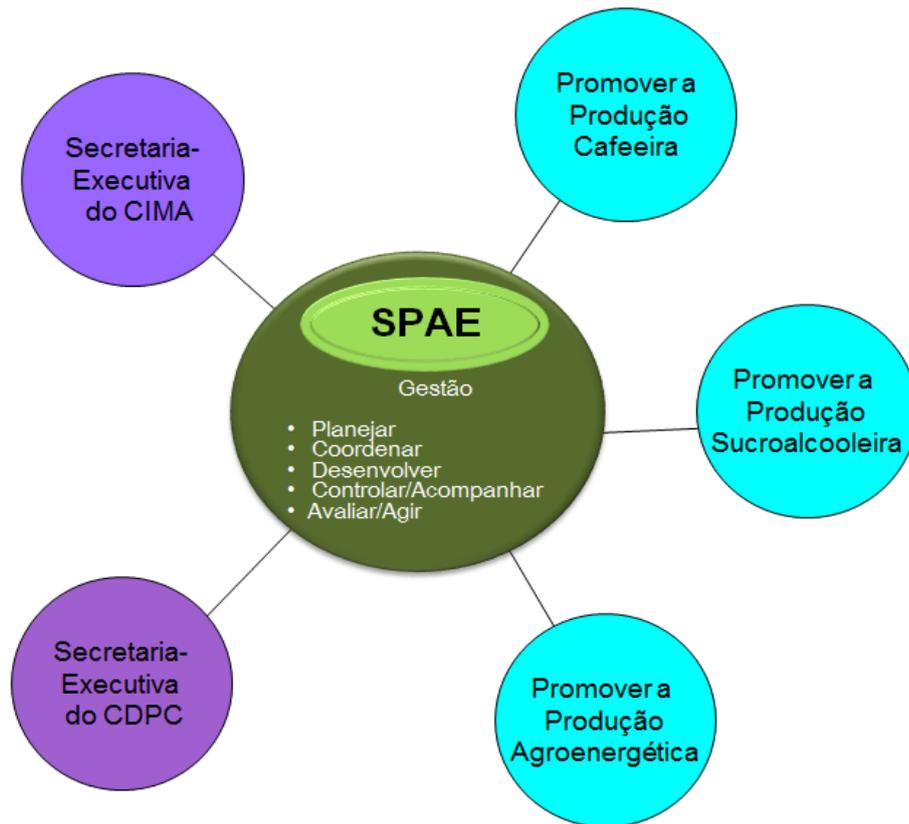


Fonte: Decreto nº 7.127/2010



Fonte: Decreto nº 7.127/2010

Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA
 Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR
 Comissão Especial de Recursos - CER



Fonte: Decreto nº 7.127/2010

CDPC – Conselho Deliberativo da Política do Café
CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e Alcool



Fonte: Decreto nº 7.127/2010

Anexo IV: Complementa itens 3 e 4 - relação de responsáveis pelos objetivos estratégicos

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

OBJETIVO	Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não Alimentares e Não Energéticos		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SPA	Anexo II	Seneri Kernbeis Paludo	seneri.paludo@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SRI	Anexo II	Marcelo Junqueira Ferraz	marcelo.junqueira@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Garantir a Segurança Alimentar		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SPA	Anexo II	Seneri Kernbeis Paludo	seneri.paludo@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SPA	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Fabio Rodrigues de Castro	fabio.castro@agricultura.gov.br

PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS

OBJETIVO	Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Ser Excelente na Implementação de Políticas e Prestação de Serviços para o Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br

PERSPECTIVA DE PROCESSO INTERNOS

OBJETIVO	Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
AGE	Anexo II	João Cruz Reis Filho	joao.cruz@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
AGE	Anexo II	João Cruz Reis Filho	joao.cruz@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
AGE	Anexo II	João Cruz Reis Filho	joao.cruz@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SDC	Anexo II	Caio Tibério Dornelles da Rocha	caio.rocha@agricultura.gov.br
SDA	Anexo II	Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo	rodrigojose@terra.com.br
		Marcos de Barros Valadao	marcos.valadao@agricultura.gov.br
		Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior	ricardo.cavalcanti@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SPA	Anexo II	Seneri Kernbeis Paludo	seneri.paludo@agricultura.gov.br
		Edilson Guimarães	edilson.guimaraes@agricultura.gov.br
		Wilson Vaz de Araujo	wilson.araujo@agricultura.gov.br
SDC	Anexo II	Caio Tibério Dornelles da Rocha	caio.rocha@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SDC	Anexo II	Caio Tibério Dornelles da Rocha	caio.rocha@agricultura.gov.br
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
AGE	Anexo II	João Cruz Reis Filho	joao.cruz@agriculturamg.gov.br
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br
SPA	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Fabio Rodrigues de Castro	fabio.castro@agricultura.gov.br
SDC	Anexo II	Caio Tibério Dornelles da Rocha	caio.rocha@agricultura.gov.br
SPA	Anexo II	Seneri Kernbeis Paludo	seneri.paludo@agricultura.gov.br
		Edilson Guimarães	edilson.guimaraes@agricultura.gov.br
		Wilson Vaz de Araujo	wilson.araujo@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato

SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Promover o Agronegócio e a Imagem do Mapa		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br
		Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SRI	Anexo II	Marcelo Junqueira Ferraz	marcelo.junqueira@agricultura.gov.br
SDC	Anexo II	Caio Tibério Dornelles da Rocha	caio.rocha@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
AGE	Anexo II	João Cruz Reis Filho	joao.cruz@agriculturamg.gov.br

OBJETIVO	Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Melhorar Continuamente a Infraestrutura e os Processos de Trabalho		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br

PERSPECTIVA DE PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO	Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o trabalho em Equipes Interdisciplinares		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Desenvolver Cultura Orientada a Resultados		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br

OBJETIVO	Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
GM	Anexo II	Cleide Edvirges Santos Laia	cleide.laia@agricultura.gov.br

	Iara Viveiros Lima	iara.lima@agricultura.gov.br
--	--------------------	------------------------------

OBJETIVO	Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional		
Unidade envolvida	Atuação	Responsável	Contato
SE	Anexo II	Jose Gerardo Fontelles	gerardo.fontelles@agricultura.gov.br

Anexo V: Complementa item 2.2 e 2.3 – visão por regional

Visão individual de cada Superintendência Federal de Agricultura (SFAs) e de cada Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagros)

Visão Individual das SFAs

SFA-AC – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Acre
<p>Descrição Geral: No setor produtivo agropecuário, o estado do Acre notabiliza-se por manter rebanho bovino de corte de boa qualidade genética. Nos últimos anos, Estado e a iniciativa privada têm envidado esforços no sentido de diversificar a produção. Por isso é que na região do Alto Acre vêm se desenvolvendo atividades de granjas avícolas e de suínos. Na região do Baixo Acre, a atividade de produção de alevinos e criação de peixes tem merecido grande atenção. A SFA-AC insere-se neste contexto dentro das atividades-fim do MAPA, ou seja, o fomento às atividades produtivas, bem como à fiscalização dos estabelecimentos transformadores, tais como fábricas de ração e abatedouros-frigoríficos, além de indústrias de bebidas e outros estabelecimentos. A Vigilância Agropecuária Internacional é outro ponto importante, devido ao fato das extensas fronteiras entre o estado do Acre e os países limítrofes, Bolívia e Peru.</p>
<p>Adversidades: A dificuldade de contratar e manter técnicos (Fiscais Federais) no estado pode ser considerado o maior entrave às atividades da SFA-AC. Some-se a isto o pequeno número de servidores administrativos, sendo que boa parte já com tempo suficiente para aposentadoria, gozando de abono de permanência, sem perspectivas de reposição. Além destes, o orçamento para custeio e manutenção da unidade sofreu cortes sucessivos, fazendo com que, para 2015, impossibilite fazer frente às necessidades básicas da unidade.</p>
<p>Riscos: Transferência e aposentadoria de servidores técnicos e administrativos em número considerável previstos para 2015; proposta de orçamento de custeio da unidade aquém das necessidades, haja vista que contratos serão prorrogados, reajustados e novos deverão ser licitados, o que deverá onerar sobremaneira.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: A SFA-AC mantém com o estado do Acre, Termo de Cooperação Técnica que prevê a cessão de servidores técnicos e administrativos, além de outras parcerias. Tal termo é determinante para a manutenção da fiscalização de estabelecimentos atualmente em funcionamento e sob inspeção federal. Há previsão, no entanto, da abertura de novos estabelecimentos industriais sob inspeção federal, para os quais não há previsão de servidores do quadro efetivo, nem tampouco do estado.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Como resultado das parcerias e readequações contratuais, até o presente a Administração tem conseguido prover e manter as necessidades básicas da unidade. As perspectivas para 2015 e exercícios seguintes, no entanto, não é animadora.</p>
SFA-AL – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Alagoas
<p>Descrição Geral: Em relação à fiscalização e inspeção de insumos e produtos agropecuários, a equipe atua de forma extremamente restrita, pois não há contingente suficiente para tanto. As inspeções às empresas ocorrem de forma integral, visto que Alagoas possui poucas unidades, mas em relação às fiscalizações elas se baseiam mais em denúncias ou em amostragens mínimas, para garantir a mera execução legal.</p>
<p>Adversidades: Em 2014, a equipe de fiscais agropecuários da SFA-AL perdeu dois veterinários e um agrônomo que se aposentaram, além de outra veterinária que foi removida no interesse da Administração. No âmbito da execução estadual, a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL) que devido às imposições da LRF, não pôde ter seu Plano de Cargos e Carreiras aprovado, passou mais de 6 meses em greve em 2014; além disso, o estado dispensou mais da metade de seus extensionistas não conseguindo mais desenvolver as atividades com a mesma abrangência de anos anteriores.</p>
<p>Riscos: O principal risco é de descontinuidade das atividades, visto que além das baixas da equipe sofridas em 2014, em 2015 há mais dois veterinários em processo de aposentadoria, a ser concluso ainda no primeiro semestre de 2015. E com o desaparecimento da estrutura estadual, no âmbito da ADEAL, não há como cogitar imediatamente a delegação da execução de parcela de atribuição da SFA-AL para o estado de Alagoas.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Caberá ao MAPA sede orientar a SFA-AL quanto às possíveis medidas a serem tomadas para que nenhuma das suas obrigações regimentais deixe de ser cumprida. Enquanto não há posicionamento</p>

<p>certo, a equipe reveza-se no atendimento das ocorrências, tendo sido desfeita a equipe do VIGIAGRO, que só serão deslocados para a atividade de vigilância por uma escala que se concentra nos horários de pico de embarcações e voos.</p>
<p>Mudanças ocorridas: A principal foi o adensamento de atividades de cada servidor da SFA-AL, pois no ano de 2014 todos foram mais demandados do que em 2013. Ainda em relação aos anos anteriores, a SFA-AL, hoje possui melhores meios de aferição de seus resultados graças a algumas rotinas de acompanhamento que foram desenvolvidas no último trimestre de 2014 e continuam sendo aperfeiçoadas em 2015.</p>
<p align="center">SFA-AM – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Amazonas</p>
<p>Descrição Geral: A SFA-AM, na sua área de atuação, realiza as ações finalísticas e administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com foco nas singularidades regionais.</p>
<p>Adversidades: Falta de pessoal administrativo e técnico, grande dificuldade na estruturação e manutenção das unidades descentralizadas, falta de servidores qualificados na área administrativa, grande número de servidores recebendo abono permanência, falta de recurso para atendimento de demandas do DPDAG, indefinição de responsabilidades entre MAPA e INFRAERO quanto ao custeio da estrutura utilizada no aeroporto, embaraçando a atividade fim.</p>
<p>Riscos: Risco estrutural e elétrico das instalações da SFA-AM; dificuldade na gestão de contratos, com risco de interrupção de serviço e baixa qualidade dos mesmos; baixa execução dos programas sanitários na área animal, excetuando-se a febre aftosa; risco de entrada da mosca da carambola no Amazonas; fiscalização de contratos de repasse e convênios, em baixa execução do Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), devido ao pequeno número de servidores.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Diagnóstico frequente das adversidades e riscos e encaminhamento para as instâncias superiores, tratativas junto ao Ministério Público para criação de Termo de Cooperação Técnica para o combate da clandestinidade.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Baixa sensibilidade das instâncias superiores quanto aos pleitos apresentados pela SFA-AM, daí ocorrer poucas mudanças.</p>
<p align="center">SFA-AP – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Amapá</p>
<p>Descrição Geral: A SFA-AP tem entre suas ações principais o combate à mosca da carambola (praga quarentenária) e a luta para melhoria no status sanitário no que diz respeito à febre aftosa. Tem ainda, cinco entrepostos de beneficiamento de pescado sob fiscalização federal (SIF – Serviço de Inspeção Federal).</p>
<p>Adversidades: Dificuldades de conscientizar o estado do Amapá das prioridades de defesa agropecuária nacional para descentralização ao órgão estadual de defesa agropecuária. Em boa parte das situações, as ações não são executadas com precisão. Estradas precárias e frota de veículos sucateada que prejudica as ações e aumenta os custos de manutenção. Equipe de combate à mosca da carambola em desvio de função. Equipe pequena principalmente de Fiscais Federais Agropecuários veterinários.</p>
<p>Riscos: Mosca da carambola sair do estado do Amapá causando um colapso a fruticultura nacional. Não ocorrer a melhoria do status sanitário do estado do Amapá no que diz respeito à febre aftosa prejudicando o país em negociações para exportação de carne bovina e suína, por imposição de barreiras sanitárias por parte de países importadores.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Contratação a partir de novembro de 2014 uma nova empresa de prestação de serviços especializados de engenharia agrônoma, para o combate à mosca da carambola, resolvendo o problema de desvio de função de servidores. Renovação da frota da SFA-AP com a aquisição de 16 caminhonetes. Celebração de convênio com a DIAGRO (Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá) no sentido, dentre outros, da estruturação do órgão estadual de defesa agropecuária.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Para o convênio com a DIAGRO, os recursos disponíveis a partir de maio de 2014 e vigência até maio de 2015, foram repassados já em maio de 2014 e foram adquiridas seis caminhonetes. Melhoria nas ações de combate à mosca da carambola com a contratação de empresa especializada. Sorologia para detecção do vírus da aftosa em andamento no estado do Amapá, ocorrendo desde o final de 2014, visando melhoria no status sanitário.</p>
<p align="center">SFA-BA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia</p>
<p>Descrição Geral: A produção de frutas no pelo estado da Bahia, principalmente no Vale do Rio São Francisco atende aos mercados interno e notadamente ao externo. Para o comércio exterior, o produto deve obedecer a diversos requisitos fitossanitários, estabelecidos por organismos internacionais, que visam garantir a identidade, sanidade e qualidade dos mesmos. Além disso, a SFA-BA, através do seu corpo técnico promove essa garantia, realizando a certificação dos produtos na origem.</p>
<p>Adversidades: Os principais problemas enfrentados são a carência de pessoal técnico (fiscais federais agropecuários) e administrativos (agentes), para a execução das atividades e os entraves burocráticos que dificultam a operacionalização do programa de certificação fitossanitária.</p>
<p>Riscos: A crescente carência de pessoal técnico para a execução do programa pode levar a um colapso no atendimento das demandas do setor produtivo.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: A convocação de pessoal técnico de unidades descentralizadas da SFA-BA e de outras SFAs bem como à capacitação e convocação de fiscais federais agropecuários da CEPLAC/BA, constituindo assim numa operação de força tarefa para dar cumprimento às atividades de certificação.</p>
<p>Mudanças ocorridas: As estratégias adotadas vêm cumprindo, a contento, os objetivos da defesa fitossanitária.</p>

SFA-CE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Ceará
Descrição Geral: No setor do Agronegócio, o estado do Ceará tem se destacado como um grande exportador de frutas “in natura”, notadamente melões, banana e manga. Tem grande expressividade nas exportações de pescado, crustáceos e couro bovino. Aliado à sua própria produção agrícola e pecuária, voltada à exportação, o estado do Ceará é considerado o maior exportador de frutas do Brasil, haja vista seus portos estarem em localização privilegiada, onde recebem produtos das regiões Norte e Nordeste para exportação. A SFA-CE está inserida nesse contexto, fomentando as atividades produtivas voltadas à exportação, fiscalizando e certificando essas mercadorias para o mercado externo.
Adversidades: Número reduzido de fiscais federais agropecuários em todas as áreas, em decorrência de aposentadorias ocorridas nos últimos anos, sem reposição de servidores; as fiscalizações qualitativas não estão sendo realizadas com periodicidade; o contingenciamento financeiro que vem ocorrendo no MAPA, com destaque para os anos de 2014 e 2015, tem comprometido a execução das metas programadas para o exercício; a falta de recursos para aquisição de material permanente tem inviabilizado a manutenção da área física (ambiente de trabalho), especialmente veículos, equipamentos e mobiliário; dificuldade no cumprimento das programações, elaboradas antecipadamente, em face do limite reduzido de concessão de diárias anuais, estabelecido pelo Decreto nº 7.689/2012, que limita em 40 por servidor; e, embora seja possível requerer diárias acima do limite, a tramitação dos procedimentos administrativos é lenta e a aprovação depende de autorização superior. Em face do número reduzido de fiscais e a excessiva demanda de fiscalizações, o teto de diárias é atingido rapidamente.
Riscos: Perda para a sociedade com a garantia na qualidade dos alimentos oferecidos comprometida, sem as fiscalizações; a escassez de servidores tem prejudicado diretamente a execução das atividades de fiscalização de insumos agropecuários, das importações/exportações e bagagens, uma vez que a demanda de fiscalização existente é superior à capacidade suporte das unidades técnicas da SFA-CE – Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) e Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO). Essa situação contribui para a clandestinidade, infrações à legislação, com conseqüente aumento do risco à saúde pública e às defesas animal/vegetal no Brasil. Além disso, eleva o custo para o importador/exportador, causa perdas de embarques, morosidade na liberação de cargas, risco à saúde animal e sanidade dos vegetais produzidos no Brasil.
Estratégia de enfrentamento: Solicitação para realizar concurso público com maior número de vagas, para amenizar o déficit de fiscais. Com o quadro atual de servidores, a SFA-CE está realizando fiscalizações nas empresas mais problemáticas, atendendo, prioritariamente, as demandas enviadas por meio de denúncias; melhorar as estruturas físicas das unidades; estruturar a Zona de Processamento de Exportação do Porto do Pecém; reavaliar os procedimentos para a aprovação das diárias que ultrapassam o número limite, visando dar maior agilidade ao processo, possibilitando a realização das fiscalizações programadas, e, principalmente o atendimento às denúncias, que são inúmeras e objeto de fiscalizações prioritárias e não programáveis.
Mudanças ocorridas: Redução do número de fiscais a um número inexecutável, em relação ao atendimento da atual demanda nas UVAGROS (Unidades de Vigilância Agropecuária) e demais setores técnicos, além disso, nos últimos dois anos, oito fiscais do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV) foram aposentados e somente um concursado foi lotado no setor.
SFA-DF – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
Descrição Geral: A SFA-DF, cuja atuação se estende ao entorno do DF, concentra suas atenções na produção de aves, suínos e sementes, cadeias produtivas que impactam a economia local, representando essas pautas grande volume de exportação para outros estados e para o exterior.
Adversidades: A carência de recursos humanos e limitações orçamentárias e financeiras reduziram a nossa capacidade de atuação. A saída de servidores técnicos e administrativos, sem a reposição correspondente e recursos que não chegam ou o fazem extemporaneamente, prejudicaram a execução.
Riscos: A incapacidade do estado acompanhar a constante evolução da agropecuária local e a incidência de pragas, doenças e epidemias representam os maiores riscos, comprometendo parcialmente a segurança alimentar da sociedade. Ora por fraudes, ora pela clandestinidade, ora pelo descontrole.
Estratégia de enfrentamento: As principais estratégias de enfrentamento dos riscos descritos são ações de recomposição dos recursos humanos da unidade e o estabelecimento de parcerias com organização públicas e privadas.
Mudanças ocorridas: Em relação à recomposição dos recursos humanos, os resultados são parciais, pois os ingressos foram insuficientes. As parcerias renderam ótimos frutos, aumentando o escopo de atuação da SFA-DF, especialmente na defesa sanitária e na capacitação dos agentes sociais.
SFA-ES – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Espírito Santo
Descrição Geral: O Espírito Santo possui uma estrutura agrária predominantemente formada por mini e pequenas propriedades rurais. Destaca-se como o maior produtor de café conilon do Brasil e é grande produtor e exportador de mamão do Brasil. É o 11º maior PIB do Brasil. Possui pequena participação na agricultura, uma mediana presença de indústria, tornando o setor de serviços como o mais participativo em termos econômicos.
Adversidades: Inadequação do quadro de servidores frente as demandas, tanto da área técnica quanto da administrativa; recursos orçamentários/financeiros insuficientes; dificuldade na realização de análise de amostras em laboratório; necessidade de atualização da legislação e marcos regulatórios.
Riscos: Não atendimento à legislação, comprometimento da missão institucional, prejuízos ao setor produtivo,

introdução de doenças e pragas no estado.
Estratégia de enfrentamento: Estabelecimento de prioridades, compartilhamento de ações, atualizar a legislação (encaminhar anteprojeto de Lei para análise e aprovação do Congresso Nacional) e desenvolvimento de novo sistema de credenciamento da iniciativa privada em ações de laboratórios, implantar sistema inteligente de fiscalização, em parceria com órgãos estaduais.
Mudanças ocorridas: Descentralização do recurso para reforma de imóvel destinado ao serviço de administração, representando uma economia futura de 47,73% na despesa com locação. Renovação do setor de TI, com a distribuição de novos computadores.
SFA-GO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Goiás
Descrição Geral: A SFA-GO exerce suas funções de acordo com os procedimentos legais contidos nas legislações expostas pelas Secretaria-Executiva, Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Adversidades: Limitação de 40 diárias por servidor, necessidade de concurso para novos servidores nas áreas técnicas e administrativa e contingenciamento orçamentário e financeiro.
Riscos: Propagação de doenças e pragas no estado de Goiás, produtos de origem vegetal sem fiscalização e inspeção liberados diretamente ao consumidor.
Estratégia de enfrentamento: Parcerias junto aos órgãos estaduais nas execuções nas atividades das ações explícitas do Plano Plurianual, capacitação contínua dos servidores e a criação de “Força Tarefa” entre os serviços da própria SFA.
Mudanças ocorridas: Maior rigor nas orientações e no controle de defesa animal e vegetal e atendimento das exigências impostas pelos mercados interno e externo.
SFA-MA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Maranhão
Descrição Geral: No estado do Maranhão, poucas commodities merecem destaque, como a cadeia produtiva da soja, com constantes crescimentos na área plantada e na safra colhida, e o rebanho bovino, o maior da região Nordeste. Ainda merecem destaque o plantio de florestas exóticas com eucalipto e o avanço do cultivo da cana-de-açúcar.
Adversidades: O setor agropecuário maranhense não é tão expressivo devido à ausência de políticas públicas, falta de planejamento a longo prazo, insipiente organização do setor produtivo, sistemas produtivos frágeis e desarticulação entre os diversos elos que compõem e atuam no setor.
Riscos: A agricultura representa 15% do Produto Interno Bruto do estado e emprega aproximadamente 751 mil pessoas. Portanto, a perda do status de área livre da febre aftosa poderia desestruturar o setor pecuário assim como a entrada de pragas importantes para a soja poderiam comprometer esta cadeia produtiva.
Estratégia de enfrentamento: Realização de reuniões e supervisões para acompanhamento das ações da AGED-MA, principalmente em relação ao Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, utilizando metodologia de avaliação, e aperfeiçoar o SUASA para evitar a entrada e disseminação de pragas agrícolas.
Mudanças ocorridas: O Maranhão está passando da era da agricultura tradicional de subsistência para a era da industrialização da enxada e indústria pesada. Portanto o aprimoramento dos serviços da SFA-MA devem acompanhar as mudanças econômicas e sociais que estão ocorrendo no estado.
SFA-MG – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Minas Gerais
Descrição Geral: O estado de Minas Gerais, historicamente sempre se destacou pela importância de suas atividades primárias, principalmente no âmbito das explorações agropecuária e extrativa mineral. Já há algum tempo, o estado exerce a liderança, em relação ao total da produção nacional, na produção de leite, café, batata-inglesa, alho, bem como nas explorações de avicultura de postura, suínos, equinos, cana-de-açúcar, tomate, abacaxi, milho, feijão, laranja e outras, algumas com expressão econômica no contexto da balança comercial do estado e do país. A produção de grãos em Minas Gerais foi estimada, no 4º levantamento de grãos, elaborado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 12,65 milhões de toneladas. Caso seja alcançado o volume na safra 2014/2015, a expansão será de 8,5%. No estado, o incremento se deve ao ganho em produtividade de 10,1%, que foi estimulada pelos investimentos em tecnologias, tratamentos culturais e ao clima favorável que vem ocorrendo. A soja será a cultura com maior expansão produtiva, 17,7%, aumento estimulado pela maior competitividade frente aos demais grãos. No agronegócio mineiro, a soja se destaca nos negócios em nível interestadual e internacional. A Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério compete a execução das atividades e programas de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural. Para cumprir suas funções finalísticas e atender às demandas da sociedade e do Governo, a Superintendência está diretamente vinculada aos programas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual – 2012-2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é servir de elemento pavimentador da trajetória que o Ministério se propôs trilhar, coerentemente com a sua missão.
Adversidades: Limitação da concessão de 40 diárias por servidor, o que dificulta o cumprimento pleno da programação das atividades no ano, com a excessiva demanda de fiscalizações, uma vez que o número de fiscais é reduzido e

<p>rapidamente atingem o limite imposto no Decreto nº 7.689/2012; Necessidade de concurso para renovação do quadro de pessoal de Fiscais Federais Agropecuários e Administrativos, em decorrência de aposentadorias ocorridas nos últimos anos; Contingenciamento orçamentário e financeiro, o que compromete a execução das metas programadas para o exercício, tanto da manutenção administrativa da Superintendência, quanto das atividades finalísticas; Necessidade de aperfeiçoamento e modernização dos procedimentos de fiscalização que possibilitem o seu contínuo aprimoramento, por meio de iniciativas que contemplem a gestão e a manutenção dos serviços desenvolvidos nas respectivas unidades finalísticas de execução.</p>
<p>Riscos: Propagação de doenças animais e pragas vegetais às principais cadeias produtivas representativas do agronegócio mineiro.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Previsões estratégicas, nas parcerias com entidades públicas e privadas, visando agilidade no enfrentamento dos eventos (riscos) que vierem a ocorrer. Bem como solicitação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abertura de novas vagas para o quadro de pessoal da Superintendência Federal de Agricultura no estado de Minas Gerais, para repor a grande saída de servidores aposentados.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Não houve mudanças no período.</p>
<p align="center">SFA-MT Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Mato Grosso</p>
<p>Descrição Geral: As atividades e ações na área de defesa animal têm ênfase no Plano de Erradicação da Tuberculose, no controle do foco de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) e no controle do foco de doenças vesiculares em Castanheira. No estado foram identificados os primeiros casos de mormo, com o sacrifício dos animais positivos. Destaca-se na área de Defesa Sanitária Vegetal ações voltadas ao controle da Ferrugem Asiática da Soja.</p>
<p>Adversidades: Morosidade nas autorizações de Ordem de Serviço e na aquisição de passagens aéreas pela Secretaria-Executiva, restrição na participação em eventos da área de defesa agropecuária, efetivo de motoristas insuficiente e veículos sem manutenção adequadas, a inexistência de Lei Nacional de Sanidade Vegetal, redução de Fiscais Federais Agropecuários e dificuldade de conscientização dos produtores de soja sobre a gravidade da ferrugem asiática da soja com a prática das “safrinhas” de soja.</p>
<p>Riscos: Dificuldade de pronto atendimento em eventual caso de emergência sanitária animal ou vegetal, riscos de “apagão fitossanitário” que podem comprometer de forma severa a produtividade da soja, causando prejuízos aos produtores e ao agronegócio com reflexos sociais e na balança comercial brasileira.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Descentralização da autorização de OS para SFA, flexibilização na participação em eventos ligados à Defesa Agropecuária, maior articulação política entre governo federal e estadual. Foi solicitada ao INDEA-MT a alteração da norma de Vazio Sanitário da soja e foi realizada campanha publicitária pelo APROSOJA-MT orientando os produtores de soja sobre a importância da rotação de fungicidas.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Quanto à área de Defesa Animal não foram constatadas mudanças no período. Quanto à área de Defesa Vegetal houve alteração do período de Vazio Sanitário da Soja no estado, além de ser perceptível que os produtores de soja, aos poucos, vêm se conscientizando sobre a gravidade do problema da Ferrugem Asiática da Soja.</p>
<p align="center">SFA-MS Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Mato Grosso do Sul</p>
<p>Descrição Geral: O estado do Mato Grosso do Sul depende essencialmente do agronegócio e se destaca como o maior produtor de grãos do país, notadamente pela cultura de soja, milho e cana de açúcar. Também é o maior produtor de pecuária bovina de corte, tendo também desta que na produção de suínos e aves. Em 2014, o Valor Bruto da Produção Agropecuária teve um incremento de 0,97% (de R\$ 21,556 para 21,766 bilhões) - calculado com base nos volumes de produção e preços médios. O agronegócio representa 99,9% do Valor Bruto de Produção (VBP) do estado, sendo 63,37% correspondentes à agricultura e 36,62% da pecuária. O VBP da soja teve em 2014 um incremento de 9,79% em relação a 2013, o do milho 4,39%, e a cana de açúcar registrou queda de 4,78%. O criação de gado também caiu, 3,19%, a de suínos 11,13% e a de frangos 13,74%. Nesse contexto, a SFA-MS tem uma grande demanda de recursos financeiros e humanos nas atividades de inspeção de produtos de origem animal, fiscalização de insumos e fomento agropecuário.</p>
<p>Adversidades: O constante contingenciamento financeiro reduz significativamente a amplitude das ações da SFA-MS. Pela extensão do estado e evolução do volume de produção, os quadros técnico e administrativo da SFA estão aquém das necessidades.</p>
<p>Riscos: Ocorrência de eventos sanitários nas áreas animal e vegetal que possam comprometer o status sanitário e que podem aumentar subitamente a demanda de recursos humanos e financeiros já escassos. A extensa fronteira do estado do Mato Grosso do Sul com outros países é fator agravante nesse sentido.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Firmamos parcerias com o governo estadual para melhorar a gestão do agronegócio e compartilhar responsabilidades.</p>
<p>Mudanças ocorridas: A SFA-MS mantém um estado de expectativa para reforço no quadro de pessoal devido ao concurso realizado em 2014.</p>
<p align="center">SFA-PA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Pará</p>
<p>Descrição Geral: São competências da SFA-PA, executar ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura, assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos</p>

agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários. Essas atividades são executadas com ênfase no atendimento às cadeias produtivas de grãos, pecuária de corte, madeira de reflorestamento e fruticultura

Adversidades: Diversos programas no estado do Pará enfrentaram problemas com o aumento de 40% da área controlada para a praga da Mosca da Carambola no estado, haja vista a ocorrência de novos focos nos municípios de Curralinho, Portel e na sede do município de Almeirim. Situações emergenciais demandaram recursos não previstos pela agência estadual e pela SFA-PA, o que acarretou problemas para a execução dos programas. Em geral, a insuficiência de recursos financeiros é o principal entrave. Há também a deficiência de veículos e instrumental de apoio à fiscalização, que se tornam pronunciadas pelas condições de trabalho amazônicas. A limitação de recebimento de 40 diárias por ano é um obstáculo para os Fiscais Federais Agropecuários. Quadro de servidores administrativos insuficiente, forçando a contratação de terceirizados com prejuízos à eficiência das atividades.

Riscos: Estabelecimento de pragas atualmente ausentes no estado, especialmente a dispersão da Mosca da Carambola. Suspensão das exportações de animais de produção, ou de carne processada, no caso de não acompanhamento dos procedimentos sanitários previstos em legislação e protocolos sanitários internacionais, de forma satisfatória, ou a irrupção de focos de doenças de alto impacto econômico. Impacto na disponibilidade (qualidade e quantidade) de insumos agropecuários aos setores da cadeia agropecuária. Riscos diretos à saúde da população pela ingestão de alimentos produzidos sem o devido padrão higiênico-sanitário e potencial perda de mercados pelo não atendimento dos protocolos sanitários. Suspensão das exportações de animais, vegetais e seus subprodutos no caso de não acompanhamento dos procedimentos sanitários previstos em legislação e protocolos sanitários internacionais, de forma satisfatória, bem como a potencial introdução de pragas e patógenos que venham comprometer o agronegócio. Estagnação do crescimento das cadeias produtivas pela não efetivação de atividades do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Estratégia de enfrentamento: Estabelecimento de uma rede de parcerias institucionais que permitem (em parte) dar a capilaridade necessária aos serviços para a execução das atividades. Convênio com a agência estadual para defesa agropecuária para colocação de médicos veterinários nos estabelecimentos com SIF.

Mudanças ocorridas: Reconhecimento internacional de todo o estado como livre de febre aftosa com vacinação, fator que implicará no curto prazo em mudanças expressivas na dinâmica do agronegócio da pecuária do estado. Embora ainda não se tenha acesso aos números do IBGE para o período, percebe-se um crescimento visível de algumas cadeias produtivas como a de grãos (especialmente soja), e da silvicultura. Ressalte-se o a aprovação de 100% das emendas parlamentares, viabilizando-se a injeção de recursos na economia estadual num montante de R\$ 15.348.975,22 dos quais R\$ 14.383.725,22 foram empenhados e refletirão no desenvolvimento agropecuário do Pará. Aumento expressivo na demanda de serviços de certificação zoofitosanitária internacional nos portos do estado, com destaque par Vila do Conde, onde somente as exportações da área animal totalizaram mais de um bilhão de dólares, bem como em Santarém, em cuja demanda aumentou mais de cinco vezes nos últimos cinco anos. Juntamente com isso tem havido o aumento no número de agroindústria fiscalizadas/inspeccionadas pelo MAPA.

SFA-PB – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado da Paraíba

Descrição Geral: A SFA-PB atua em todos os campos de atividade do agronegócio: produção agropecuária, desenvolvimento rural, agroindústria, comércio de produtos, insumos e serviços. O objetivo central é salvar a saúde pública, mediante o consumo de alimentos saudáveis, e a produtividade agropecuária pela utilização de insumos de qualidade e ausência de pragas e doenças. Atua mediante a fiscalização e inspeção da defesa sanitária vegetal, saúde animal, classificação vegetal, sementes e mudas, agrotóxicos, fertilizantes, OGM, bebidas em geral, trânsito internacional de produtos, alimentos e medicamentos da área animal, certificação agroecológica, indicação geográfica e emendas parlamentares para o desenvolvimento rural.

Adversidades: Força de trabalho técnica (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção de Produtos) e administrativa aquém das necessidades, contingenciamento de orçamento, equipamentos de informática que precisam ser atualizados, ausência de plano de capacitação dos servidores, ausência de gerências vinculadas aos objetivos estratégicos, prejudicando a organicidade do MAPA, incompatibilidade entre o crescimento do agronegócio e os serviços de fiscalização, nível tecnológico incipiente da agropecuária, região semiárida, com períodos de seca e irregularidades de chuvas constantes, morosidade dos serviços de inspeção do estado para aderir ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI) do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), estrutura defasada do órgão estadual de defesa sanitária, podendo comprometer o status de área livre com vacinação para a febre aftosa.

Riscos: Descompasso entre a demanda e oferta dos serviços de fiscalização/inspeção com relação à pessoal e orçamento destinados ao custeio das ações, defasagem da logística de trabalho pela ausência de plano de reposição da equipe técnica, administrativa e bens imprescindíveis ao trabalho, podendo comprometer a própria missão da Superintendência, retração das atividades do agronegócio no estado, ensejando a dependência de importação de produtos agropecuários para abastecimento do mercado interno (consumo “in natura” e agroindústria), degradação ambiental, com sérios riscos à produção agropecuária, em razão de fenômenos naturais e antrópicos de água/

solo/flora/fauna
Estratégia de enfrentamento: Articulações e parcerias político-administrativas entre setores do agronegócio e entes federativos (União, Estados e Municípios) para enfrentamento das adversidades do ambiente externo. No plano interno, deve-se estreitar as relações entre a SFA-PB e órgão central para a resolução das adversidades que estão no âmbito político-administrativo da instituição. Com relação à atividade em si da SFA-PB, as estratégias de enfrentamento têm sido pautadas na priorização do processo de fiscalização/inspeção, em função da importância da atividade, reincidências, tipo de atividade, parcerias institucionais e articulações dos dirigentes e fiscais da SFA-PB nas diversas instâncias operativas do órgão central.
Mudanças ocorridas: A “priori” tem ocorrido ajuste do processo de fiscalização/inspeção ao orçamento, força de trabalho e logística disponível, mudança do status sanitário de risco médio para área livre da febre aftosa, com vacinação, crescimento das atividades do agronegócio nas áreas da exploração apícola e de laticínios.
SFA-PE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Pernambuco
Descrição Geral: A SFA-PE possui além da sua sede em Recife, cinco unidades descentralizadas: 1. Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Suape (SVA Porto de Suape); 2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto (Uvagro Aeroporto); 3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Recife (Uvagro Porto do Recife); 4. Unidade de Vigilância Agropecuária de Petrolina (Uvagro Petrolina); 5. Unidade Técnica Regional Agropecuária de Caruaru (UTRA Caruaru) e 6. Unidade Técnica Regional Agropecuária (UTRA Garanhuns).
Adversidades: Quadro de pessoal reduzido; decreto nº. 7.689/2012 que dispõe sobre limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens; frota de veículos necessitando de renovação; instalações físicas da sede da SFA-PE precisando de melhorias; elevado número de servidores com tempo para aposentadoria.
Riscos: Não cumprir plenamente com o Marco Legal da Superintendência; não atender a contento as demandas dos usuários; não garantir em sua totalidade com a segurança alimentar e, diminuição do PIB agropecuário do Estado.
Estratégia de enfrentamento: Utilização de força tarefa para atendimentos de demandas, a exemplo do Programa de Exportação de Frutas para os EUA, Chile e Japão; fiscalização no combate a clandestinidade de produtos agropecuários, solicitação de autorização ao Secretário-Executivo para realização de viagens a serviço de servidores que atingiram a cota de 40 diárias/ano; solicitação de convocação de servidores aprovados no último concurso do MAPA.
Mudanças ocorridas: Reconhecimento do estado de Pernambuco como livre de Febre Aftosa com vacinação pela Organização Internacional de Epizootias – OIE; reconhecimento de Pernambuco como livre da praga Moko da Bananeira; classificação do estado de Pernambuco como maior exportador de uvas de mesa e de polpa de acerola do Brasil e segundo maior produtor de vinhos do Brasil; porto de Suape como terceiro maior do Brasil em movimentação de cargas, notadamente de produtos agropecuários.
SFA-PI – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Piauí
Descrição Geral: As atividades finalísticas da SFA-PI relacionam-se à execução da defesa fito e zoonosológica, em parceria com o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Agência de Defesa Agropecuária do Piauí (ADAPI), registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos e produtos de origem animal e vegetal e do fomento e desenvolvimento agropecuário no âmbito do estado do Piauí.
Adversidades: Redução dos recursos para execução das atividades operacionais e finalísticas, carência de pessoal (administrativo, de nível médio, e técnico, de nível superior), motivada pelo considerável número de servidores que se aposentaram, ausência de descentralização de recursos para investimento (reforma do prédio da sede da SFA-PI)
Riscos: As contínuas mudanças no cargo de Ministro, bem como nos demais cargos da alta direção do MAPA, podem comprometer o andamento das políticas públicas voltadas à defesa e ao fomento agropecuários não somente no estado do Piauí, mas em todo o país; a carência cada vez mais acentuada de pessoal administrativo, de nível médio, e técnico de nível superior, frente ao crescente número de aposentadorias, reduziram severamente a capacidade operacional de execução das atribuições da SFA-PI; a ausência de celebração de convênios com o estado do Piauí, na área de defesa agropecuária, seja pela situação de inadimplência do ente estatal, seja pela ausência de destinação de recursos pelo MAPA para tal fim, ameaça o andamento satisfatório dos programas fitossanitários e zoonosológicos preconizados pelo MAPA.
Estratégia de enfrentamento: Diligências junto à alta direção do MAPA, no sentido de dirimir os problemas enfrentados, conforme descrito; articulação junto ao órgão de defesa estadual visando à resolução da situação de inadimplência do estado, com vistas à futura celebração de convênio na área de defesa agropecuária.
Mudanças ocorridas: Não foram verificadas mudanças em relação aos obstáculos supramencionados.
SFA-PR – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Paraná
Descrição Geral: Execução de atividades e ações de defesa sanitária fitossanitária, inspeção, classificação, fiscalização, fomento e desenvolvimento agropecuários; infraestrutura, cooperativismo e associativismo rural; e aperfeiçoamento da gestão.
Adversidades: Dispersão geográfica das unidades, contingência de natureza administrativa institucional, normas desatualizadas e insuficientes, procedimentos administrativos pouco eficazes, número reduzido de servidores nas áreas

técnica e administrativa e capacitação insuficiente.
Riscos: Ocorrência de fraudes na produção de alimentos e más condições higiênico-sanitárias de produtos e insumos em razão da fiscalização limitada e insuficiente, introdução e disseminação de pragas e doenças que constituam ou possam constituir ameaças a agropecuária nacional e impactos econômicos negativos a exportação.
Estratégia de enfrentamento: Otimização dos recursos existentes, integração com outros agentes públicos, orientação ao usuário externo, melhoria da infraestrutura, treinamento e contratação de pessoal, informatização, sistematização e atualização das normas e dos procedimentos de rotina.
Mudanças ocorridas: Criação de grupos de trabalho para alteração da legislação, remanejamento de Fiscais Federais Agropecuários, diminuição do déficit de cumprimento das atividades, melhoria da qualidade e sanidade dos insumos e produtos disponibilizados para a agropecuária nacional.
SFA-RJ – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Rio de Janeiro
Descrição Geral: A atividade escolhida pela SFA-RJ 2014 como de relevância em atividades no exercício de 2014 foi o fomento e controle ao sistema orgânico de produção. Esta é uma atividade abrangida no Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização e de Ação 8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico).
Adversidades: Os principais problemas enfrentados no exercício de 2014 estão relacionados à infraestrutura de trabalho. Estamos sediados em um prédio de aproximados 65 anos de idade, que precisa obviamente de manutenções prediais preventivas, corretivas e de melhorias. Possuímos um Plano de Melhorias aceito pela Secretaria-Executiva há três anos, que contempla manter as instalações em perfeito estado, porém com todo o contingenciamento dos recursos no âmbito nacional, este plano se desenvolve à medida que os mesmos são liberados. No ano de 2014, conseguimos recursos parciais, que objetivaram a troca da escada de incêndio, evento totalmente concluído, e contratamos no final do ano a reforma dos banheiros de todos os andares do prédio. Isso já representa a solução e a melhora de uma boa parte dos problemas do edifício, e com o Plano de Melhorias organizado, continuamos à espera de novos recursos para prosseguimento. Recebemos também um lote de novos computadores que estão em processo de instalação e que virão a substituir parte dos antigos. Contamos também com a liberação de mais equipamentos para que possamos nos manter devidamente informatizados de forma a proporcionar a informação dentro dos padrões e sistemas utilizados. A área administrativa, que fomenta as atividades, também vem fazendo a sua parte, buscando as soluções para a manutenção dos contratos diversos e de todas as demandas de sua competência.
Riscos: A consequência esperada está relacionada aos resultados programados no planejamento orçamentário anual. A quebra desta cadeia pode tornar sem efeito ou com prejuízo à conformidade do programa da garantia da qualidade orgânica dos produtos e o não cumprimento dos compromissos firmados com parceiros e produtores. Concomitantemente, os eventos que vem ocorrendo, se adversos, podem refletir a descontinuidade nas ações de fomento e ao desestímulo dos empenhados nas atividades.
Estratégia de enfrentamento: As estratégias de enfrentamento constituídas para o fomento ao sistema orgânico de produção envolvem a continuação do comprometimento das buscas às soluções de recursos para as melhorias da infraestrutura, bem como os trabalhos em parcerias institucionais governamentais e entidades não governamentais, público e privadas. As principais parcerias estão no âmbito da Comissão da Produção Orgânica no Rio de Janeiro. Os principais parceiros são a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC), no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Mirobacias Hidrográficas – Programa Rio Rural, Empresa de Pesquisas Agropecuárias – PESAGRO-Rio, EMATER-Rio, Embrapa Agrobiologia, Embrapa Agroindústria de Alimentos e Embrapa Solos, e instituições de ensino, como Institutos Federais e Universidades, na capacitação de produtores/técnicos e promoção do consumo com a divulgação do produto orgânico e realização de feiras livres. Também relaciona como estratégia o empenho dos servidores e a proatividade na estruturação das ações e execução das atividades de fomento, fiscalização e auditoria.
Mudanças ocorridas: Tomando como referência que o Rio de Janeiro é segundo maior PIB do Brasil e o terceiro em renda per capita, e que a representatividade da agropecuária está em torno de 1% do valor adicionado do estado com tendências de crescimento de acordo com dados dos anos anteriores, a DPDAG/SFA-RJ (Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário) atua com a competência abarcada no fomento do setor agropecuário desenvolvendo ações de incentivo ao uso de tecnologias e inovações organizacionais de forma a incentivar a produção de alimentos, melhorar a produção e a produtividade, valorizar a atividade agropecuária e os territórios rurais. As atividades em torno do Sistema Orgânico de Produção estão voltadas à produção de alimentos com qualidade diferenciada e de valor agregado para atendimento ao mercado consumidor que busca qualidade, saúde e preço justo, com poder aquisitivo capaz de pagar pela diferenciação. Além disso, o sistema prevê práticas de preservação do ambiente rural, relacionadas ao uso sustentável do solo e preservação da biodiversidade. Dentre as atividades de maior relevância do exercício de 2014, citamos o aumento do número de produtores no Cadastro Nacional em 67% de produtores estabelecidos no Rio de Janeiro; ampliação do número de capacitação, com abrangência de 1.642 produtores e técnicos capacitados; realização de 15 auditorias/fiscalizações; a criação da Rede Estadual de Sementes Agroecológicas; e, a implantação de duas unidades demonstrativas em produção animal. Os técnicos da DPDAG são especialistas no sistema orgânico de produção e, desta forma, são convidados regularmente a participar e contribuir com atividades da Coordenação de Agroecologia – COAGRE/DEPROS/SDC, além de colaborarem com equipes de outros estados.

SFA-RN – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte
Descrição Geral: Assegurar o status zoofitossanitário para manter e ampliar a produção e exportação de produtos agropecuários, com ênfase na fruticultura tropical irrigada e nos pescados.
Adversidades: Insuficiência no quadro de pessoal técnico e administrativo, bem como na formação e no desenvolvimento de pessoas.
Riscos: Colapso na execução dos procedimentos que asseguram o status zoofitossanitário, com a consequente restrição ou impedimento de acesso a mercados para os produtos agropecuários do Rio Grande do Norte.
Estratégia de enfrentamento: Ampliação do diálogo e da cooperação entre os diversos setores internos da Superintendência para atender as demandas internas e externas.
Mudanças ocorridas: Compartilhamento das atividades e decisões técnico-administrativas entre áreas, bem como a utilização de força-tarefa, especialmente nas atividades finalísticas.
SFA-RO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia
Descrição Geral: O estado de Rondônia tem sua economia fundamentada basicamente no setor agropecuário, extrativismo e indústria alimentícia. Pela sua vocação agropecuária se transformou em uma das principais fronteiras agrícolas do país e uma das regiões mais prósperas e produtivas do Norte brasileiro. Atualmente, o estado possui um rebanho bovino de 12.750.619 cabeças sendo o 5º maior exportador de carne bovina do país e líder em produtividade no setor agropecuário leiteiro nacional.
Adversidades: A carência de recursos humanos, incluindo fiscais e servidores de apoio técnico e administrativo, que não são suficientes para atender a demanda crescente de trabalhos da SFA-RO. Exemplo da carência é que a SFA-RO não tem Fiscal Federal Agropecuário com formação em agronomia para atender o comércio internacional em Guajará-Mirim.
Riscos: A carência de servidores compromete as atividades de fiscalização e a prestação de serviços aos clientes internos e externos.
Estratégia de enfrentamento: Encaminhados documentos reiterando a necessidade de aumentar o quadro de servidores e redistribuição das tarefas de forma o mais racional possível com o objetivo de otimizar a mão de obra existente.
Mudanças ocorridas: Foram empossados três Fiscais Federais Agropecuários com formação em medicina veterinária e um em agronomia, três Agentes de Inspeção para uma demanda deficitária de 56 técnicos e 23 administrativos e pronunciada pelo concurso de remoção.
SFA-RR – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Roraima
Descrição Geral: Execução de atividades e ações de defesa sanitária fitossanitária, inspeção, classificação, fiscalização, fomento e desenvolvimento agropecuários; infraestrutura, cooperativismo e associativismo rural; e aperfeiçoamento da gestão.
Adversidades: Extensão e dispersão geográfica do estado, contingência de natureza administrativa institucional, procedimentos administrativos pouco eficazes por falta de fluxogramas de processos, número reduzido de servidores na área técnica e administrativa e capacitação insuficiente.
Riscos: Ocorrência de fraudes e más condições higiênico sanitárias de produtos e insumos em razão da fiscalização limitada e insuficiente, Introdução e disseminação de pragas e doenças que constituam ou possam constituir ameaças a agropecuária nacional, Impactos econômicos negativos a exportação.
Estratégia de enfrentamento: Otimização dos recursos existentes, Integração com outros agentes públicos, orientação ao usuário externo, melhoria da infraestrutura, treinamento de Pessoal.
Mudanças ocorridas: Mudança de ordem estrutural com o início da construção da ampliação do prédio da SFA-RR visando criar depósito de materiais apreendidos pelo SIFISV e SIFISA, área do setor de transportes - inclusive com elevador de veículos para pequenas manutenções – e depósito para pneus e lubrificantes. Atuação direta da equipe técnica da SFA-RR no sentido de alterar o status do estado de Roraima quanto à classificação da febre aftosa de alto para médio risco. Chegada de 24 novos computadores que darão nova dinâmica nos procedimentos da área administrativa.
SFA-RS – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul
Descrição Geral: As atividades desenvolvidas estão voltadas ao agronegócio e à sociedade brasileira, promovendo a saúde animal, vegetal e pública, contribuindo para o desenvolvimento da agroindústria gaúcha e da produção rural.
Adversidades: Falta de estrutura organizacional e de suporte do órgão central; deficiência de recursos financeiros, humanos e estruturais; reduzida capacidade do LANAGRO; legislação deficiente e baixo investimento em capacitação.
Riscos: Não atendimento à demanda, comprometendo a saúde animal, vegetal e pública, bem como o desenvolvimento da indústria e da produção rural; introdução de enfermidades e pragas exóticas; perda de mercado e maior exposição do consumidor ao alimento inseguro.
Estratégia de enfrentamento: Implantação do SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) em algumas atividades com a delegação para órgãos estaduais; utilização do limite da força de trabalho disponível e foco na fiscalização de produtos/parâmetros de maior risco.
Mudanças ocorridas: Utilização de recursos da iniciativa privada de fundos, como o do PRODESA, para o

desenvolvimento da sanidade agropecuária e a efetivação de Termos de Cooperação Técnica e de Convênios.
SFA-SE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Sergipe
Descrição Geral: A agroindústria de cítricos no sul do estado, a cana-de-açúcar na faixa costeira norte, a pecuária leiteira no semiárido, os coqueirais e os perímetros irrigados de fruticultura são as áreas do agronegócio mais importantes economicamente. A bovinocultura detém rebanho estimado em 1.200.000 cabeças e a avicultura estadual tem um plantel quantitativamente expressivo. Dentro desse contexto, a SFA-SE se insere enquanto instrumento de política através das ações de defesa agropecuária, fomento, pesquisa e principalmente na garantia da oferta de produtos de origem animal e vegetal saudáveis, isentos de elementos patogênicos que possam concorrer em prejuízos para o consumidor. Os avanços obtidos até então nesse campo são o reconhecimento internacional (OIE), Zona Livre de febre Aftosa com Vacinação. Ressaltam-se ainda os status de zona livre de Peste Suína Clássica, Doença de Newcastle, Sigatoka Negra, Cancro Cítrico, Greening e Cochonilha do Carmim.
Adversidades: São focadas principalmente na área de pessoal. A quantidade de servidores seja da área administrativa ou técnica, que se aposentou ou encontra-se em processo de aposentadoria é realmente significativa e assustadora. Caso não haja em curto prazo ampliação da força de trabalho, a SFA-SE não terá como atuar frente às demandas sob sua responsabilidade. A precariedade da frota – número reduzido de veículos em condição de uso, idade média elevada impondo alto custo operacional – também contribui negativamente para obtenção de resultados e cumprimento da missão institucional. Acrescenta-se ainda que a falta de continuidade de diretrizes e de interlocução do MAPA com as Unidades Descentralizadas também intacta negativamente a atuação local.
Riscos: Comprometimento da missão institucional do MAPA e conseqüentemente das ações programadas através dos Planos Operativos Anuais.
Estratégia de enfrentamento: Convocação imediata de fiscais e agentes aprovados e classificados no último concurso público do MAPA. Transferência imediata dos servidores aprovados e classificados no último concurso de remoção ocorrido em 2014. Estabelecer critérios para formalização de parcerias com entes públicos em níveis municipal e estadual, visando à cessão de servidores para reforço das equipes das SFAs. Renovação total da frota de veículos da SFA-SE.
Mudanças ocorridas: Cita-se como principal mudança a melhoria do ambiente de trabalho com a finalização da reforma do prédio sede, proporcionando mais segurança e conforto aos servidores e usuários que buscam nosso atendimento.
SFA-SC – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina
Descrição Geral: Santa Catarina se destaca como um dos principais produtores de alimentos do Brasil. O estado é 1º produtor nacional de cebola, carne suína, ostras, mariscos e pescados e o 2º maior produtor de aves, arroz, fumo e maçã. Com um status sanitário diferenciado, SC é o único estado brasileiro livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecido pela OIE é o único estado brasileiro habilitado a vender carne suína para o Japão e o primeiro a vender para os EUA. No último ano, o agronegócio catarinense foi reconhecido pela CNA como o segundo mais competitivo do país. Com 5 Portos Marítimos, 1 Posto de Fronteira e dois aeroportos internacionais, além de ser destaque na logística de exportação.
Adversidades: escassez de recursos humanos e financeiros; arcabouço legal das áreas finalísticas complexo e ultrapassado; e processos e procedimentos operacionais obsoletos.
Riscos: risco à saúde pública, perda da competitividade com prejuízos a imagem institucional e fragilidade de segurança jurídica para as operações, podendo inclusive, resultar em eventual perda de mercados.
Estratégia de enfrentamento: aprimoramento da gestão de recursos humanos e financeiros, revisão e modernização de normas e procedimentos, governança e informatização de processos.
Mudanças ocorridas: aumento expressivo das demandas; redução drástica da oferta de recursos humanos e financeiros; e maior exigência por parte do mercado consumidor.
SFA-SP – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de São Paulo
Descrição Geral: Mesmo sendo um estado com alto grau de industrialização, São Paulo tem no agronegócio um setor bastante expressivo. O PIB do setor foi estimado em R\$ 213,0 bilhões em 2013 ou cerca de 20% do PIB do agronegócio brasileiro. Por outro ângulo, o agronegócio paulista representa aproximadamente 15% do PIB total do estado. O estado abriga o Porto de Santos, que é a principal porta de exportação do agronegócio nacional. Além disso, com cerca de 42 milhões de habitantes, o estado destaca-se pelo seu vigoroso mercado consumidor de produtos agropecuários. O setor gera perto de 15% dos empregos formais da economia paulista.
Adversidades: Na safra 2013/14 e 2014/15, a região Sudeste tem sofrido com as mudanças climáticas, em especial a redução das precipitações pluviométricas, o que causa impacto direto na atividade produtiva. Houve redução na produção dos principais produtos do estado como café, cana-de-açúcar e citros.
Riscos: Caso a ausência de chuvas prolongue-se por muito tempo, os reservatórios terão seus estoques destinados ao consumo humano, em detrimento do uso agrícola da água, que deve ser restringido. Também os chamados "apagões" podem trazer prejuízos ao setor, especialmente os mais tecnificados que utilizam energia elétrica para climatização e automação de procedimentos, como avicultura e suinocultura intensivas, onde o calor pode aumentar os indicadores de mortalidade.

<p>Estratégia de enfrentamento: No curto prazo deve-se adotar medidas que reduzam a dependência da água da chuva ou do fornecimento convencional de energia elétrica. Porém são medidas que exigem agilidade que o produtor rural, por vezes, não dispõe. No longo prazo, tem-se difundido práticas agrícolas sustentáveis através do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), cujo objetivo principal é a redução da emissão de gases de efeito estufa, no sentido de evitar a intensificação das mudanças climáticas.</p>
<p>Mudanças ocorridas: O estado foi um dos principais tomadores da linha de financiamento do Plano ABC. As práticas sustentáveis difundidas pelo plano, como a recuperação de pastagens degradadas e a integração lavoura, pecuária e floresta, são benéficas à preservação do solo e da água.</p>
<p align="center">SFA-TO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Tocantins</p>
<p>Descrição Geral: Habilitar o estado do Tocantins para exportar carne bovina para o mercado europeu. Atualmente o estado possui um rebanho de 8.075.517 cabeças de gado bovino. Em 2013, exportação de carne totalizou US\$205,6 milhões (50.354t) para Rússia, Venezuela, Egito e Irã. O estado possui 10 frigoríficos com SIF alguns já exportam e têm atualmente condições de exportar para a União Europeia, o que alavancaria o setor com mais alguns milhões de dólares. A condição para isso é a aprovação do estado de acordo com as normas da União Europeia, pois a mesma possui exigências específicas de rastreabilidade, que somente os estados que integram o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) estão autorizados a fazê-lo.</p>
<p>Adversidades: Extensão territorial do Tocantins com centenas de km de fronteiras com quatro estados que ainda não são habilitados; falta de motivação de pecuarista (experiências negativas de anos anteriores); e falta de confirmação de agenda da União Europeia em visitar o estado, visando a sua habilitação.</p>
<p>Riscos: Altos custos operacionais tanto para os pecuaristas (brincagem) quanto para os frigoríficos (adequação de plantas), sem garantia prévia de inclusão do estado para exportar para o mercado europeu e limitações do sistema de saúde animal do estado.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: Mobilização de todos os elos da cadeia da carne (produtores, frigoríficos, entidades de classe – FIETO, FAET, SINDICARNES-TO, agentes públicos e certificadoras) através de ações coordenadas pela SFA-TO, tais como: reuniões, palestras e capacitações, explicitando as vantagens da inclusão do estado como habilitado para exportar para o mercado europeu. Compromisso de pecuaristas e de frigoríficos com o engajamento no SISBOV/MAPA.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Setor de carne mobilizado na busca da habilitação, propriedades já certificadas e em processo de certificação e iniciativas de melhorias estruturais no Sistema de Saúde Animal, qualificação de técnicos para operacionalizar o SISBOV no estado.</p>

<p align="center">Visão da Rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) – CGAL</p>
<p>Descrição Geral: Os seis Lanagros são tecnicamente ligados à Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial/SDA e administrativamente, à Secretaria-Executiva do MAPA. Suas principais competências são a realização de ensaios laboratoriais demandados pela Defesa Agropecuária e o monitoramento da rede de laboratórios credenciados pelo MAPA.</p>
<p>Adversidades: Escassez de pessoal técnico e administrativo; infraestrutura predial e sistemas informatizados obsoletos e aquém das necessidades atuais; morosidade no processo de liberação de recurso para a realização de compras e obras; falta de estruturação e acompanhamento adequados do Plano Operativo Anual (POA).</p>
<p>Riscos: Prejuízo no atendimento às demandas da Defesa Agropecuária nacional e, por consequência, ao agronegócio devido ao não atendimento tempestivo de requisitos advindos dos regulamentos e dos parceiros comerciais.</p>
<p>Estratégia de enfrentamento: A Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL), em conjunto com os Lanagros, vem envidando esforços no sentido de aprimorar o acompanhamento do POA e a implantação de seu próprio mapa estratégico. Devido às adversidades mencionadas, são priorizadas as ações e reformas estruturais de emergência. Estudos para implementar sistemas informatizados de gestão laboratorial.</p>
<p>Mudanças ocorridas: Nomeação de servidores para os Lanagros em substituição a terceirizados. No entanto, a CGAL apesar de ter perdido 15 técnicos prestadores de serviço, não foi contemplada com novos servidores, o que afeta o gerenciamento da rede laboratorial. Reestruturação da rede de laboratórios credenciados, em função da atualização do regulamento de credenciamento.</p>
<p align="center">Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás – Lanagro/GO</p>
<p>Descrição Geral: O Lanagro/GO compreende 10 núcleos laboratoriais distintos, sendo nove localizados em Goiânia-GO e um em Campo Grande /MS. Além de analisar amostras de produtos de origem animal, vegetal, insumos pecuários e agrícolas e de defesa vegetal, provenientes de todo o país, a equipe do Lanagro também realiza auditorias de credenciamento e monitoramento de laboratórios.</p>
<p>Adversidades: As instalações do Lanagro/GO são antigas e estão subdimensionadas, tornando necessária uma ampla adequação da infraestrutura. No entanto, a falta de técnicos da área de engenharia dificulta enormemente a elaboração de projetos e acompanhamento de obras e serviços.</p>
<p>Riscos: Durante o exercício de 2014 a descentralização de créditos demorou e/ou foi insuficiente para a aquisição de</p>

equipamentos, Insumos, serviços e contratação de obras demandadas. Esse cenário foi agravado pelos prazos de tramitação jurídica dos processos.
Estratégia de enfrentamento: Agir proativamente em relação aos objetivos e metas do Lanagro/GO. Assim, foi aumentado o número de contratos de manutenção de equipamentos, para evitar interrupções das análises oferecidas, sendo contratadas obras pontuais para melhoria da infraestrutura e elaboração de projetos de reforma e ampliação das instalações.
Mudanças ocorridas: Foram nomeados 49 novos servidores para as áreas técnicas e administrativas, o que possibilitará incremento das atividades fim, que agora será melhor subsidiada com o incremento das atividades meio.
Laboratório Nacional Agropecuário do Pará – Lanagro/PA
Descrição Geral: O Lanagro/PA compreende um conjunto de 09 laboratórios, os quais realizam análises físico-químicas e microbiológicas de água, insumos pecuários e agrícolas, alimentos de origem animal e vegetal, além de análises para fins de diagnóstico animal. Realiza auditoria de credenciamento e monitoramento de laboratórios, atividades de apoio e de manutenção da acreditação na ISO 17.025.
Adversidades: Distância dos grandes centros fornecedores de serviços mais especializados. Atrasos na entrega de insumos. Infraestrutura antiga e subdimensionada, necessitando de revisão predial e elétrica. Dificuldades de capacitação na área técnica e administrativa.
Riscos: A descentralização de recursos intempestiva e insuficiente compromete a aquisição de equipamentos, insumos e serviços, não assegurando a prestação ininterrupta do serviço. O cenário é agravado pelos prazos de tramitação dos processos e pela falta de pessoal qualificado.
Estratégia de enfrentamento: Foram celebrados novos contratos administrativos e técnicos para evitar interrupções nos serviços. Também foram contratadas obras para modernização e ampliação de três laboratórios.
Mudanças ocorridas: 52 novos servidores foram nomeados para as áreas técnicas e administrativas, possibilitando incremento das atividades e substituição dos terceirizados. Tal fato, entretanto, trará aumento na demanda de capacitação.
Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco – Lanagro/PE
Descrição Geral: O Lanagro/PE é um laboratório acreditado pelo INMETRO que promove apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, inspeção e fiscalização, garantindo a sanidade do rebanho nacional e assegurando a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas, produtos de origem animal e vegetal e insumos agropecuários.
Adversidades: A especificidade dos equipamentos aliada à morosidade dos poucos fornecedores existentes no mercado, dificulta a competitividade e obtenção de orçamentos necessários nos processos de aquisições e manutenções de todo o aparato, referente à alta tecnologia implantada nos laboratórios.
Riscos: Todo o processo requer a existência de uma gestão bem estruturada para o atendimento das demandas e acompanhamento das atividades realizadas, evitando-se a ausência de um controle eficaz, que levaria a uma dificuldade no gerenciamento das ações planejadas e na capacidade de dirimir eventuais intercorrências.
Estratégia de enfrentamento: A capacitação dos fiscais de contrato, com treinamento e suporte da área administrativa; reuniões com os representantes das empresas; investimento nos contratos da manutenção da modernização implantada nos laboratórios, que correspondeu a cerca de 65% dos recursos aplicados; e aporte à vigilância armada e por câmeras.
Mudanças ocorridas: O acompanhamento implantado exige a apresentação de relatório ao término das visitas, aprimorando o gerenciamento das atividades e o controle de todo e qualquer recurso gasto, intensificando-se, inclusive, as notificações e penalizações das empresas quando verificada qualquer irregularidade, rechaçando erros e coibindo reincidências.
Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais – Lanagro/MG
Descrição Geral: O Lanagro/MG cuja sede está localizada em Pedro Leopoldo/MG, possui três unidades avançadas (Varginha, Andradas e Belo Horizonte), além de um serviço laboratorial avançado (Rio de Janeiro). As 26 unidades laboratoriais atendem as áreas de saúde animal e vegetal, segurança dos alimentos e produção agropecuária.
Adversidades: Excesso de envolvimento da equipe com atividades meio e incapacidade de execução dos processos de aquisição de insumos, equipamentos e serviços no ritmo necessário, devido à escassez de agentes administrativos, infraestrutura já incapaz de abrigar o laboratório e desenvolvimento das atividades em sua plenitude.
Riscos: Prejuízo no atendimento às demandas da Defesa Agropecuária nacional e, por consequência, ao agronegócio devido ao não atendimento tempestivo de requisitos advindos dos Regulamentos e dos parceiros comerciais.
Estratégia de enfrentamento: Acompanhamento bastante arrojado e frequente de indicadores de desempenho, fazendo com que os problemas sejam evidenciados a tempo e as medidas mitigadoras adotadas. Também é fundamental a comunicação e encaminhamento dos problemas à CGAL, para que tempestivamente tenhamos soluções para os problemas levantados.
Mudanças ocorridas: A nomeação de 80 servidores para o Lanagro/MG em substituição a terceirizados foi uma tentativa de melhoria, entretanto sequer supriu o número de colaboradores desligados. O trabalho de informatização das áreas técnica e administrativa tem rendido bons frutos e melhorado a performance do laboratório como um todo.
Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul – Lanagro/RS
Descrição Geral: Realiza análises laboratoriais, pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos, produção de materiais de referência, provimento de ensaios de proficiência e auditorias em laboratórios credenciados pelo MAPA,

atende demandas do MAPA e de instituições parceiras como Exército, Polícia Federal, Ministério Público e Polícia Civil, dentre outras.
Adversidades: Prédios antigos, com frequentes problemas elétricos, hidráulicos e estruturais, indisponibilidade de engenheiros, dificuldade de manter e obter licenciamentos e regularizações, dificuldade em vencer a burocracia com a agilidade necessária, falta de recursos, falta de servidores administrativos, indisponibilidade de um sistema LIMS (<i>Laboratory Information Management System – Sistema Informatizado de Gerenciamento de Laboratório</i>).
Riscos: Com o surgimento de novos tipos de fraudes, novas tecnologias de industrialização dos produtos agropecuários e novos aditivos incorporados a tais produtos, há o risco de não se dispor de metodologia analítica atualizada ou equipamento atualizado em tempo hábil; falta de recursos; falta de servidores.
Estratégia de enfrentamento: Solicitação de um concurso para alocar engenheiros e um número maior de agentes administrativos, contratação de um Gestor de Manutenção e um Técnico em Edificações, construção de nova subestação de energia, elaboração de projetos de novos prédios e de reformas, aquisição de um sistema LIMS.
Mudanças ocorridas: Em 2014 foram desligados 23 assistentes administrativos terceirizados, apenas nove agentes administrativos concursados entraram em exercício; na área técnica, foram desligados 38 terceirizados, substituídos por concursados, assim, reduzimos a capacidade operacional ou até interrompemos algumas análises, até que os concursados estejam aptos.
Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo – Lanagro/SP
Descrição Geral: O Lanagro/SP possui 12 unidades analíticas que atendem às seguintes áreas: microbiologia/físico-química de alimentos de origem animal e alimentos para animais, bebidas e vinagres, diagnóstico animal, medicamentos veterinários, produtos biológicos, fertilizantes e resíduos/contaminantes.
Adversidades: Clima organizacional desfavorável (desmotivação dos colaboradores terceirizados devido à iminência do término do contrato), recursos orçamentários insuficientes para capacitação de pessoal, atraso nas aquisições de produtos e serviços, ausência de ferramenta adequada para elaboração de relatórios gerenciais.
Riscos: Impossibilidade de atendimento a contento das demandas da SDA por falta de pessoal qualificado ou por falta de insumos com consequente prejuízo às ações de defesa sanitária, celebração de contratos emergenciais, planejamento estratégico inadequado com consequente subutilização dos recursos humanos e materiais.
Estratégia de enfrentamento: Criação de grupo de trabalho para preparação para a fase de transição, incluindo a capacitação dos novos servidores; busca de alternativas por treinamentos de baixo custo, como: treinamentos internos e cursos gratuitos à distância; aproveitamento de pessoal de outros Lanagros; e mapeamento de processos de compras com vistas à automação.
Mudanças ocorridas: Substituição do pessoal terceirizado nas áreas técnicas por servidores concursados; aporte de recursos financeiros significativos para modernização, permitindo a aquisição de obras e equipamentos; recomendação de ampliação da acreditação junto ao INMETRO; desenvolvimento de novo sistema informatizado para registro de amostras.

Anexo VI: Complementa item 3.2 e 4.2 – indicadores de desempenho

Descrição de cada indicador de desempenho

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do país por meio do agronegócio

Nome	Variação do PIB do Agronegócio
Descrição e forma de análise	O Agronegócio ou o termo "Agribusiness" foi formulado por Davis & Goldberg (1957), como sendo a "soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles".
Fórmula de cálculo	O cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios. A quantificação dessa medida reflete a evolução do setor em termos de renda real, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros. Considera-se, portanto, no cômputo do PIB do agronegócio tanto o crescimento do volume produzido como dos preços, já descontada a inflação. Os cálculos sobre a variação do volume partem das mais recentes projeções de safra para o ano em curso. Essas quantidades são confrontadas com as projeções de volume correspondentes do ano anterior. A variação obtida entre os dois anos é, então, usada para o cálculo da taxa mensal de variação do volume, bem como da taxa acumulada a partir de janeiro do ano em curso. No final do ano, a taxa acumulada por esse procedimento coincidirá com a taxa de variação do volume (confirmado e não mais projetado)

	entre o ano corrente e o anterior. Quanto aos preços, a comparação é feita entre a média real do período (número de meses) transcorrido no ano corrente e a média real do mesmo período do ano anterior. Essa variação anual é, então, usada para o cálculo da taxa mensal e da taxa acumulada desde janeiro do ano em curso.
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Mensal
Observação	O indicador em questão é calculado pela CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - ESALQ/USP, não tendo o MAPA nenhuma participação no seu cálculo. Não foi encontrada no site nenhuma referência a metas. O cálculo do PIB é mensal, mas as informações são disponibilizadas com defasagem no site.
Fonte	CEPEA/USP

Nome	Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio
Descrição e forma de análise	Mede o crescimento do valor de exportações de produtos do agronegócio de um ano em relação ao ano anterior
Fórmula de cálculo	$(\text{Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - \text{Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - 1 / \text{Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período } x - 1) * 100$
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	AgroStat

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não alimentares e não energéticos

Nome	Índice composto da Produção de produtos não alimentares e não energéticos
Descrição e forma de análise	Incremento do valor da produção anual de todos os produtos em relação à média de 2000 a 2003 (borracha, madeira, couro, algodão e fibras)
Fórmula de cálculo	$\text{Indicador} = (\text{valor da produção no ano } X - \text{média do valor da produção entre 2000 e 2003}) / \text{média do valor da produção entre 200 e 2003} * 100$
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	<p>Projeção de cada produto até 2015 foi calculada com a expectativa de se retirar as flutuações atípicas ou pontuais de cada série. Para isso calculou-se a taxa equivalente de crescimento anual a partir de médias móveis de três períodos, considerando o resultado para o último período.</p> <p>$\text{Prod ano } X = (\text{média } (x-1, x-2, x3) / (\text{média } (x-10, x11, x12)) (1/10) * (x-1)$</p> <p>Cálculo da taxa de incremento de cada produto para composição do índice: $\text{Pi} = \text{Valor do Produto no ano } X / \text{Valor da Produção Média } (x-1, x-2, x-3, x- 4)$</p> <p>De 2005 a 2015, valores projetados do indicador, com base no incremento anual no valor da produção de cada um dos produtos considerados e da soma do valor de todos eles, em relação à média de 2000 a 2003.</p> <p>O valor do indicador, em porcentagem, é o incremento do valor da produção anual de todos os produtos em relação à média de 2000 a 2003.</p>
Fonte	Sidra/IBGE

Garantir a Segurança alimentar

Nome	Taxa de produção apoiada pela política de preços mínimos e mecanismos de comercialização
Descrição e forma de análise	A legislação brasileira define os produtos que fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e para os quais o Governo Federal obriga-se a garantir o preço mínimo estabelecido. A taxa de apoio é tanto maior quanto maior for a queda de preços dos produtos da PGPM.
Fórmula de	$(\text{Produção apoiada (ton)} / \text{produção total de produtos elegíveis (ton)}) * 100$

cálculo	
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	-
Fonte	IBGE e CONAB

Nome	Volume de produção agropecuária per capita
Descrição e forma de análise	Mede o somatório do volume total de produção de grãos, proteína animal, frutas e hortaliças em relação ao total de habitantes do país
Fórmula de cálculo	Volume total (kg) da produção agropecuária / N° total de habitantes no país Composição do Volume total da produção agropecuária: - Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo - Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango - Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva. -Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate
Unidade de Medida	Kg/ hab.
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Projeção até 2015 para: -Grãos: arroz, feijão, milho, soja e trigo foram com base nos trabalhos da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA. Para os demais grãos, foi atribuído um crescimento de 1% ao ano. -Proteínas: Feita com base nos trabalhos da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA. Frutas e Hortaliças: feita com base na taxa equivalente de crescimento anual a partir das médias móveis de 2 períodos, considerando o resultado para o último período.
Fonte	CONAB (Grãos); PS&D e FAS/ USDA (Proteínas); Sidra/IBGE (Frutas e Hortaliças); IBGE (n° total de hab.)

Nome	Índice de conformidade de produtos de origem animal
Descrição e forma de análise	Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de produtos de origem animal.
Fórmula de cálculo	ICA (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal): $ICA = 0,7 * (N^{\circ} \text{ de supervisões em Estabelecimentos sob SIF Conformes} / \text{Total de Supervisões em Estabelecimentos sob SIF}) + 0,3 * (N^{\circ} \text{ de Amostras de Produtos de Origem Animal Conformes} / \text{Total de amostras de POA coletadas})$
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Indicador utilizado só a partir de 2011.
Fonte	DIPOA e SIPOA/SISA/SIFISA

Nome	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal
Descrição e forma de análise	Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade dos produtos de origem vegetal
Fórmula de cálculo	$IV = \text{Índice de conformidade de produtos de origem vegetal} = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas} - \text{vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados} - \text{vinhos e bebidas}))) + (0,5 * (\text{n}^{\circ} \text{ de amostras de produtos em conformidade} - \text{qualidade vegetal} / \text{n}^{\circ} \text{ total de amostras analisadas} - \text{qualidade vegetal})))$. Considera-se inspeção conforme aquela que atende aos seguintes requisitos: 1 - Dos 28 (vinte e oito) parâmetros selecionados pela sua importância na LV - Lista de Verificação (Portaria SDA/MAPA nº272/10), 70% (setenta por cento) ou mais deverão estar CONFORMES,

	excluídos os itens NA - Não se Aplica. Os parâmetros selecionados na LV são os seguintes: 1.2, 2.4, 2.5, 2.11.1, 2.12.1, 2.12.6, 3.5, 3.7, 4.8, 4.10, 5.6, 5.8, 5.10, 5.22, 5.23, 6.7, 6.8, 6.10, 7.8, 7.10, 7.18, 8.7, 8.9, 8.14, 8.15, 9.6, 9.8 e 9.15. Considera-se produto conforme aquele que atende aos seguintes requisitos: 2 - O produto analisado atende aos PIQ - Padrões de Identidade e Qualidade determinados pela legislação.
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Semestral
Fonte	DIPOV

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

Nome	Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa
Descrição e forma de análise	Acompanhar a produção dos biocombustíveis líquidos provenientes de matérias primas agrícolas
Fórmula de cálculo	Somatória dos principais biocombustíveis proveniente da biomassa agrícola e agroindustrial em toneladas equivalentes de petróleo. Para fins de cálculo será utilizado os valores de consumo de etanol e biodiesel convertidos em toneladas equivalentes de petróleo - tep, conforme parâmetros estabelecidos no Balanço Energético Nacional - BEN, onde um metro cúbico de etanol anidro, etanol hidratado e biodiesel, correspondem 0.534, 0.510 e 0.792 tep, respectivamente.
Unidade de Medida	tep - tonelada equivalente de petróleo
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Relato dois pontos importantes desse indicador: (1) O indicador "Taxa de participação da agroenergia na matriz energética nacional" foi alterado para "Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola, conforme acordado em reunião com AGE em junho de 2013. (2) Devido ao espaço de tempo de dois a três meses para divulgar a produção de biodiesel no site da ANP, os relatórios de acompanhamento sempre serão concluídos de dois a três meses posterior ao termino do trimestre.
Fonte	MAPA (dados estatísticos quinzenais do Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira) e Agência Nacional do Petróleo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS

Ser referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio

Nome	Índice de percepção sobre informações estratégicas
Descrição e forma de análise	Avalia, por meio de pesquisa com atores-chave, a relevância da atuação do Mapa em informações estratégicas
Fórmula de cálculo	(Somatório de $P1*N1+P2*N2+...+ Pn*Nn$), onde: PI - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; NI - Grau atribuído ao critério; Ni n - nº total de critérios avaliados
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Não é possível a mensuração deste indicador, uma vez que depende de pesquisa de opinião dos agentes e representantes do agronegócio. Para realização de pesquisa desta natureza é necessário processo de licitação específico, com prazo de, no mínimo, 12 meses para contratação e execução dos serviços, além de dotação orçamentária própria, a qual não há na ACS.
Fonte	ACS

Ser Excelente na Implementação de políticas e Prestação de Serviços para o Agronegócio

Nome	Índice de percepção do agronegócio com relação à atuação do MAPA
------	--

Descrição e forma de análise	Acompanha a percepção dos agentes e representantes do agronegócio sobre o nível de excelência na entrega de políticas, produtos e serviços
Fórmula de cálculo	(Somatório de $P1*N1 + P2*N2 + \dots + Pn*Nn$) / n, onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério Ni; n - Nº total de critérios avaliados
Unidade de Medida	Número Absoluto
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Não é possível a mensuração deste indicador, uma vez que depende de pesquisa de opinião dos agentes e representantes do agronegócio. Para realização de pesquisa desta natureza é necessário processo de licitação específico, com prazo de, no mínimo, 12 meses para contratação e execução dos serviços, além de dotação orçamentária própria, a qual não há na ACS.
Fonte	ACS

Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio

Nome	Índice de percepção da capacidade de fortalecimento de harmonização
Descrição e forma de análise	Acompanha a percepção dos agentes e representantes do agronegócio sobre a capacidade de fortalecimento e harmonização do agronegócio
Fórmula de cálculo	(Somatório de $P1*N1 + P2*N2 + \dots + Pn*Nn$) / n, onde: Pi - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; Ni - Grau atribuído ao critério Ni; n - Nº total de critérios avaliados
Unidade de Medida	Número Absoluto
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Não é possível a mensuração deste indicador, uma vez que depende de pesquisa de opinião dos agentes e representantes do agronegócio. Para realização de pesquisa desta natureza é necessário processo de licitação específico, com prazo de, no mínimo, 12 meses para contratação e execução dos serviços, além de dotação orçamentária própria, a qual não há na ACS.
Fonte	ACS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Informação - Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio

Nome	Número de acessos ao Documento Projeções do Agronegócio no Portal do MAPA
Descrição e forma de análise	Mede a quantidade de acessos dos documentos relacionados às projeções do agronegócio no portal do Mapa
Fórmula de cálculo	Somatório do nº de acessos a documentos relacionados às projeções do agronegócio no portal do Mapa
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	A forma de acesso ao material de Projeções do Agronegócio on line (disponível no portal Mapa: www.agricultura.gov.br), facilita o acesso aos usuários. Porém a elaboração e distribuição do material físico (relatório) tem sido demorado. Nesse ano de 2011 impossibilitou que tivéssemos o relatório das projeções em formato de publicação
Fonte	CGTI e AGE

Informação - Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio - Informação

Nome	Taxa de Atualização de Estudos sobre Cadeias Produtivas
Descrição e forma de	Mede o grau de atualização dos estudos realizados sobre as cadeias produtivas

análise	
Fórmula de cálculo	(Nº de Estudos Atualizados sobre Cadeias Produtivas mais relevantes/Nº Total de Estudos sobre Cadeias Produtivas mais relevantes) *100. Definição de Cadeias Produtivas mais relevantes a serem consideradas por meio de matriz composta dos seguintes critérios: Econômico: Peso 4; Consumo Interno: Peso 3; Exportação: Peso 3; Pontuação de 1 a 10 para cada critério. Limite de corte para contabilização de estudo: 40 Pontos
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	AGE/CGPE

Informação - Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação - Informação

Nome	Número de Estudos de Prospecção elaborados e divulgados
Descrição e forma de análise	Mede a quantidade de estudos elaborados e divulgados
Fórmula de cálculo	Nº de estudos elaborados e divulgados Definição de estudos a serem considerados por meio de matriz composta dos seguintes critérios: Relevância: Peso 3; Abrangência: peso 3; Reconhecimento: peso 2; Regularidade : peso 2; Pontuação de 1 a 10 para cada critério Limite de corte para contabilização de estudo: 40 pontos
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	AGE/CGPE

Produtos e Serviços - Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Nome	Índice de Fitossanidade
Descrição e forma de análise	O índice avalia, de forma ponderada, a ocorrência das principais pragas que afetam as culturas.
Fórmula de cálculo	$\frac{[(TF \cdot P1) + (TF2 \cdot P2) + (TF3 \cdot P3) + \dots + (TFn \cdot Pn)] \times 100}{P1 + P2 + P3 + \dots + Pn}$ P = peso atribuído para cada praga a saber Cydia pomonella (peso 2), Cancro cítrico (peso 9), HLB (greening) (peso 6) e Mosca-da-carambola (peso 10).
Unidade de Medida	Número
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	Levantamentos nos estados

Nome	Índice de Conformidade dos Insumos Agrícolas
Descrição e forma de análise	Este indicador mede a qualidade dos insumos agrícolas, tendo por referência a análise de amostras colhidas durante a fiscalização, segundo um plano amostral e parâmetros técnicos estabelecidos nos instrumentos legais (leis, decretos e instruções normativas que regem as áreas de agrotóxicos e afins, sementes e mudas, fertilizantes, inoculantes e corretivos).
Fórmula de cálculo	O Índice de conformidade dos insumos agrícolas será a média aritmética dos índices de conformidade obtidos para os agrotóxicos e afins, para os fertilizantes e afins e para as sementes e mudas. Os índices relativos a cada um desses grupos de insumos agrícolas será apurado pela divisão do produto amostrado cuja análise laboratorial se mostrou conforme - VaDP (dentro do padrão de qualidade) e o total do produto amostrado - VtPA, obedecidos os procedimentos da fiscalização. $ICia = (ICa + ICf + ICsm) / 3$ ICia = Índice de conformidade de insumos agrícolas ICa = Índice de conformidade de agrotóxicos

	ICf= Índice de conformidade de fertilizantes ICsm = Índice de conformidade de sementes e mudas ICa, ICf e ICsm = (VADP/VtA) x 100
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	Relatório DFIA

Nome	Taxa de Conformidade de Resíduos e Contaminantes
Descrição e forma de análise	Mede o nível de conformidade de resíduos e contaminantes presentes nos alimentos inspecionados pelo MAPA
Fórmula de cálculo	(Nº de conformidades / Nº total de amostras coletadas)*100
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Atualmente, o responsável pelas informações é o Sr. Marcelo Cláudio Pereira (CRC/SDA)
Fonte	Programa de Controle de resíduos de Carnes, Leite, Mel, Ovos e Pescado

Nome	Percentual de Auditorias realizadas na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
Descrição e forma de análise	Mede o percentual de auditorias in loco realizadas na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, considerando a programação estabelecida.
Fórmula de cálculo	PARP = (AR / AP) * 100 Onde: PARP = Percentual de auditorias realizadas no período AR = auditorias realizadas AP = auditorias programadas
Unidade de Medida	Percentual de laboratórios auditados
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	#auditoria realizada = produção do "relatório de auditoria no laboratório". #auditorias programadas = programação estabelecida semestralmente pelo sac/cgal. # auditorias = avaliações in loco coordenadas pelo sac/cgal, realizadas nos Lanagros e na rede credenciada. # não serão consideradas auditorias internas. 10/02/2014: apenas auditorias estão sendo consideradas. São computadas auditorias de credenciamento, monitoramento, retorno e aquelas realizadas nos Lanagros. ###Ajustou-se as metas do presente indicador alinhando com as metas estabelecidas no PPA 2012-2015, gerando a necessidade de revisão nos cálculos, conforme abaixo: Metas: 2011 = 71 auditorias; 2012 = 89; 2013 = 107; 2014 = 125; 2015 = 142 Estes números servirão de base para o cálculo dos percentuais anuais do indicador do PPA e da AGE: Indicadores PPA e AGE: 2013 = 85%; 2014 = 88%; 2015 = 90% #auditorias programadas = programação estabelecida na meta acima. O valor encontrado para 2013 (39%) se refere à realização de 42 auditorias frente ao total de 107 (meta 2013 do ppa e age)
Fonte	SAC/CGAL

Nome	Porcentagem de bovinos e área total nos estados da Federação reconhecidos e OIE como livres da febre aftosa
Descrição e forma de	As fórmulas abaixo medem a porcentagem de bovinos e a área total (km ²) dos 26 estados da federação e Distrito Federal que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa.

análise	
Fórmula de cálculo	Indicador 1: $(AR \times 100) / AT$ Indicador 2: $(QB \times 100) / TB$ Sendo: AR = Área Reconhecida pela OIE; AT = Área Total do Brasil; QB = Quantidade de bovinos e bubalinos em área livre; TB = Total de bovinos e bubalinos existentes no Brasil
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Semestral
Observação	Em 2008, foi restituído o status das áreas livres, suspenso pela OIE em 2005, envolvendo as seguintes UFs: PR, MS (exceto zona de alta vigilância, na fronteira internacional), MT, GO, DF, MG, BA, SE, ES, RJ e SP. A ampliação da zona livre prevista no NE e na área II do PA em 2011, e na região NO em 2012, ficou comprometida devido os serviços veterinários oficiais dessas regiões não demonstrarem capacidade técnica e estrutural satisfatória oportunamente. Dessa forma, em 2011, foi possível se obter o reconhecimento internacional de zona livre com vacinação apenas da zona de alta vigilância (ZAV) no MS, das zonas de proteção de Tocantins, Bahia e Rondônia, e partes dos municípios de Canutama e Lábrea, no Amazonas. Em 2012, foi possível iniciar a avaliação de circulação viral em sete estados do NE (AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN) e no norte do PA, que foi concluído em junho de 2013 e culminou com o processo de reconhecimento nacional dessa região como zona livre de febre aftosa com vacinação. O pleito para reconhecimento internacional da área envolvida foi encaminhado à OIE, com previsão de uma decisão final em maio de 2014. Dessa forma, foram ajustadas as metas deste ano e para os próximos anos.
Fonte	OIE; IBGE; Serviços Veterinários Estaduais (SVE)

Nome	Índice de Conformidade dos Insumos pecuários
Descrição e forma de análise	Visa medir a conformidade dos insumos pecuários de maneira conjunta, por meio da verificação dos relatórios de fiscalização e resultados dos planos de amostragem.
Fórmula de cálculo	O Índice de conformidade dos insumos pecuários é apurado conforme a fórmula: $ICIP = 0,33 * ICMGA + 0,33 * ICPAA + 0,34 * ICPUV$, sendo: ICMGA – Índice de conformidade de Material Genético Animal = Nº de estabelecimentos conformes dividido pelo Nº de estabelecimentos
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Memória de Cálculo: $ICIP = (0,33 * ICMGA) + (0,33 * ICPAA) + (0,34 * ICPUV)$ $ICIP = (0,33 * 84,75) + (0,33 * 85) + (0,34 * 97) = 88,99\%$
Fonte	DMG-DFIP CPAA-DFIP CPV-DFIP

Nome	Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo legal – Síndromes vesicular, nervosa, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves
Descrição e forma de análise	Proporção das suspeitas de doenças atendidas no prazo estabelecido, em relação ao total das suspeitas atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial. Esse indicador mede a resposta do SVO frente às notificações de suspeitas das doenças, refletindo a capacidade técnica e estrutural desses serviços para prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais.
Fórmula de cálculo	$(AP \times 100) / SA$, onde AP = Suspeitas Atendidas no Prazo e SA = Número Total de Suspeitas Atendidas. O indicador é produzido a partir de dados disponíveis no Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica – SIVCONT (desenvolvido e administrado pelo Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, da Organização Pan-Americana de Saúde (PANAFTOSA/OPAS), garantindo adequado grau de complexidade, auditabilidade e economicidade.
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	1) Suspeita: ocorrência sanitária, detectada e comunicada ao Serviço Veterinário Oficial (SVO) pelo

	proprietário, por terceiros ou pela vigilância, que apresenta sinais clínicos compatíveis com as doenças-alvo: febre aftosa e estomatite vesicular (Síndrome Vesicular), peste suína clássica e africana (Síndrome Hemorrágica dos Suínos), raiva, encefalomyelites equinas, encefalopatia espongiiforme bovina (Síndrome Nervosa) e Influenza aviária e doença de NewCastle (Síndrome Respiratória e Nervosa das aves). 2) Suspeita atendida no prazo estabelecido: ocorrência em que SVO realizou a visita inicial em até 24 horas após a notificação. 3) O indicador pode ser calculado com base no SivCont (Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica) onde são registradas as datas de notificação e de visita inicial de cada suspeita atendida.
Fonte	DEP/DSA/SDA (Sistema de Vigilância Continental - SivCont)

Produtos e Serviços - Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias Produtos e Serviços

Nome	Conservação de recursos genéticos em coleções
Descrição e forma de análise	O indicador aponta o número de coleções apoiadas diretamente
Fórmula de cálculo	Número de coleções apoiadas diretamente pelo Mapa + número de eventos de capacitação de curadores de coleções apoiados pelo Ministério (através de seminários, workshop ou similares com ou sem parcerias)
Unidade de Medida	Projetos/coleções
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	Capta/Depta

Nome	Iniciativas de incentivo à inovação desenvolvidas
Descrição e forma de análise	O indicador mede as ações realizadas pelo Ministério com o objetivo de incentivar a adoção de novas tecnologias por produtores e extensionistas rurais.
Fórmula de cálculo	1 (Número de cursos de Educação à Distância aplicados por meio de termo de cooperação) + 2 (número de cursos de capacitação presenciais aplicado por meio de termo de cooperação) + 2 (número de workshops, seminário ou similar apoiado por termo de cooperação ou promovido e organizado pela CAPTA, com ou sem parceria de outra instituição) + 3 (número de produção e/ou impressão de material de apoio à Agricultura de Precisão)
Unidade de Medida	Adimensional
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	-
Fonte	Capta/Depta

Nome	Produtividade Agrícola de grãos
Descrição e forma de análise	Mede a evolução da produtividade agrícola com base na média simples das produtividades dos grãos considerados.
Fórmula de cálculo	Média (Produção agrícola / Área plantada) dos produtos considerados. Grãos considerados: Algodão, amendoim total, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão total, girassol, mamona, milho total, soja, sorgo, trigo, triticale
Unidade de Medida	Kg/ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Foco inicialmente em grãos. A projeção deverá considerar as produtividades atuais e o potencial de cada cultura. Na soja, p.ex. o Brasil já tem alta produtividade em termos internacionais, o que não ocorre no milho e no trigo. Deve-se considerar também o aumento da área de safrinha, mais sujeita a riscos climáticos e, portanto, com tendência a menores produtividades que a safra de verão.
Fonte	CONAB

Nome	Número de normas para inclusão das espécies vegetais no regime de proteção de cultivares
-------------	---

Descrição e forma de análise	Mede o número de espécies vegetais incluídas no regime de proteção de cultivares.
Fórmula de cálculo	Número de espécies inseridas no regime de proteção, publicadas por meio de Atos do DOU.
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Há disponibilidade das séries históricas no SNPC.
Fonte	SNPC/DEPTA

Nome	Implementação de projetos para intensificar a adoção de sistemas de plantio direto na palha
Descrição e forma de análise	Promover o aumento de área cultivada por meio da adoção, por parte dos produtores rurais, do Sistema Plantio Direto na Palha
Fórmula de cálculo	Aumento das áreas, em hectares, com Sistemas Plantio Direto na Palha
Unidade de Medida	milhões de há
Periodicidade de Medição	Semestral
Fonte	CONAB, IBGE, Embrapa, Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, Cooperativas Agropecuárias.

Produtos e Serviços - Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária

Nome	Unidade de Produção Orgânica Controlada no Brasil
Descrição e forma de análise	Número de unidades de produção orgânica controladas no Brasil em conformidade com a legislação brasileira, constante no cadastro nacional de produtores orgânicos.
Fórmula de cálculo	Total de Unidades de produção orgânica controladas.
Unidade de Medida	Unidade
Periodicidade de Medição	Semestral
Fonte	Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos
Nome	Unidade de Produção Orgânica Controlada no Brasil

Nome	Número de Cadeias de Valor de Produtos Agropecuários contempladas com as ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva
Descrição e forma de análise	Mede a ampliação das ações do MAPA na estruturação de cadeias de valor do agronegócio para uso de indicações geográficas e marcas coletivas.
Fórmula de cálculo	Nº projetos de IG assistidos no ano
Unidade de Medida	Unidade
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Número de cadeias de valor de produtos potenciais da agropecuária contempladas com ações de estruturação para uso de IG e MC, atendidas pelas SFA-UF. Base 2010 = 65
Fonte	DEPTA

Nome	Número de Cultivares protegidas
Descrição e forma de análise	Mede a quantidade de cultivares protegidas pelo MAPA

Fórmula de cálculo	Número de cultivares protegidas (Certificados Provisórios emitidos)
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Há disponibilidade das séries históricas no SNPC.
Fonte	SNPC/DEPTA

Produtos e Serviços - Buscar maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Nome	Custo médio do Financiamento da Safra
Descrição e forma de análise	Acompanha a média ponderada das taxas de juros praticadas pelos agentes financeiros e não financeiros nas operações de crédito rural para custeio e comercialização em relação à taxa de inflação IPCA.
Fórmula de cálculo	$TMF = \frac{(\sum [(TRC * VRC) + (TRLc * VRLC) + (TRLNC * VRLNC)] / VPR)}{(1+i)}$ <p>TMF= taxa média de financiamento; TRC = taxa de juros recursos controlados; VRC = volume de recursos controlados; TRLC = taxa de juros recursos livres contabilizados; VRLc = volume de recursos livres contabilizados; TRLNC = taxa de juros recursos livres não contabilizados; VRLNc = volume de recursos livres não contabilizados; VPR = volume potencial de recursos para a safra; e i = taxa de inflação (IPCA)</p>
Unidade de Medida	Porcentagem ano
Periodicidade de Medição	Trimestral - consolidado ano-safra
Fonte	MAPA/SPA e CONAB; MF, BACEN; BNDES; Bancos Oficiais Federais e Bancos Cooperativos

Nome	Custo Logístico Médio
Descrição e forma de análise	Reduzir o custo logístico na movimentação de produtos agropecuários, para abastecimento e/ou exportação, ampliando a competitividade do produto brasileiro frente ao mercado internacional.
Fórmula de cálculo	Dados secundários dos setores público e privado, mensurados a partir da média dos fretes praticados no transporte de produtos no escoamento da safra anual.
Unidade de Medida	US\$/TON
Periodicidade de Medição	ANUAL
Observação	a) Diversos fatores impactam no cálculo do custo logístico da movimentação de produtos do agronegócio, a exemplo do frete, combustíveis, variação do dólar, disponibilidade de modais e condições da infraestrutura viária existente; e b) O indicador do custo logístico médio de US\$ 85.00 refere-se a produção que ocorre acima do Paralelo 16° Sul, carregadas para os portos do Norte e Nordeste.
Fonte	MT, ANEC, ANTT, ANTAQ.

Nome	Nº de Projetos-Piloto sobre Temas Estratégicos negociados, concebidos, desenvolvidos e implantados pela AGE
Descrição e forma de análise	Mede o número de projetos-piloto que a AGE negociou, concebeu, estruturou e implantou em temáticas que envolvam Agricultura, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.
Fórmula de cálculo	Número de projetos-piloto negociados, concebidos, desenvolvidos e implantados
Unidade de Medida	Absoluta
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	CGSA / AGE

Nome	Percentual de área coberta pelo Seguro Rural subvencionado
-------------	---

Descrição e forma de análise	Este indicador tem por objetivo mensurar a porcentagem da área plantada nacional coberta pelo seguro rural subvencionado. A expectativa é de que haja um crescimento sustentável da área segurada ao longo dos anos, de forma que o produtor rural minimize os seus prejuízos em caso de ocorrência de sinistros causados por eventos climáticos.
Fórmula de cálculo	$I = [(Área total, em hectares, coberta pelo PSR) / (Área total, em hectares, divulgada pelo IBGE)] \times 100$
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	IBGE e DEGER/MAPA

Nome	Número de beneficiários atendidos com financiamento com recursos do Funcafé
Descrição e forma de análise	Relatório mensal apurado com base em informações prestadas pelas instituições financeiras que repassam recursos do Funcafé.
Fórmula de cálculo	Somatório do número de beneficiários atendidos pelos agentes financeiros.
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	Agentes financeiros

Articulação e Promoção - Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do Mapa

Nome	Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional
Descrição e forma de análise	Mede a quantidade de Notas Técnicas emitidas pelo MAPA sobre os projetos relacionados ao agronegócio em tramitação no Congresso Nacional
Fórmula de cálculo	$(N^{\circ} \text{ de Projetos em tramitação relacionados ao agronegócio com Nota Técnica} / N^{\circ} \text{ total de Projetos relacionados ao agronegócio em tramitação}) \times 100$
Unidade de Medida	%
Periodicidade de Medição	Mensal
Observação	A meta continua sendo a que está em previsão. Portanto, na próxima avaliação teremos dados mais significativos.
Fonte	MAPA/Sistema RP

Nome	Taxa de Interlocução da CGAC no levantamento das demandas Setoriais Temáticas
Descrição e forma de análise	Mede a quantidade de reuniões realizadas em relação ao total de reuniões programadas pelas Câmaras Setoriais
Fórmula de cálculo	$(N^{\circ} \text{ de reuniões realizadas} / N^{\circ} \text{ total de reuniões programadas}) \times 100$
Unidade de Medida	%
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	CGAC/SE

Articulação e Promoção - Promover o Agronegócio e a imagem do Mapa

Nome	Número de Eventos Externos
Descrição e forma de análise	Soma dos diferentes eventos realizados no exterior.
Fórmula de	Somatório de eventos externos com a participação do MAPA.

cálculo	
Unidade de Medida	Número Absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Meta 2014 revisada para 13 eventos por motivo de restrição orçamentária.
Fonte	DPI/SRI

Nome	Taxa de Notícias Espontâneas Favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA
Descrição e forma de análise	Mede a realidade entre a quantidade de notícias espontâneas favoráveis e o total de notícias veiculadas sobre o Mapa.
Fórmula de cálculo	(Nº de notícias espontâneas favoráveis sobre o Mapa publicadas/ Nº total notícias espontâneas sobre o Mapa publicadas)*100
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Mensal
Observação	Não foram encontradas informações quanto as metas e as medições realizadas anteriormente.
Fonte	Agência de clipagem / Mapa

Articulação e Promoção - Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas

Nome	Jovens e Mulheres Capacitadas
Descrição e forma de análise	Quantificar os jovens e as mulheres capacitados
Fórmula de cálculo	Jovens e mulheres capacitados
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	DENACOOOP/SDC/MAPA

Nome	Nº de Pessoas Capacitadas no PISACOOOP
Descrição e forma de análise	Quantificar as pessoas capacitadas
Fórmula de cálculo	Pessoas capacitadas
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	DENACOOOP/SDC/MAPA

Indicador de Desempenho	
Nome	Volume de Produtos Exportados por Portos da Região Norte/Nordeste
Descrição e forma de análise	O aumento do volume de grãos exportados pelos portos das Regiões Norte e Nordeste indica que a infraestrutura e logística do Corredor Centro Norte de Exportação está evoluindo.
Fórmula de cálculo	Soma do volume de exportação de grãos (milho e soja) pelos Portos das Regiões Norte e Nordeste compreendidos pelos terminais de Itacoatiara, Vila do Conde, Outeiro, Santarém, Santana, Itaquí, Salvador e Ilhéus.
Unidade de Medida	Toneladas
Periodicidade	Anual

de Medição	
Fonte	Decex/MDIC

Nome	Volume da Produção Transportada nos Modais Ferroviário e Hidroviário
Descrição e forma de análise	O percentual da Produção escoada por modal de transporte (rodovia, ferrovia e hidrovía) implica em mudanças da matriz de transporte brasileira.
Fórmula de cálculo	Somatório dos percentuais de carga agrícola transportada pelos modais Ferroviário mais Hidroviário, para medir a redução do intervalo entre a performance desses modais em relação ao modal rodoviário.
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	Ministério dos Transportes

Excelência Administrativa - Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA

Nome	Percentual de RAEs Corporativas Executadas
Descrição e forma de análise	Mede o percentual de RAEs corporativas realizadas vis a vis o número de RAEs planejadas
Fórmula de cálculo	Percentual de RAEs Corporativas Executadas = (número de RAEs realizadas/número de RAEs planejadas) * 100
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	CGAI / AGE

Nome	Grau de Entendimento das Gerências sobre Gestão Estratégica
Descrição e forma de análise	Mede o conhecimento do corpo gerencial em todos os níveis sobre gestão estratégica
Fórmula de cálculo	Média das respostas da questão nº 10 do questionário de nível de conhecimento sobre a gestão estratégica (Qual o grau de entendimento sobre a Gestão Estratégica que você acha que tem?) 0 – Nenhum; 1 - Muito Fraco; 2 – Fraco; 3 – Médio; 4 – Bom; 5 - Excelente
Unidade de Medida	Número Absoluto
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Em 2015 deverá ser feita a pesquisa na sede e nas SFAs
Fonte	Pesquisa AGE

Excelência Administrativa - Ter eficiência e Transparência na Execução dos Recursos Orçamentários

Nome	Taxa de Execução dos Recursos Orçamentários
Descrição e forma de análise	Mede o nível de execução dos recursos orçamentários com relação ao limite estabelecido
Fórmula de cálculo	(recursos orçamentários empenhados (R\$) / limite orçamentário estabelecido (R\$)) * 100
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Mensal
Observação	Monitoramento das unidades por meio de "Acompanhamento da Execução".
Fonte	Relatório / CGOF

Excelência Administrativa - Melhorar continuamente a Infraestrutura e os Processos de Trabalho

Nome	Nº de Processos de Trabalho Mapeados e Melhorados
Descrição e forma de análise	Refere-se ao número absoluto de processos de trabalho que forem mapeados e melhorados
Fórmula de cálculo	N° absoluto de Processos Mapeados e Melhorados = $P_1 + P_2 + P_3 + \dots + P_n$
Unidade de Medida	Nº absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	As metas constam dos relatórios de gestão de 2011 e 2012. *O indicador é acumulativo, assim em 2012 o Mapa estava com 79 mapeamentos e aprimoramentos e a previsão para 2013 e desenvolver 3 projetos, no que a meta passa para 82.
Fonte	CPG/CGPLAN

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – PERSPECTIVA DE PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Informação e Conhecimento - Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento

Nome	Taxa de Servidores Participantes de Comunidades Virtuais
Descrição e forma de análise	A CV MAPA tem a finalidade de troca de informações e conhecimentos em Agricultura e Áreas Correlatas. Tem por objetivo ser uma ferramenta de comunicação entre profissionais do sistema proporcionando intercâmbio de experiências e permitindo o acompanhamento das políticas de gestão que estão sendo implantadas e implementadas. Índice de servidores em CV no MAPA é de 57%.
Fórmula de cálculo	$(N^{\circ}$ de servidores participantes de comunidades / N° total dos servidores) * 100
Unidade de Medida	Porcentagem
Periodicidade de Medição	Trimestral
Fonte	CGTI

Nome	Índice de Atendimento dos Sistemas de Informação
Descrição e forma de análise	Mede por meio de pesquisa junto aos servidores o atendimento aos requisitos de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas pelo Sistema de Informação do MAPA
Fórmula de cálculo	$TQ = \text{Total de Questionários Respondidos}$; $TI = \text{Total de Itens}$; $TS = \text{Soma dos itens respondidos como satisfatório e/ou implementados nos sistemas}$; $TGS = (\text{Total}$
Unidade de Medida	Nº absoluto
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Visando identificar/aferir o nível de satisfação com os Sistemas de Informação, a CGTI elaborou questionário disponibilizados à cada gestor de sistema para análise de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas.
Fonte	Gestores e usuários dos Sistemas de Informação

Ambiente de Trabalho - Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes Interdisciplinares

Nome	Grau de Satisfação do Servidor do MAPA
Descrição e forma de análise	Avalia, por meio de pesquisa, o nível de satisfação do servidor com relação às ações de valorização e motivação do servidor
Fórmula de cálculo	$(N^{\circ}$ total de respostas satisfatórias na pesquisa de satisfação / N° total de respostas na pesquisa de satisfação) * 100
Unidade de	Porcentagem

Medida	
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Não foram coletados os dados nos períodos que antecederam a 2014.
Fonte	CGAP

Ambiente de Trabalho - Desenvolver Cultura Orientada a Resultados

Nome	Percentual de Servidores com a avaliação de desempenho mensurada
Descrição e forma de análise	Implementação da sistemática de avaliação de desempenho no MAPA em atendimento as políticas e diretrizes à gestão de desempenho emanadas pela Secretaria de Gestão do MPOG e em cumprimento aos normativos relativos a avaliação institucional e individual de servidores públicos federais.
Fórmula de cálculo	Número de servidores avaliados no SISAD/ número de servidores avaliáveis x 100
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Anual
Fonte	Publicação dos resultados da avaliação de desempenho no Boletim de Pessoal

Nome	Índice de Execução anual das metas quantitativas do PPA
Descrição e forma de análise	Mede o percentual de execução anual das metas quantitativas do PPA, tomando como parâmetro o valor de referência e a meta final prevista para o término do PPA, medindo sua execução a cada ano.
Fórmula de cálculo	$PM = \left\{ \sum \left[\frac{VA - VAA}{VF - VR} \right] \right\} / \text{quantidade de metas quantitativas do PPA, em que:}$ PM = Percentual de atingimento da meta VA=Valor Atual (apurado no período); VAA=Valor Acumulado do ano anterior do PPA; VF=Valor Final do PPA
Unidade de Medida	Percentual
Periodicidade de Medição	Semestral
Observação	Coleta do indicador acompanha agenda de coleta de dados SPI/MPOG via SIOP.
Fonte	SIOP / MPOG

Ambiente de Trabalho - Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz

Nome	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA
Descrição e forma de análise	Mede de forma ponderada, a satisfação com a comunicação interna do MAPA
Fórmula de cálculo	(Somatório de $P1 \cdot N1 + P2 \cdot N2 + \dots + Pn \cdot Nn$), onde: PI - Peso relativo atribuído ao critério "Ni"; NI - Grau atribuído ao critério; Ni n - nº total de critérios avaliados.
Unidade de Medida	Número absoluto
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Não é possível a mensuração deste indicador, uma vez que depende de pesquisa de opinião dos agentes e representantes do agronegócio. Para realização de pesquisa desta natureza é necessário processo de licitação específico, com prazo de, no mínimo, 12 meses para contratação e execução dos serviços, além de dotação orçamentária própria, a qual não há na ACS.
Fonte	ACS/GM

Pessoas - Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional

Nome	Índice de Capacitação em Competências
Descrição e forma de	Revela a média das horas de capacitação cursadas por cada servidor em todas as ações educativas

análise	
Fórmula de cálculo	Número de Horas de Capacitação Realizadas dividido pelo número Total de Servidores
Unidade de Medida	Horas
Periodicidade de Medição	Trimestral
Observação	Diferentes formas de cálculo do índice de Capacitação em Competências - 2007 e 2008: Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) X 2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) X 1÷3 ÷ Número total de servidores capacitados no período 2009 : Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos no MAPA
Fonte	CGDP

Anexo VII: Complementa item 5.1 c) objetivos_PPA_LOA

Alinhamento de cada objetivo estratégico com PPA e LOA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
2028 – Defesa Agropecuária	0570 do PPA 2012- 2015: Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.	0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal	20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias
		Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.	Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA).
2014- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Coalizção	0601 – Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.	02CN – Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural.	099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS POR MEIO DO AGRONEGÓCIO		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
2014- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0692 – Ampliar, Diversificar e Consolidar as Exportações de Produtos Agropecuários Brasileiros, Visando a Geração de Divisas, Empregos e Renda.	02LV – Missões p/ Negociações Agropecuárias Internacionais	20ZT – Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional
		02LW – Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior.	20ZT – Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NÃO ALIMENTARES E NÃO ENERGÉTICOS		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO

2014- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0601 – Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.	02CN – Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural.	099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural.
---	---	---	--

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESENVOLVER E GARANTIR O ACESSO À TECNOLOGIA		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
2042 – Inovações para Agropecuária	0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.	044H Cadastro de empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão, em cooperação com órgãos públicos e privados	20ZV – PO 000B – Atuação junto à Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão – CBAP para identificação e atendimento das demandas do setor de AP, com cadastramento de 25 novas empresas (total de 136).
		044K Desenvolvimento da biotecnologia agropecuária com foco no fortalecimento da bioindústria nacional	20ZV – PO 000B – Realização de eventos de capacitação.
		044N Fomento à Inovação no Agronegócio (INOVAGRO)	20ZV – PO 000B – Realização de eventos de capacitação; criação e publicação da Agenda Estratégica 2014-2030, que direciona as ações da CBAP para o setor.
		044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação (RENEAGRO)	INOVAGRO 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.
		044Q - Proteção, fiscalização e disponibilização de cultivares certificadas (PROTCULTIV)	Ação 2122 - Proteção e Fiscalização de Cultivares

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER A ORGANIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0747 - Fortalecer o associativismo rural e promover a implementação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento	02XJ - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações - Bancos Públicos	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GARANTIR A INOCUIDADE E A QUALIDADE DOS ALIMENTOS		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO

2028 - Defesa Agropecuária	0364 - Promover a sanidade na agropecuária	012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários (Obter o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa)	20ZW - PO 0009 - Erradicação da febre aftosa
	0364 - Promover a sanidade na agropecuária	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais	20ZX – PO 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e insumos 20ZW – PO 0006 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
			20ZX – PO 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e insumos 20ZW – PO 0005 - Erradicação de Moscada Carambola 20ZW – PO 0006 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
Objetivo 0366: Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.	012U - Automação dos processos operacionais da defesa agropecuária por meio da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA); 012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA); 012Z - Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária; 0131 - Estruturação de mecanismos de governança e gerenciamento do SUASA; 0132 - Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária; 0134 - Revisão e consolidação do marco regulatório do SUASA e das legislações referentes à Defesa Agropecuária.	(20QY) - Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) (R\$ 100.086.618,00); 20R0 - Coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) (R\$ 600.000,00); 20R1 - Estruturação do Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária (R\$ 600.000,00); 8654 - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (R\$ 1.000.000,00)	
744	Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados e Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias	4747 e 8598	

Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário.	Ação 20ZV - Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção - INFRALOG (SDC)
---	---	---	--

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- APRIMORAR A ARTICULAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E SUA PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DO MAPA - MELHORAR CONTINUAMENTE A INFRAESTRUTURA E OS PROCESSOS DE TRABALHO - TER EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos.	2000 - Administração da Unidade

OBJETIVO ESTRATÉGICO	BUSCAR MAIOR EFETIVIDADE NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.		099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural.
		02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural.	Ação 20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária.
			Ação 20Y6 - Operacionalização do Sistema de Monitoramento Agrometeorológico
		02CK - Desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária	S/INFO

0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.	02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café	0012 – Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
	02GO - Informações do agronegócio café	Ação 22906.2000 - Administração da Unidade (Funcafé).
	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação
618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.	02EH - Ampliação da participação do médio produtor rural nas políticas públicas destinadas a agropecuária	S/INFO
	02EK - Concessão de crédito ao médio produtor rural - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTIMULAR A AGREGAÇÃO DE VALOR NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	02WZ - Aprovação de normas sobre produção agropecuária sustentável; 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias	2000 - Administração da Unidade Projetos de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal foi migrado para o Objetivo 0747, Iniciativa 02XH e as despesas decorrentes serão custeadas pela Ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

		<p>02X4 - Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes;</p> <p>02X7 - Implantação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica</p> <p>02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de</p>	<p>8606 -Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró- Orgânico</p>
		<p>02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.</p>	<p>4720 8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pro-Orgânico.</p>
	<p>0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).</p>	<p>02WK - Concessão de crédito à Agricultura de Baixa Emissão de Carbono;</p> <p>02WL- Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura;</p> <p>02WO - Implantação de Laboratório Virtual Multi-institucional para monitoramento, reporte e verificação - MRV;</p> <p>02WP - Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável; 02WS - Mapeamento de áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo, por estado; 02WT - Mapeamento de áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis; 02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC); 02WW - Realização de Campanhas Publicitárias sobre os Benefícios Econômicos, Sociais e Ambientais das ações que compõem o plano ABC.</p>	<p>Ação 20SQ - Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura.</p> <p>Ação 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (SDC) / 20QX - Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada</p>

2042 – Inovações para o Agronegócio	0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários	044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas - INDIGRAF	Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - PO 000I - Proteção e Fiscalização de Cultivares do Programa 2028 - Defesa Agropecuária. 000A - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG - INDGRAF13
2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	20ZV - Fomento ao setor Agropecuário Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
Programa 2028 - Defesa Agropecuária	0366 - Reestruturar, Implementar e Coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.	04D4 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - FISCAGRIC

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESENVOLVER CULTURA ORIENTADA A RESULTADOS		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2105 - Gestão e Manutenção do MAPA	Modernizar a gestão institucional do MAPA, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira.	Desenvolvimento de pessoas	2000 – Administração da Unidade

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESENVOLVER E REter COMPETÊNCIAS DO CORPO FUNCIONAL		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO

2105 - Gestão e Manutenção do MAPA	Modernizar a gestão institucional do MAPA, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira.	Desenvolvimento de pessoas	2000 – Administração da Unidade
------------------------------------	--	----------------------------	---------------------------------

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR CONTINUAMENTE A INFRA-ESTRUTURA E OS PROCESSOS DE TRABALHO		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 - Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização	976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Rec. Humanos.	Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 - Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização	976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	045W Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do SNIDA - Sistema Nacional de Difusão da Informação para o Agronegócio.	Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105 4721 - Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio (Biblioteca Nacional de Agricultura - BINAGRI/SE/MAPA)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	FORTALECER O PROCESSO DE GESTÃO ESTRATÉGICA NO MAPA		
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 - Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização	976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	045W Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do SNIDA - Sistema Nacional de Difusão da Informação para o Agronegócio.	Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.

OBJETIVO	AMPLIAR A OFERTA DE ESTUDOS DE PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO
-----------------	--

ESTRATÉGICO			
PROGRAMA	OBJETIVO	PROGRAMA	OBJETIVO
2014 - Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização	976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	045W Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do SNIDA - Sistema Nacional de Difusão da Informação para o Agronegócio.	Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.

Anexo VIII: Descrição das estruturas de governança

O controle interno administrativo é de competência da UJ e exercido com o auxílio da Controladoria-Geral da União e da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI. Não existem, no âmbito da administração direta do poder executivo, estruturas tais como conselho de administração, conselho fiscal e comitês de auditoria. Por meio da Portaria nº 944, de 23 de setembro de 2014, foi modificado o regimento interno da Secretaria-Executiva, instituindo uma estrutura de controles operacionais por meio da CCO/CGPC. Esta coordenação atua, sob demanda das autoridades superiores, em processos críticos escolhidos com base em análise dos relatórios de auditoria elaborados pela CGU e TCU, dentre outras atribuições. Em relação ao apoio à governança da Unidade Jurisdicionada, destacaram-se os seguintes comitês, comissões e grupos de trabalho:

Nome	Marco Legal	Finalidade
Comissão De Apoio à Gestão Documental - COGED	Portaria/SE nº 55, de 27/04/2012	Propor e acompanhar a implantação e implementação de ações de gestão documental no MAPA e acompanhar e avaliar o desempenho operacional do sistema de gestão eletrônica.
Comissão de Seleção de Adidos Agrícolas	Portaria nº 988, 10/10/2013	Seleção dos adidos agrícolas que atuarão junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior.
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do MAPA - CPADS/MAPA	Portaria nº 745, de 13/08/2012	Opinar sobre a classificação da informação produzida no âmbito do Mapa; Propor o destino final das informações desclassificadas, indicando os documentos para guarda permanente.
Comitê de Acompanhamento e Orientação da Atuação do Ministério Frente a Situações de Risco Ao Acesso de Produtos Agropecuários ao Mercado Externo - Sala De Situação	Portaria /GM nº 844 de 10/10/2011	Acompanhar, orientar e definir estratégias para as ações do ministério objetivando a solução de controvérsias, questionamentos, obstruções e pendências decorrentes de atos praticados por parceiros comerciais do Brasil que possam prejudicar as exportações agropecuárias do país, dentre outros.
Comitê de Assessoramento para Sistematização e Avaliação dos Processos de Afastamento Do País	Portaria nº 101, de 31/05/2007	Analisar e sistematizar as promoções de viagens internacionais, de caráter eventual ou transitório, apresentadas pelas Secretarias, unidades descentralizadas e órgãos vinculados.
Comitê de Gestão Interna de Política Agrícola - COAGRI / MAPA	Portaria/SE nº 726 de 16/09/2011	Promover a articulação interna para consolidação das proposições relacionadas à implementação da política agrícola e cumprimento do desempenho institucional dos órgãos específicos singulares.
Comitê Deliberativo Do Portal AGRONET	Portaria/GM nº 228, de	Criação de novas áreas de conteúdo, alterações de padronização de layout, visual, gráfico e de tecnologias

	18/04/2013	propostas, quando demandadas por áreas do MAPA por meio de Termo de Referência para "Inclusão de Novos Conteúdos", avaliados previamente pela ACS;
Comitê Diretor de Planejamento Estratégico Do Agronegócio CDPE	Resolução MAPA nº 4, de 28/11/2006	Tem objetivo precípua de proceder à análise, discussão e aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café.
Comitê Estratégico do Agronegócio	Portaria nº 644, de 12/07/2012	Assessorar o Ministro do MAPA na definição e compatibilização das ações estratégicas do MAPA voltadas ao agronegócio.
Comitê Executivo de Tecnologia da Informação	Portaria 892, de 17/09/2013	Apoiar a gestão da tecnologia da informação no MAPA, na implementação das correspondentes políticas, diretrizes e ações.
Comitê Gestor De Apoio Ao Sislegis	Portaria/SE nº 10 de 27/01/2010	Atualização tecnológica dos Sistemas e Módulos do Sistema de Legislação – SISLEGIS.
Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural	Lei nº 10.823, de 19/12/2003	Definir as diretrizes e prioridades da política de subvenção ao seguro rural para o Plano Trienal do Seguro Rural e seus ajustes anuais, dentre outros;
Comitê Gestor do Acordo de Cooperação Técnica Entre o MAPA, MI, MMA E ANA.	Portaria Int. nº 926, de 17/09/2014	Visa a cooperação mútua na promoção da gestão integrada e no uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural.
Comitê Permanente de Acesso às Informações	Portaria nº 744, de 13/08/2012	Objetivo de implementar, no âmbito do MAPA, as ações decorrentes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulam o acesso às informações públicas previsto nos artigos 5º, 37 e 216 da Constituição Federal.
Comitê Técnico da Carta de Serviços ao Cidadão	Portaria nº 430, de 20/06/2013	Prestar assessoria às Unidades do MAPA na identificação dos serviços e produtos que deverão constar na Carta de Serviços ao Cidadão, dentre outros;
Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC	Decreto nº 1.757, de 22/12/1997	Aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção, comercialização, exportação e importação de café verde, solúvel, torrado e moído; Aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do FUNCAFÉ, dentre outros.
Conselho Do Agronegócio - CONSAGRO	Portaria nº 259, de 4/04/2008	Articulação e negociação entre o poder público e a iniciativa privada, com o objetivo de implementar os mecanismos, as diretrizes e as respectivas estratégias competitivas do agronegócio brasileiro, no médio e longo prazo, a partir das propostas do Fórum Nacional da Agricultura – FNA, dentre outros.
Conselho Editorial da Revista de Política Agrícola	Portaria nº 02/SPA/MAPA de 23/06/2003.	Atender os objetivos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido de difundir sua política e os resultados de seus trabalhos.
Conselho Editorial do MAPA	Portaria/GM nº 436 de 15/05/2008	Exercer a gestão editorial institucional e implementar a Política Editorial do Ministério, zelando pelo respectivo cumprimento e atualização, dentre outros.
Grupo de Trabalho para Implementar o Concurso Público do MAPA	Portaria/SE nº 218, de 18/09/2013 prorrogada pela Portaria/SE nº 70, de 28/04/14	Implementar o processo de concurso público para o quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para o ano de 2013, no âmbito da Administração Direta.
Grupo Executivo do Macroprocesso do Sistema De Custos do Governo Federal - MPCUST	Portaria/SE nº 48, de 05/03/2013	Compreende as atividades do Sistema de Custos do Governo Federal elencadas no art. 3º da Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011.
GT Interministerial de Infraestrutura e Logística	Portaria Int. nº 231, de 24/04/2013	Monitorar a movimentação de grãos, desde as regiões produtoras até os portos e terminais de destino, e propor medidas de curto, médio e longo prazo compatíveis com o crescente escoamento da produção, dentre outros.

Anexo IX: Complementa item 6.2 – avaliação sistema de controles

As informações necessárias se encontram no item 6.2 deste relatório.

Anexo X: Complementa item 8.2 – carta de serviços ao cidadão

Tendo em vista que um sistema para a pesquisa de satisfação encontra-se em fase de informatização pela área de TI, o Ministério não dispõe, até o momento, de instrumento para aferir especificamente o que é demandado bem como a satisfação do usuário com relação a qualidade dos produtos e serviços relacionados na Carta de Serviços.

A área de TI informa que o Sistema de Pesquisa de Satisfação – SISPEs está em fase de conclusão. Após concluído e homologado, a CGPLAN fará a inclusão de informações básicas (assunto, local, etc) deixando-o apto a ser acessado e utilizado pelos cidadãos. Não necessita de regulamentação interna, apenas demanda às áreas internas competentes.

Conclusão do Sistema: até 15/06/2015; Inclusão das informações básicas: até 10/07/2015; Disponibilização e divulgação da Pesquisa: até 10/08/2015; Avaliação inicial dos dados recebidos: 30/08/2015; 1ª Análise dos resultados: até 30/10/2015; Disponibilização de resultados: a partir de novembro de 2015.

Anexo XI: Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade

Superintendências Federais de Agricultura

As Superintendências Federais de Agricultura vêm apresentando esforços para adoção de medidas com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Dentre as SFAs nas quais as instalações físicas estão adequadas com rampas para acesso e banheiros específicos para pessoas portadoras de necessidades especiais podemos destacar as do Acre, Amazonas, Ceará, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Ainda em cumprimento às normas relativas à acessibilidade podemos destacar as SFAs que possuem elevadores: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Sergipe, que realizam a manutenção preventiva e corretiva.

Uma das medidas adotadas, em cumprimento ao art. 6º do Decreto nº 5.296/2004, foi a realização do treinamento dos servidores em Libras em todas as 27 Superintendências.

Nos prédios das SFAs de Alagoas e Maranhão já existem projetos de revitalização, tendo em vista que são instalações históricas, porém não foram implantados por falta de dotação orçamentária, pois necessitam de uma completa reestruturação física para atender às normas de acessibilidade.

Quanto à SFA de Minas Gerais, por estar instalada em 20 prédios entre si, nem todos atendem às normas de acessibilidade, porém, está sendo elaborado um plano diretor de todas as áreas com o objetivo de contemplar a adequação das instalações a portadores de necessidades especiais.

Sendo assim, as medidas de acessibilidade adotadas pelas Superintendências em atendimento à legislação vigente são realizadas conforme a disponibilização de dotação orçamentária.

Sede do Órgão

A Sede do Órgão, por meio de sua Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, adota as medidas possíveis para o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

O Edifício Sede e Anexo do Órgão possui em suas instalações, entrada, garagens e demais áreas internas, pontos que estão devidamente orientados e adaptados ao acesso por aqueles que possuam qualquer tipo limitação física e que necessitam de atenção para a sua mobilidade. No ano de 2014, não houve qualquer atividade que estivesse voltada a estes pontos de acessibilidade e alteração dos referidos pontos de acesso.

PARTE D – ANEXO COM ANÁLISE DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA – FUNCAFÉ

1 Análise

Análise dos resultados do objetivo 0661 (“Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor”), integrante do PPA 2012-2015 (Programa 2014 e Programa 2105):

O Departamento do Café - DCAF/SPAIE, no âmbito do MAPA (Decreto nº 7.127/10, art. 28), é responsável pela formulação e gestão de políticas públicas para o sistema agroindustrial do café, que inclui promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais emanadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC (Decreto nº 4.623/03, art. 2º). Também é de sua competência planejar, coordenar, executar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização. No exercício de 2013, a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Café, que já integrava o Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café, foi efetivada nos demais Comitês Diretores do CDPC, a saber: Comitê Diretor de Planejamento Estratégico - CDPE/Café, Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café e Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café. Nesse contexto, o CDPC atua, também, como controle social da política cafeeira, uma vez que possui representantes das diversas entidades do agronegócio café, como a produção, exportação, indústria e comércio, além dos membros do Governo.

Das principais ações realizadas entre 2012 e 2014, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destacam-se:

- Realização de projetos e atividades de difusão tecnológica de pronta aplicação para as lavouras de café, com ênfase na cafeicultura em Minas Gerais, maior estado produtor, desenvolvendo ações de capacitação de produtores e de técnicos diretamente ou junto a suas cooperativas e associações, com o número estimado de beneficiários diretos em 5.000 e indiretos em 17.000, buscando sua competitividade, geração de renda e empregos, no âmbito do Programa de Difusão e Transferência de Tecnologia Cafeeira, em parceria com a Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira (FunProcafé);
- Programa Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café e executado pelo Consórcio Pesquisa Café, o qual apresentou como um dos principais resultados o lançamento da cultivar BRS Ouro Preto, recomendada especialmente para Rondônia, com potencial de produtividade média de 70 sacas/ha. As ações de transferência e validação de tecnologias desenvolvidas pelo Consórcio focaram na melhoria da qualidade do produto, no aumento da produtividade com agregação de valor, no manejo de boas práticas agrícolas e de pós-colheita, além do emprego de tecnologias de irrigação visando à racionalização do uso da água e a preservação ambiental;
- Capacitação de 2.750 produtores, em especial de pequeno e médio porte, em gestão da atividade cafeeira no estado de Minas Gerais, bem como extensionistas e integrantes de associações/cooperativas localizadas em 126 municípios do estado;
- Realização dos levantamentos da safra, estoques privados e custos de produção de café;
- Apoio à participação e promoção dos Cafés do Brasil em eventos nacionais como feiras, seminários, simpósios e concurso de qualidade, e em feiras de cafés especiais nos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, exposição temática no Museu do Café de Santos, Semana Internacional do Café e Seminário em homenagem aos 50 anos da OIC;

- Contratação de 92 Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em 2014, com continuidade até 2017, cujos focos temáticos são: sustentabilidade da cafeicultura de montanha; Mão de obra escassa e de alto custo; estresses bióticos e abióticos; qualidade e marketing para rentabilidade; deficiência dos processos de transferência de tecnologia;
- Como estratégia de aumento de consumo o MAPA apoiou a participação de Associações de cafeicultores em feiras internacionais na América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, por meio da formalização de 8 convênios para as ações de Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior, e Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café;
- Financiamentos ao Agronegócio Café.

Análise das metas do objetivo 0661 (“Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor”), integrante do PPA 2012-2015:

Meta	2014		2015	Legenda
	Previsto	Realizado	Meta	
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	1.600.000.000	3.003.006.331	3.000.000.000	Conforme planejado
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé.	15.861	11.662	17.000	Merece atenção Desconforme

No exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 3,82 bilhões, entre as várias linhas de financiamento, nos termos das Resoluções nº 4.325 de 25 de abril de 2014 e nº 4.340 de 20 de junho de 2014, dos quais foram contratados pelas IFs R\$ 3,49 bilhões e liberados R\$ 3 bilhões.

Em 2014, verificou-se que menos beneficiários tomaram um volume maior de recursos do Funcafé. As linhas mais demandadas foram Estocagem e Financiamento para Aquisição de Café – FAC, totalizando 1,4 bilhão e Custeio com R\$ 522 milhões.

Por outro lado, a alta nos preços do Café trouxe fôlego maior aos produtores - a cotação do Café, que nos meses de janeiro e fevereiro oscilou entre R\$ 290 e R\$ 412 (por saca de 60kg líquido, bica corrida, tipo 6, bebida dura para melhor. Fonte: Indicador Café Arábica CEPEA/ESALQ), a partir de março manteve a tendência de alta, com média de R\$ 438, atingindo a marca de R\$ 511 no mês de outubro.

No período de vigência do PPA foram atendidos com recursos oriundos de Funcafé 40.778 beneficiários sendo: 2012, 16.478; em 2013, 12.638, dos quais 8.659 com recursos liberados após a publicação da Resolução CMN nº 4.229; em 2014, 11.662, dos quais 8.145 atendidos com recursos liberados após a publicação das Resoluções nº 4.325 e nº 4.340.

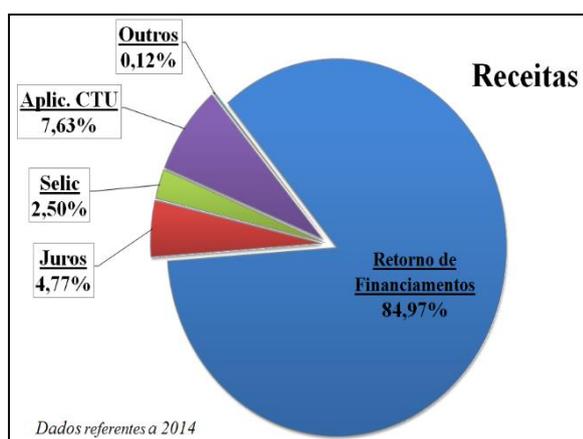
Principais desafios:

- Aumentar a produtividade dos cafezais, mediante a introdução de novas cultivares que sejam resistentes as adversidades climáticas, cujo desenvolvimento está a cargo do Consórcio Pesquisa Café, sob a coordenação da Embrapa;
- Promover ações específicas levando em consideração as peculiaridades regionais e locais das regiões produtoras;
- Manter a participação da produção brasileira no mercado mundial do café.

Estratégias para superar os desafios:

- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Cafeeiro - PEDSCafeeiro 2012/2015. (Prejudicado pelo contingenciamento de mais de R\$ 55 milhões e parcialmente pelas restrições de limite de movimentação de empenho e de pagamento);
- Adoção de medidas que visaram atender às necessidades prementes do setor, discutidas em reuniões do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC e em reuniões com técnicos dos órgãos e entidades privadas envolvidos, a saber:
- Autorização da reprogramação do reembolso de operações de crédito rural para estocagem de café;
- Prorrogação das dívidas da cafeicultura;
- Contrato de Opção de Venda Pública - COV para o Café Arábica;
- Ampliação do volume de recursos destinados ao setor cafeeiro para a safra 2013/2014, totalizando R\$ 5,824 bilhões: linha de crédito do Banco do Brasil S/A - R\$ 1 bilhão para financiamento de custeio, investimento e comercialização; linha de crédito do Banco do Brasil S/A / BB Agroindustrial - R\$ 614 milhões para FAC, considerando, ainda, linhas de crédito do Funcafé e o lançamento de Contrato de Opções de Venda.

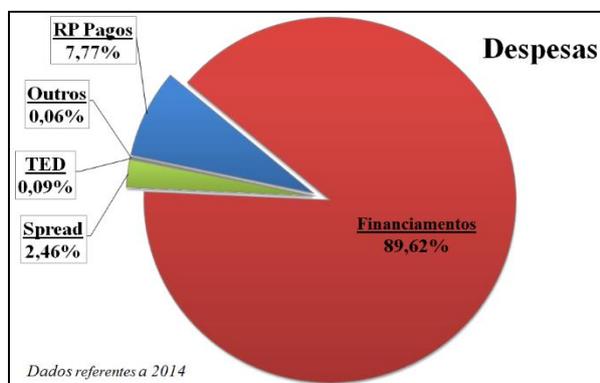
2 Principais receitas e despesas



Principais Receitas – Finanças do Funcafé em milhares.

Receitas	2013	2014	2015
Saldo Financeiro em 31/12/2014			1.363.477
Retorno de Financiamentos	2.319.861	2.367.077	2.811.126
Juros	143.508	132.835	131.870
Selic	41.359	69.702	69.500
Aplic. CTU	247.648	212.667	195.500
Outros	3.960	3.472	3.500
Total	2.756.336	2.785.753	4.574.973

As receitas são originárias do retorno dos financiamentos concedidos, acrescido dos rendimentos da aplicação financeira.



Principais Despesas - Finanças do Funcafé em milhares

Despesas	2013	2014	2015
RP Pagos	196.980	260.324	533.035
Financiamentos	2.369.935	3.003.006	3.500.000
Spread	67.814	82.287	126.500
TED	1.002	3.112	9.387
Outros	2.321	1.962	2.000
Total	2.638.052	3.350.691	4.170.922

Os desembolsos relativos à concessão de financiamentos, representaram em média 90% das aplicações no período 2012/2014.

3 Conclusão

Avaliação do resultado

Apesar da forte oscilação de preços e exportações, o Brasil tem mantido a média histórica de participação no mercado internacional de café. Em 2014, as exportações alcançaram 32% do mercado mundial e quase 7% do agronegócio brasileiro.

Ações para melhoria de desempenho

Para dar sustentação ao cafeicultor, foram alongadas as dívidas com vistas a manter a produção em níveis desejados, visando atender às necessidades prementes do setor.

Em 2014 ampliou-se o volume de recursos destinados ao setor, totalizando R\$ 3,82 bilhões.

Registramos, ainda, avanços no desenvolvimento de sistema para automatização da operacionalização das linhas de financiamento deste Fundo, o qual auxiliará na gestão dessas linhas, a fim de possibilitar mais agilidade na disponibilização dos financiamentos aos beneficiários, transparência no fluxo operacional, segurança e celeridade da informação para os gestores. Os primeiros testes piloto com algumas instituições financeiras estão previstos para começar no primeiro semestre de 2015.

PARTE E – ANEXO COM ANÁLISE DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO (PRODESA)

Descrição e análise de possíveis resquícios do programa que não figurem no PPA 2012-2015.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA não figura no Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012-2015). As ações que o compunham foram inseridas no Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização e constam nos Relatórios de Gestão Consolidados apresentados pela Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SE/MAPA) desde 2012.

No tocante aos contratos de repasse (PRODESA) existe um total de 1232 (hum mil duzentos e trinta e dois). Dessa importância, 563 (quinhentos e sessenta e três) encontram-se vigentes e 669 (seiscentos e sessenta e nove) não vigentes.

Cumprir informar que, nos últimos três exercícios não foram celebrados contratos de repasse pertinentes ao Programa 6003 (PRODESA). No entanto, independente do ano de celebração, no ano de 2014 foram repassados à Caixa Econômica Federal - CEF importância de R\$ 12.711.743,45 (doze milhões e setecentos e onze mil e setecentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos), no ano de 2013, R\$ 64.224.887,52 (Sessenta e quatro milhões e duzentos e vinte e quatro mil e oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), já em 2012 o repasse foi de R\$ 417.353.303,03 (Quatrocentos e dezessete milhões e trezentos e cinquenta e três mil e trezentos e três reais e três centavos).

Em relação à prestação de contas dos contratos de repasse (PRODESA), em 2014 foram apresentadas 753 (setecentos e cinquenta e três) prestações de contas, sendo que 538 (quinhentos e trinta e oito) foram aprovadas e 115 (cento e quinze) aguardam análise. Já em 2013, foram apresentadas 1637 (hum mil e seiscentos e trinta e sete) prestações de contas, sendo que 1516 (hum mil e seiscentos e trinta e sete) foram aprovadas e 121 (cento e vinte e um) aguardam análise. Em 2012, foram apresentadas 1354 (hum mil e trezentos e cinquenta e quatro) prestações de contas, sendo que 1340 (hum mil e trezentos e quarenta) foram aprovadas e 193 (cento e noventa e três) aguardam análise.

Cabe destacar que estão inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 64.657,758 (sessenta e quatro milhões e seiscentos e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta e oito) reais, sendo R\$ 31.081,364 (trinta e um milhões e oitenta e um mil e trezentos e sessenta e quatro reais) não processados e R\$ 33.576,394 (Trinta e três milhões e quinhentos e setenta e seis mil e trezentos e noventa e quatro reais) processados.